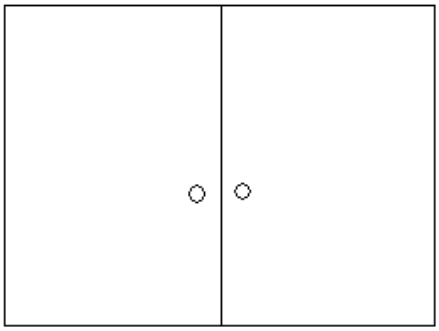
Castro Daire
Município

# RELATÓRIO DO ESTADO DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

DEZEMBRO 2021



DOCUMENTO PREPARADO PARAIMPRESSÃO FRENTE E VERSO

Histórico do documento:

| VERSÃO | DESCRIÇÃO | DATA |
|---|---|---|
| 0 | Versão inicial | Setembro 2019 |
| A | Pequenos acertos | Janeiro 2020 |
| B | Atualização | Dezembro 2021 |
| | | |

**Coordenação de Equipa:**

CM de Castro Daire Pedro Salvador, Arq.º

PROENGEL, Lda Marta Falcão, Arq.ª Urbanista

# ÍNDICE


**1. INTRODUÇÃO ..... 5**

**2. ENQUADRAMENTO ..... 6**

**3. BREVE CARACTERIZAÇÃO DO TERRITÓRIO MUNICIPAL ..... 11**

*3.1. Abordagem aos censos 2021 – resultados provisórios ..... 11*

*3.2. DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO, SEGUNDO OS CENSOS DE 2001 E 2011 ..... 15*

*3.3. EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO ..... 18*

*3.4. USO E OCUPAÇÃO DO SOLO ..... 22*

3.4.1. Abordagem geral ..... 22
3.4.2. ESTRUTURA FUNDIÁRIA ..... 24
3.4.3. Floresta ..... 24
3.4.4. Agricultura ..... 26
3.4.5. Territórios Artificializados ..... 32
3.4.6. Áreas de Extração de Inertes ..... 32
3.4.7. Zona de Caça (Associativa, Turística, Municipal e Nacional) e Pesca ..... 33

*3.5. PATRIMÓNIO ..... 34*

3.5.1. PATRIMÓNIO ARQUITETÓNICO ..... 34
3.5.1.1. Património classificado ..... 34
3.5.1.2. Património arquitetónico com potencial interesse ..... 36
3.5.2. Património arqueológico ..... 38
3.5.3. Património natural ..... 41
3.5.3.1. Rede Natura ..... 41
3.5.3.2. Arvoredo de interesse público ..... 41
3.5.3.3. Geosítios ..... 41
3.5.3.4. Miradouros ..... 42
3.5.4. Património imaterial ..... 43

*3.6. INFRAESTRUTURAS URBANAS E TERRITORIAIS ..... 46*

3.6.1. REDE VIÁRIA ..... 46
3.6.1.1. Rede rodoviária nacional e estradas regionais ..... 48
3.6.1.2. Rede rodoviária municipal ..... 50
3.6.1.3. Principais problemas e constrangimentos da rede viária ..... 53
3.6.2. SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA ..... 53
3.6.3. SISTEMA DE ÁGUAS RESIDUAIS DOMÉSTICAS E PLUVIAIS ..... 57
3.6.4. RESÍDUOS SÓLIDOS ..... 60
3.6.5. REDE ELÉTRICA ..... 62

**4. ÁREAS PROTEGIDAS, REDE NATURA 2000 E REGIME FLORESTAL ..... 65**

**5. NÍVEIS DE EXECUÇÃO DO PDM ..... 66**

*5.1. COMPOSIÇÃO E OBJETIVOS DO PLANO ..... 66*

*5.2. CLASSIFICAÇÃO DO SOLO ..... 67*

*5.3. CONDICIONANTES* ..... *69*

*5.4. EXECUÇÃO DO PLANO* ..... *69*

5.4.1.1. Reservas de solo urbano disponível ..... 69

5.4.1.2. Níveis de infraestruturação ..... 70

5.4.1.3. Compromissos urbanísticos ..... 70

5.4.1.4. Equipamentos e espaço público ..... 70

5.4.1.5. Acessibilidades ..... 71

5.4.1.6. Conclusão ..... 72

**6. GESTÃO TERRITORIAL ..... 72**

*6.1. Situação de referência municipal* ..... *72*

*6.1. PROF do Centro Litoral* ..... *73*

*6.2. Plano de Urbanização de Castro Daire* ..... *74*

*6.3. Áreas de reabilitação urbana* ..... *76*

*6.4. Programas na área habitacional* ..... *77*

*6.5. Plano municipal de emergência* ..... *77*

*6.6. Plano municipal da defesa das florestas* ..... *78*

*6.7. Carta educativa* ..... *79*

*6.8. Mapa de ruído* ..... *79*

*6.9. Plano Municipal de Promoção de Acessibilidade de Castro Daire* ..... *80*

*6.10. Plano de ação da mobilidade urbana de sustentável da Região Viseu Dão Lafões* ..... *81*

*6.11. Plano Intermunicipal de Adaptação as Alterações Climáticas* ..... *82*

**7. RISCOS ..... 83**

*7.1. Enquadramento* ..... *83*

*7.2. Riscos de origem natural* ..... *84*

*7.3. Riscos de origem humana* ..... *90*

**8. SERVIDÕES RESTRIÇÕES DE UTILIDADE PÚBLICA ..... 93**

**9. CONCLUSÃO ..... 97**

**ANEXO: UMA BREVÍSSIMA ABORDAGEM AOS EFEITOS DA PANDEMIA ..... 98**

# 1. INTRODUÇÃO

Diz respeito o presente documento ao Relatório sobre o estado do ordenamento do território (REOT), de acordo com o n.º 3 do art.º 189º do RJIGT.

O documento apresenta um balanço da execução dos instrumentos de gestão territorial com incidência no território municipal. Esta análise incide maioritariamente nas ações previstas no PDM vigente, existindo, no entanto, outras ações ou propostas desenvolvidas (em matéria do ordenamento do território) entretanto que se concretizaram, mas que não estavam previstas no referido instrumento e cujo impacto no concelho é também relevante. Importa ainda analisar a relação dos vários Instrumentos de gestão territorial com incidência no concelho.

O PDM de Castro Daire foi aprovado em Assembleia Municipal a 30 de junho de 1994, tendo sido publicado na 1ªserie B do D/ n.º 257 a 7 de novembro pela RCM n.º111/94, sujeito a ratificação.

Em 2000 foi alterado (RCM n.º11/2000, de 23 de março). A alteração consiste, quanto ao Regulamento, na clarificação e melhor adequação de algumas das suas disposições e, quanto às plantas de ordenamento e de condicionantes, na correção do traçado do IP 3 e no ligeiro aumento dos limites de alguns perímetros urbanos, motivados pelo traçado daquele itinerário e pela conveniência em integrar dentro dos limites urbanos algumas áreas já edificadas. Recentemente foi publicada uma alteração do PDM (Aviso n.º 979/2020, de 20 de janeiro), para resolução de algumas incongruências existentes no regulamento e as incompatibilidades face à legislação em vigor e publicada após a aprovação do PDM, como o caso das áreas naturais paisagísticas e as áreas destinadas a extração mineral em espaços de Rede Natura 2000, próximas obras de arte (tais como o Rio Paiva e o túnel de Castro Daire da A24/IP3 com impacto nos artigos 65º/66º e 67º.

Relativamente à Reserve Ecológica do concelho, esta tem uma 1ª publicação dois anos a seguir à publicação do PDM (RCM 120/96 (DR 183, I-B, 1996.08.08)). A Reserve Agrícola do concelho foi publicada em maio de 1992 (Portaria n.º 438/92 (DR 123/1992, I-B, 1992-05-28)) ainda antes da publicação do PDM.

Já durante o período de vigência do PDM o município elaborou o PU da Vila de Castro Daire, tendo ficado eficaz através do aviso n.º 5505/2014, de 30 de abril.

A Câmara Municipal de Castro Daire deliberou, em 27 de Maio de 2010, dar continuidade ao processo de revisão do PDM. A Comissão de Acompanhamento foi constituída em agosto de 2010 (Despacho n.º 12641/2010).

A delimitação da REN bruta do concelho encontra-se em elaboração, conforme novo RJREN. Relativamente À RAN, a DRAPC forneceu informação sobre a vectorização da RAN em vigor e que servirá de base para a nova delimitação da RAN.

A Camara Municipal deliberou em janeiro de 2018 retomar a Revisão do PDM, seguindo a tramitação legal necessária. Foi realizado em setembro de 2019 o REOT (versão original do presente documento) e elaborados em fevereiro de 2020 os estudos de caracterização, dando seguimento para a elaboração da proposta de ordenamento.

Em agosto de 2021, caducou o prazo de elaboração da revisão do PDM, pelo que é necessário reiniciar o procedimento conforme previsto no RJIGT.

A presente versão do REOT, que irá para discussão pública, atualiza a versão de janeiro de 2020, acrescentando alguns dados dos resultados provisórios dos Censos de 2021 e apresenta também uma brevíssima abordagem aos impactos da pandemia gerada pelo vírus SARS-COV2, que assola o mundo inteiro desde março de 2020.

## 2. ENQUADRAMENTO

O concelho de Castro Daire pertence ao Distrito de Viseu, situa-se no limite norte da Região Centro (NUT II) insere-se na sub-região Dão-Lafões (NUT III). Confina a Norte com os concelhos de Tarouca, Lamego, Resende e Cinfães; a Este com Vila Nova de Paiva; a sul com Viseu e a Oeste com S. Pedro do Sul e Arouca. De referir que os concelhos de Arouca, Tarouca, Lamego, Resende e Cinfães, fazem parte da Região Norte (NUT II)

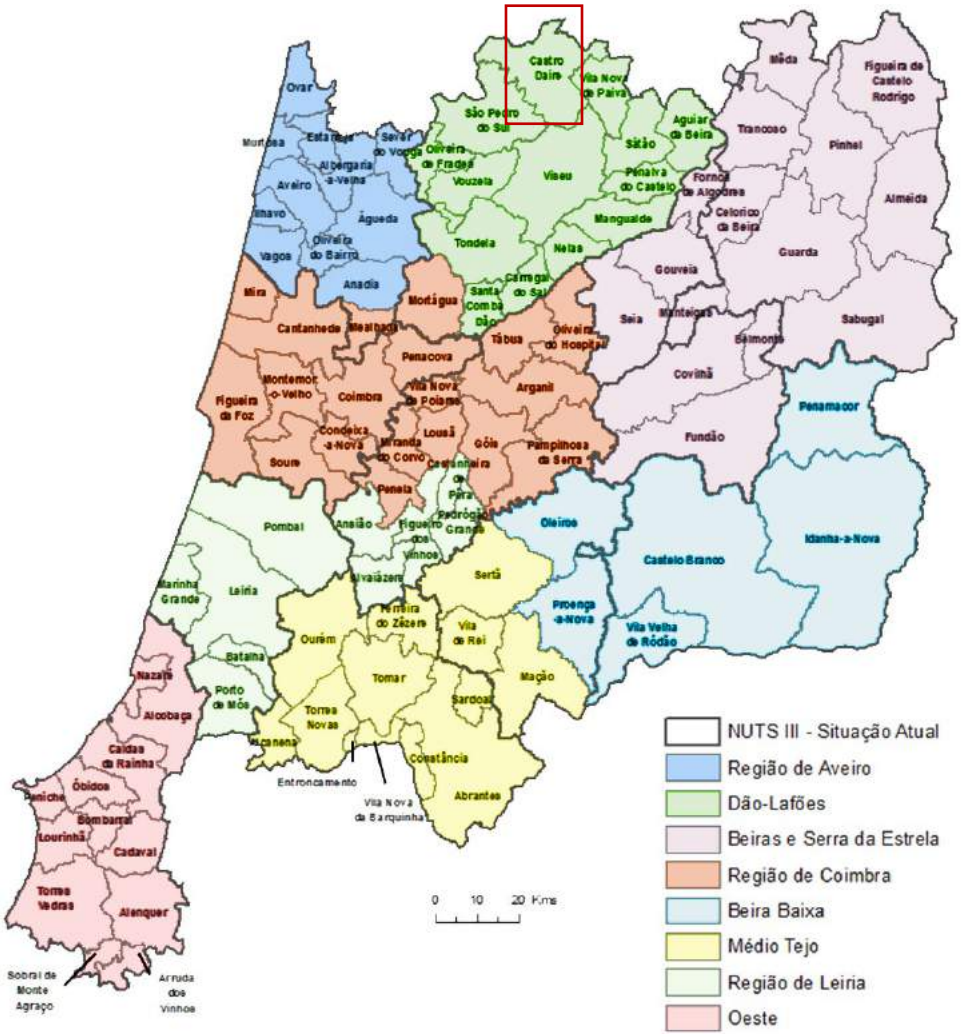



Figura 1| Localização do concelho de Castro Daire na região Centro (Fonte: CCDRC, editada por Proengel, 2019).

A Sub-Região Dão-Lafões com uma área de 3.488,9 km2 é constituída por 15 concelhos: Aguiar da beira, Carregal do Sal, Castro Daire, Mangualde, Mortágua, Nelas, Oliveira de Frades, Penalva do Castelo, Santa Comba Dão, São Pedro do Sul, Sátão, Tondela, Vila Nova de Paiva, Viseu e Vouzela. A região Dão-Lafões estabelece a ponte entre as sub-regiões mais desenvolvidas do Litoral e as menos desenvolvidas do Interior. Apresenta, desta forma características muito antagónicas, característicos de cada um destes extremos.

Figura 2| Localização do concelho de Castro Daire na região Sub-região Dão Lafões (Fonte: PROF Dão Lafões, editada 2019).

Em termos demográficos, no último século, a população de Dão-Lafões tem vindo a aumentar ligeiramente, apesar de ter assistido a variações populacionais nas décadas de 50, 60 70 e 80, devido sobretudo à emigração e ao êxodo rural. Na década de 90 tem-se verificado um acréscimo populacional, tendo sido, sobretudo, motivado pela atração que a região Dão-Lafões tem exercido no seu território. No entanto, este crescimento não foi homogéneo em toda região, registando-se nalguns concelhos tendência demográficas negativas, como foi o caso de Castro Daire. Há ainda a considerar o eixo constituído pelos aglomerados urbanos de Mangualde, Nelas, S. Pedro do Sul (com menos expressão) e Tondela, como um sistema urbano sub-regional importante de âncora ao desenvolvimento do interior e com influência direta no concelho de Castro Daire.

Figura 3| As freguesias do concelho de Castro Daire em 2012 e resultantes da reforma administrativa em 2013 (Fonte: DGT, 2016).

O território concelhio de Castro Daire, com aproximadamente 37.904 ha, integrava 24 freguesias e cerca de 130 povoações. A Lei n.º 11-A/2013, de 28 de janeiro e posterior declaração de retificação n.º 19/2013, de 28 de março, publica as alterações ocorridas no continente, decorrentes da reorganização administrativa do território ocorrida em 2013. Com esta reorganização administrativa o município de Castro Daire passou a integrar 16 freguesias, nomeadamente as seguintes: Almofala, Cabril, Castro Daire, Cujó, Gosende, Modelo, Monteiras, Mões, Pepim, Pinheiro, São Joaninho, União de freguesias de Mamouros, Alva e Ribolhos, União de freguesias de Mezio e Moura Morta, União de freguesias de Parada de Ester e Ester e União de freguesias de Picão e Ermida.

Carateriza-se, no âmbito do sistema de povoamento, "pela rarefação do povoamento, pela ausência de uma armadura urbana forte e pelo despovoamento. Desde o Caramulo às montanhas da Cordilheira Central (NUTS Serra da Estrela, Pinhal Interior Norte e Sul), e à maior parte do território da Beira Interior Norte e Sul, estende-se a vastidão dos territórios em perda caracterizados pelo processo de "desruralização": a desestruturação/abandono da agricultura tradicional, acompanhado do recuo demográfico e do envelhecimento. Neste território em perda demográfica, as tendências da década 1991/2001 assinalam o poder de atracão das sedes de concelho e cidades principais por oposição ao esvaziamento dos territórios envolventes."[1]

A vila de Castro Daire, sede de concelho, desempenha funções de nível concelhio, uma vez que concentra não só os principais equipamentos e serviços públicos de nível local, como também a principal polarização de atividade terciária do concelho. Neste sentido, a vila, inserida no corredor

1 Fonte: PROT Centro

Figueira da Foz – Castro Daire, é entendida pela proposta de PROT-Centro como centro urbano de nível III, polarizada pela proximidade e dimensão demográfica e económica de Viseu.

Desde a elaboração do PDM vigente, muito se desenvolveram os conceitos, conhecimentos e experiências do ordenamento do território. Novas noções e prioridades passaram a constar da legislação portuguesa e europeia, assim como novas preocupações. O resultado dos denominados PDM's de primeira geração é visível/percetível, suscitando vontade de mudança na forma como se encaram os Planos.

O desenvolvimento de uma estratégia integrada na Comunidade intermunicipal da região Viseu Dão Lafões proporcionará um novo fôlego, passando pelo reforço dos principais objetivos e estratégias a implementar na região, tendo, portanto, um papel fundamental no suporte e apoio das decisões do próprio município.

*"O Concelho de Castro Daire possui uma localização ímpar que confere a esta região características únicas e singulares que a natureza brindou com magníficas paisagens abrindo várias portas aos visitantes. Como Património natural, paisagístico e cultural destaca-se:*

- *O Rio Paiva, inserido na rede natura 2000, sítio do Rio Paiva conhecido principalmente pelas suas trutas dando origem a uma forte tradição gastronómica relacionada com este peixe, atualmente atração para a realização de desportos radicais sendo considerado como um dos melhores para a prática de atividades como o rafting;*

- *A Serra do Montemuro, inserida na rede natura 2000, mantem a sua natureza e tradições intocáveis ao longo dos tempos. Atravessada por centenas de caminhos e pequenos trilhos, esta serra convida a passeios prolongados de jipe, bicicleta ou simplesmente a pé, durante os quais se podem observar aldeias típicas, águias de asa redonda, víbora cornuda, vacas, rebanhos de ovelhas e cabras, lebres ou até lobos ibéricos.*

*Castro Daire possui ainda um outro marco do Património local e do próprio Concelho – As Termas do Carvalhal, consideradas como uma das melhores estâncias termais do país para o tratamento de vários problemas de saúde. Com um cenário agradável de natureza e com ótimos acessos, através da A24 e EN2, as Termas do Carvalhal são cada vez mais uma opção de lazer para aqueles que procuram qualidade de serviço aliado ao bem-estar.*

*Também a nossa gastronomia (o Cabritinho do Montemuro; a vitela arouquesa; o arroz de feijão com salpicão, o Bolo Podre,…), o artesanato, o património histórico-cultural (Igreja da Ermida do séc. XII,*

*Inscrição Romana do Penedo de Lamas, a Igreja Matriz de Castro Daire…) e sobretudo a hospitalidade castrense são ótimas referências para aqueles que nos visitam.* "[2]

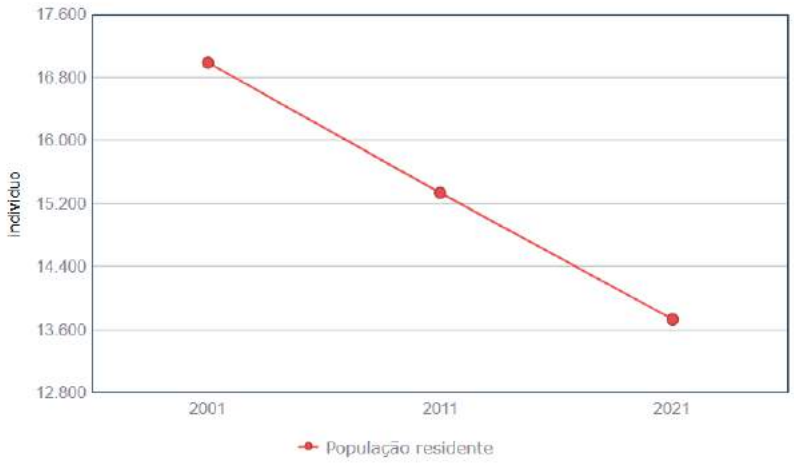
## 3. BREVE CARACTERIZAÇÃO DO TERRITÓRIO MUNICIPAL

### 3.1. ABORDAGEM AOS CENSOS 2021 – RESULTADOS PROVISÓRIOS

No segundo trimestre de 2021 realizaram-se os Censos 2021, que permitirá ter um retrato da população portuguesa atualizado. À data da sua realização já tinha sido elaborado o REOT de Castro Daire, considerando – se no entanto oportuno fazer uma breve abordagem dos resultados provisórios analisando os principais indicadores.

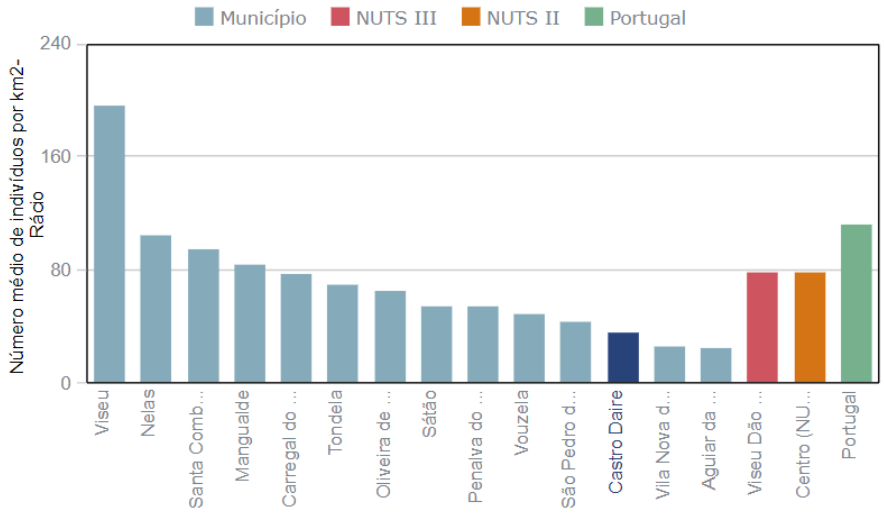
- **População residente:** numero de indivíduos é 13736, -10.5% que em 2011, em que a distribuição pro género é quase igual. Castro Daire é dos concelhos da sub-região com menos densidade populacional, ficando bastante abaixo da média.

| Sexo | H | | | M | | | Total | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Município | 2021 | 2011 | Var. | 2021 | 2011 | Var. | **2021** | **2011** | **Var.** |
| Castro Daire | 6 536 | 7 370 | -11,3% | 7 200 | 7 969 | -9,6% | **13 736** | **15 339** | **-10,5%** |



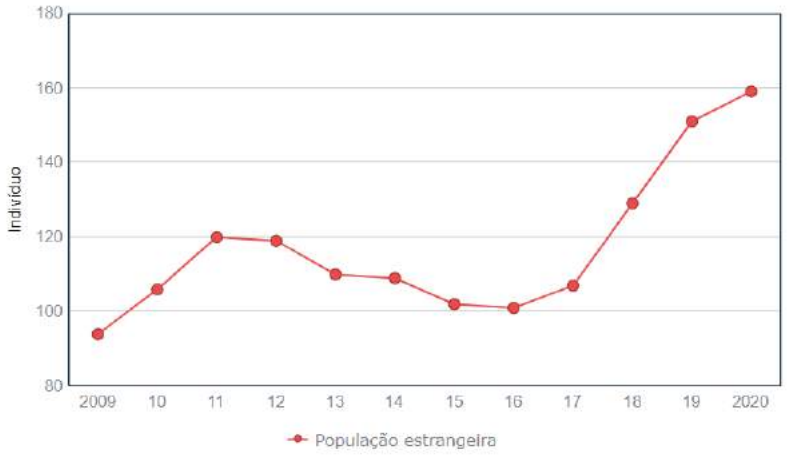

Fontes de dados: INE - X, XII, XIV, XV e XVI Recenseamentos Gerais da População
Fonte: PORDATA

[2] In https://cimvdl.pt/index.php/apresentacao/municipios-associados/item/7-castro-daire



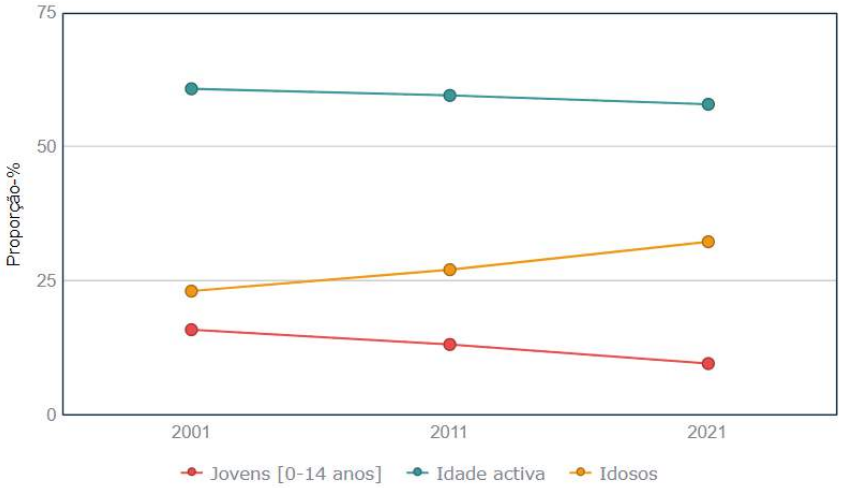

Fontes de dados: INE - X, XII, XIII, XIV, XV e XVI Recenseamentos Gerais da População
Fonte: PORDATA

- **População estrangeira:** registaram-se 159 eram estrangeiros, mais 65 do que em 2009, representando 1,2% da população residente no município de Castro Daire, percentagem que é a 5.ª menor entre os municípios de Viseu Dão Lafões.




Fontes de dados: INE | SEF/MAI - População Estrangeira com Estatuto Legal de Residente
Fonte: PORDATA

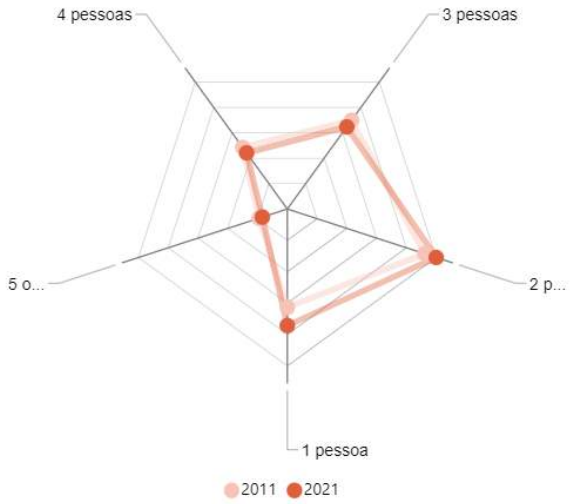
- **População por grandes grupos etários:** o grupo etária da idade ativa mantem-se predominante e sem grandes variações relativamente a 2011, sendo que no grupo dos idosos se verificou um aumento, quase equivalente ao decréscimo da classe dos jovens. Mantem-se a tende-se para a inversão da pirâmide etária.



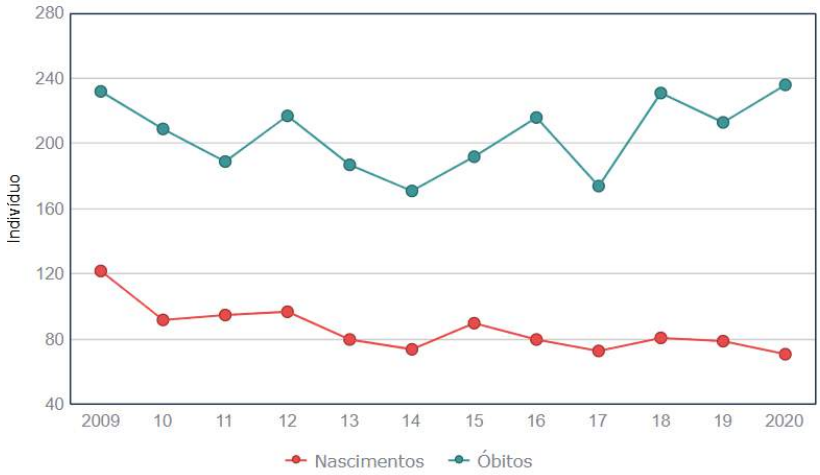

Fontes de dados: INE - X, XII, XIV, XV e XVI Recenseamentos Gerais da População
Fonte: PORDATA

- **Número de idosos/ 100 jovens: é** de 334, com um aumento significativo relativamente a 2011, em que era de 205.1. É 3º município da NUT III em que se insere com maior índice, sendo a media da nut 246.3 e na região centro de 228.6**.**

- **Dimensão média das famílias:** cerca de 37.6% tem 3 ou mais indivíduos, baixando o valor de 2011, que era de 43.7, o predominante. Atualmente equipara-se com as famílias de 2 indivíduos, estando equivalente aos restantes municípios da região.

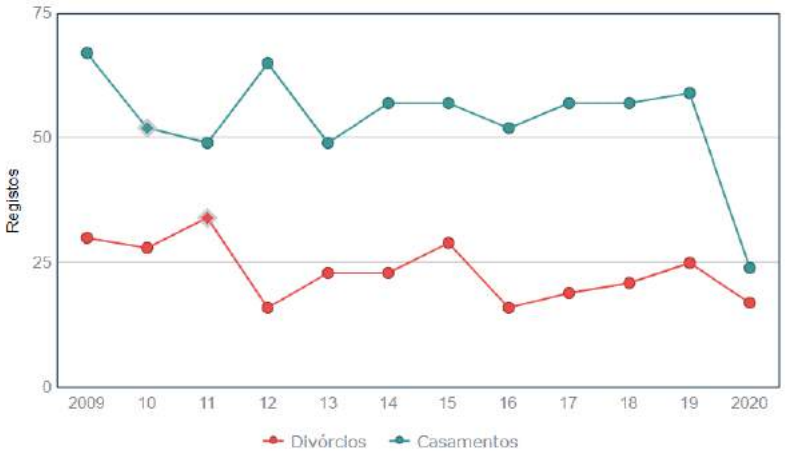



- **Nascimentos e óbitos:** em 2020 nasceram em Castro Daire 71 bebés (menos 8 do que em 2019) e morreram 236 pessoas (mais 23 do que em 2019). Teve o 2.º menor rácio de nascimentos por mil residentes entre os municípios de Viseu Dão Lafões. No entanto, este retrato não é representativo da década, pois poderá já ter apanhado o enquadramento da Pandemia do SARS-CoV-2, sendo importante olhar para os anos entre 2011 e 2019. Verifica-se uma linha tendência homogénea, negativa relativamente aos nascimentos. Já ao número de óbitos verifica-se uma linha yo-yo, a necessitar de um enquadramento com outros indicadores, nomeadamente da saúde e dos fenómenos estremos do clima.



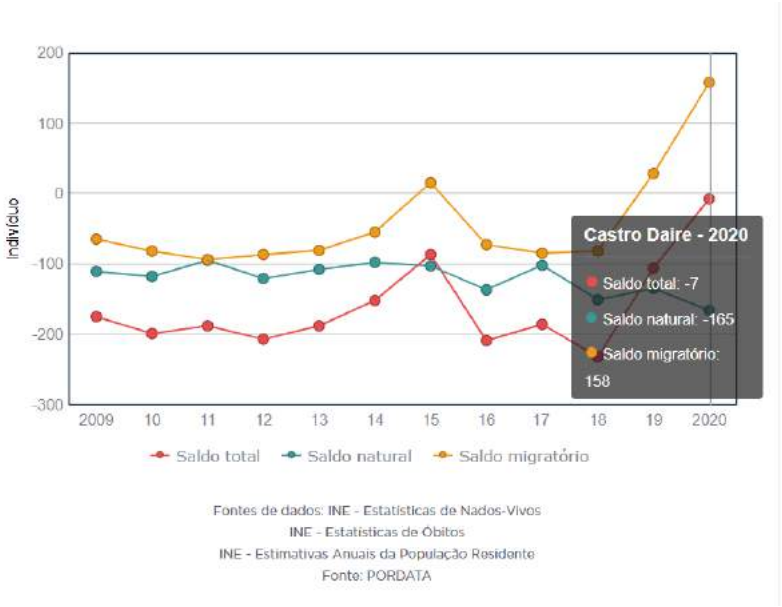

Fontes de dados: INE - Estatísticas de Nados-Vivos
INE - Estatísticas de Óbitos
Fonte: PORDATA

- **Casamentos e Divórcios:** em 2020, no município de Castro Daire, registaram-se 24 casamentos e 17 divórcios. Verifica-se que na última década os casamentos vão oscilando pouco, mantendo-se no mesmo nível, sendo que em 2020, caiu o número significativamente devido ao efeito do confinamento provocado pela Pandemia. Teve o 6.º maior rácio de casamentos por mil residentes entre os municípios de Viseu Dão Lafões. A taxa bruta de nupcialidade é de 1.7‰, equiparando-se à sua sub-região, e a Taxa bruta de divorcialidade é de 1.2 ‰, ligeiramente abaixo da sub-região.

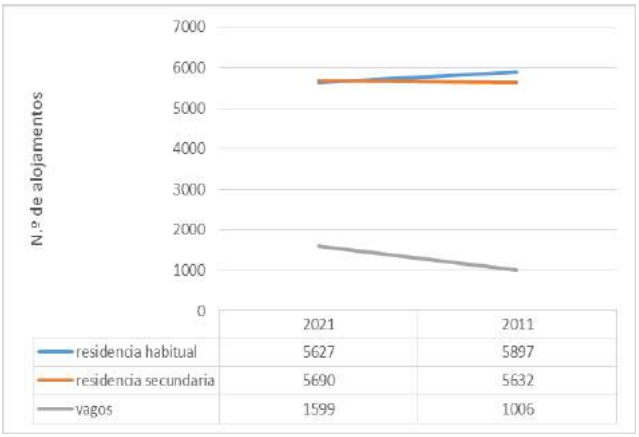



Fontes de dados: INE - Estatísticas de Casamentos
INE | DGPJ/MJ - Estatísticas de Divórcios e Separação de Pessoas e Bens
Fonte: PORDATA

- **Saldos populacionais anuais: total, natural e migratório:** em 2020 a diferença entre o número de nascimentos e o de mortes em Castro Daire foi negativo, traduzindo-se num saldo natural de menos 165 indivíduos, sendo o 3.º mais negativo de Viseu Dão Lafões Em contrapartida, o saldo migratório foi positivo (mais 158 indivíduos).




- **Número de alojamentos:** em 2021 registaram-se 14937 alojamentos, mais 391 que em 2011, numa variação de 3%, sendo que o número de alojamentos vagos aumentou cerca de 38%, representando a perda de população.




### 3.2. DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO, SEGUNDO OS CENSOS DE 2001 E 2011

O concelho de Castro Daire tinha em 2011, de acordo com o Recenseamento da População, um total de 15 339 indivíduos residentes distribuídos no território do concelho, como ilustra a Figura 1.

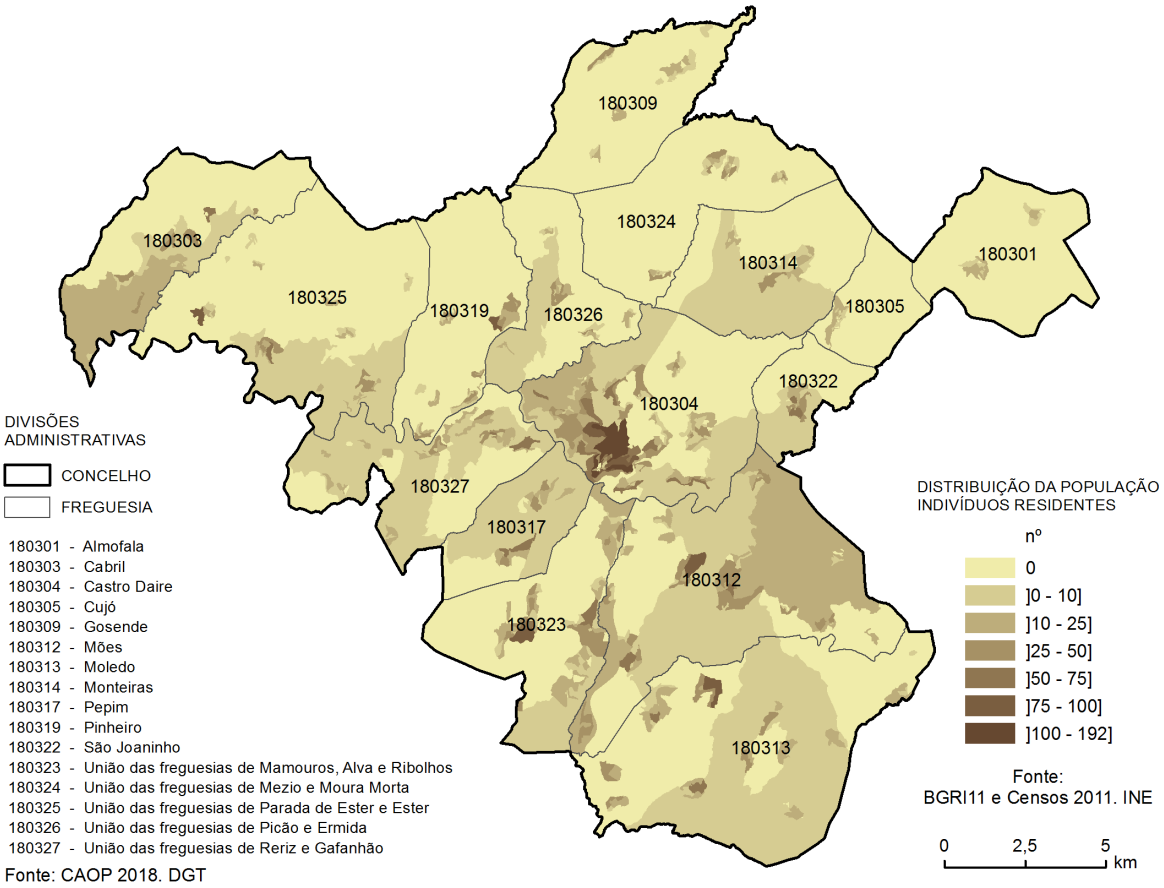



Figura 1 - Distribuição da População Residente, no concelho de Castro Daire, em 2011, por subsecção estatística

A população concentrava-se em torno da sede do Município, sendo a freguesia de Castro Daire a mais populosa, com 4 674 residentes (30,5%) (Figura 2) e a mais densamente povoada, com 143,7 indivíduos por km$^2$ (Figura 3).

A freguesia de Mões (2 109), a União das Freguesias de Mamouros, Alva e Ribolhos (1 527) e a freguesia de Moledo (1 314), geograficamente posicionadas a sul do Concelho, abarcam, em conjunto, 29,2% dos seus residentes. As duas primeiras têm densidades populacionais acima da média do Concelho, respetivamente, 48,2 e 60,2 indivíduos por km$^2$. Moledo, apesar de ser a quarta freguesia mais povoada, tem uma densidade populacional de apenas 25,9 indivíduos por km$^2$, o que se explica pela sua dimensão territorial, já que, com a área de 4 699,4 ha, é a maior freguesia do concelho.

As restantes freguesias albergavam 40,3% da população residente, não ultrapassando nenhuma delas individualmente os 1 000 indivíduos. A União de Freguesias de Ester e Parada de Ester, em 2001, estava acima deste número, com 1 110 residentes, mas perdeu 236 indivíduos no último período intercensitário, cingindo-se, em 2011, a 868 residentes.

A menos povoada das dezasseis freguesias que integram o Município era Almofala, situada no seu extremo, a Nascente, com 228 residentes. Era também a freguesia com menor densidade populacional, com apenas, 12,3 indivíduos por km$^2$.

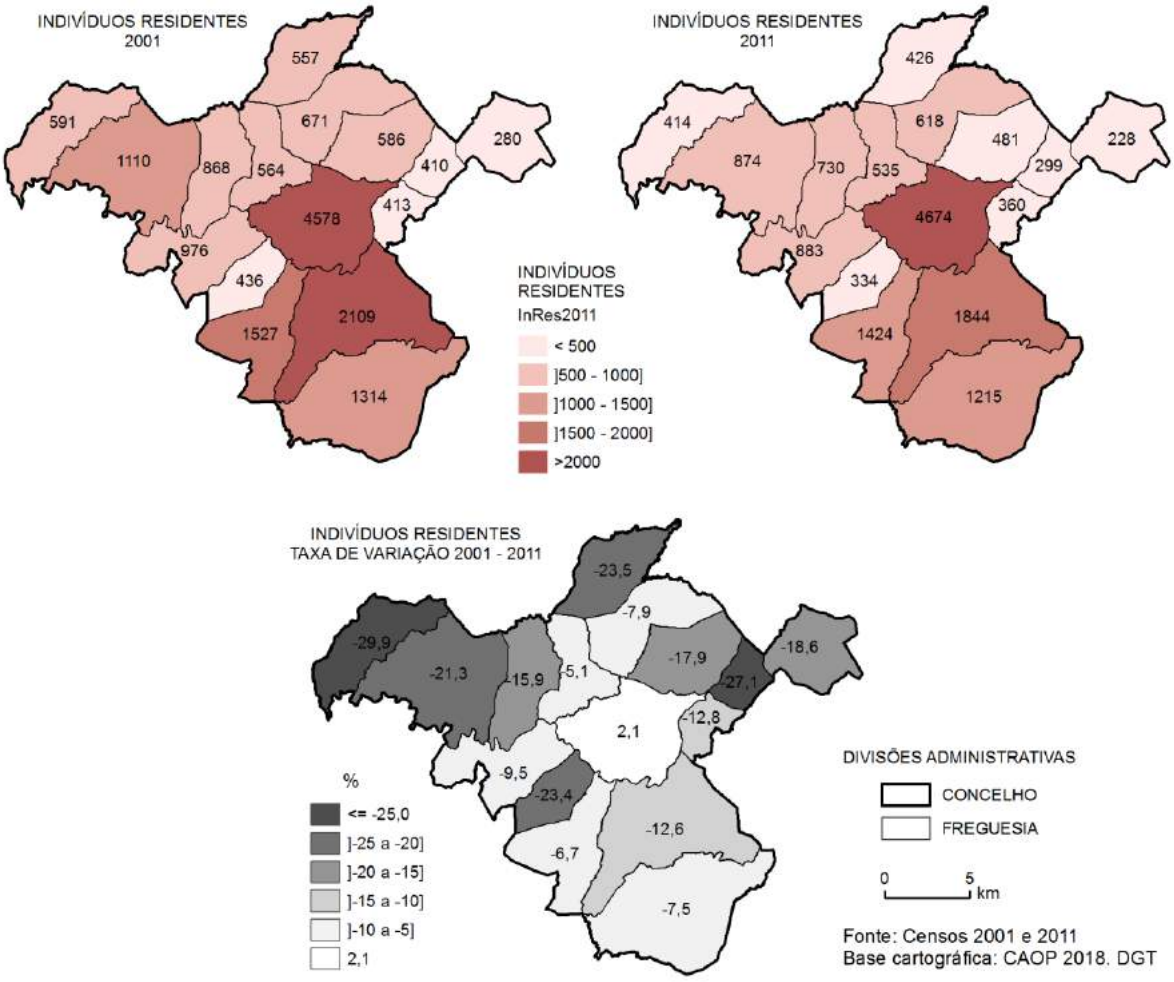



Figura 2 - Distribuição dos indivíduos residentes no concelho de Castro Daire em 2001 e 2011 e variação da população residente entre 2001 e 2011, por freguesia Fonte: Quadros I..2.1.1 e I.2.1.2 - Anexo I

A evolução da distribuição da população residente entre 2001 e 2011 evidencia um reforço populacional da sede do Município, sendo Castro Daire a única freguesia na qual houve um aumento, de população, que, apesar de modesto (96 indivíduos), se traduz numa taxa de variação de 2,1%, muito superior à verificada no Concelho (-9,7%) (Quadro I.2.2). Nas restantes 15 freguesias, o número de residentes diminuiu: a União de freguesias de Picão e Ermida (-5,1), a União de freguesias de Mamouros, Alva e Ribolhos (-6,7%), Moledo (-7,5%), a União de freguesias de Mézio e Moura Morta (-7,9%) e União de freguesias de Reriz e Gafanhão (-9,5%) apresentam taxas de variação da população inferiores ou próximas da verificada para o Concelho; em Mões (-12,6%), São Joanino (12,8%), Pinheiro (15,9%), Monteiras (17,9%) e Almofala (18,6%), a população reduziu-se numa proporção superior à verificada para o concelho, mas conservando, ainda assim, mais de 4/5 da população que tinham em 2001; na União das Freguesias de Ester e Parada de Ester (-21,3%), em Pepim (-23,4%) e em Gosende (-23,5%) a população diminuiu para menos 1/5 das respetivas populações; Cabril (-29,9%) e Cujó (-27,1%) perderam mais de um quarto da sua população durante este período.

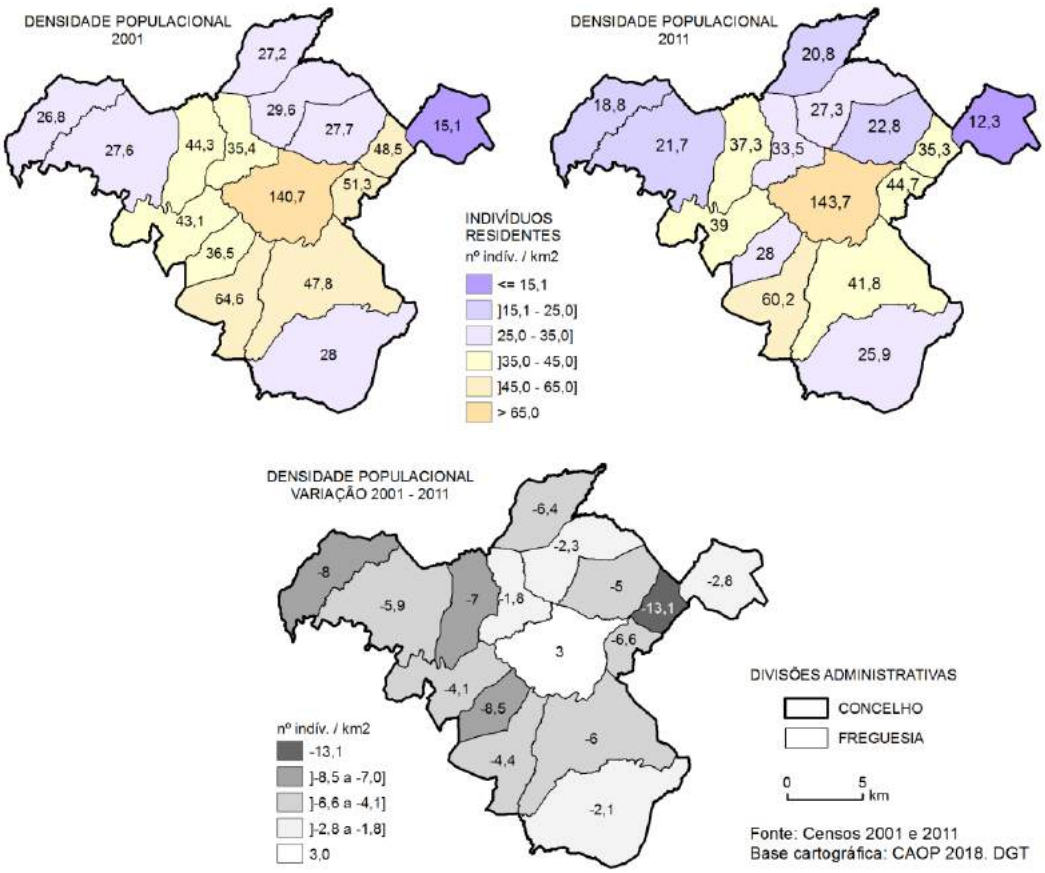



Figura 3 - Densidade Populacional no concelho de Castro Daire em 2001 e 2011 e respetiva variação entre 2001 e 2011, por freguesia

Fonte: Quadro I.2.1.3 - Anexo I

### 3.3. EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO

De acordo com os Recenseamentos da População, entre 1911 e 2011, Castro Daire atingiu o maior contingente populacional, 26 656 residentes, em 1950, vindo a diminuir a partir daí, até aos 15 339 residentes, em 2011 (Figura 4). Nestes 61 anos perdeu 11 317 indivíduos o que se traduz numa taxa de variação populacional de -42,5%.

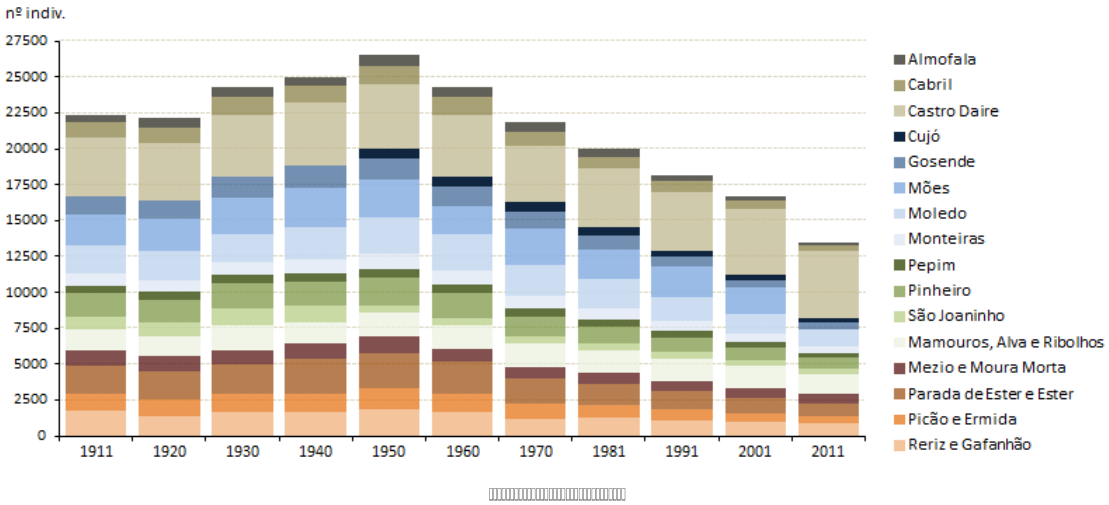



Figura 4 Evolução da população residente, no concelho de Castro Daire, por freguesia, entre 1919 e 2011, segundo os Censos da População

Desde 1950, que as taxas de variação populacionais são negativas em todas as freguesias do Concelho, com as seguintes exceções (Figura 5 e Quadro I.2.2 - Anexo I):

- 1950/1960 - Freguesia de Cujó (5,9%) - o valor apresentado reflete a sua recente criação, em 1949, pelo Decreto-Lei nº 37 352, de 25 de Março, em território desanexado da freguesia de São Joaninho;

- Entre 1970/1981 – a freguesia de Mões em maior destaque, que teve um forte desenvolvimento pela indústria que ali se instalou.

-Na década de 90 – destaca-se a freguesia de Castro Daire.

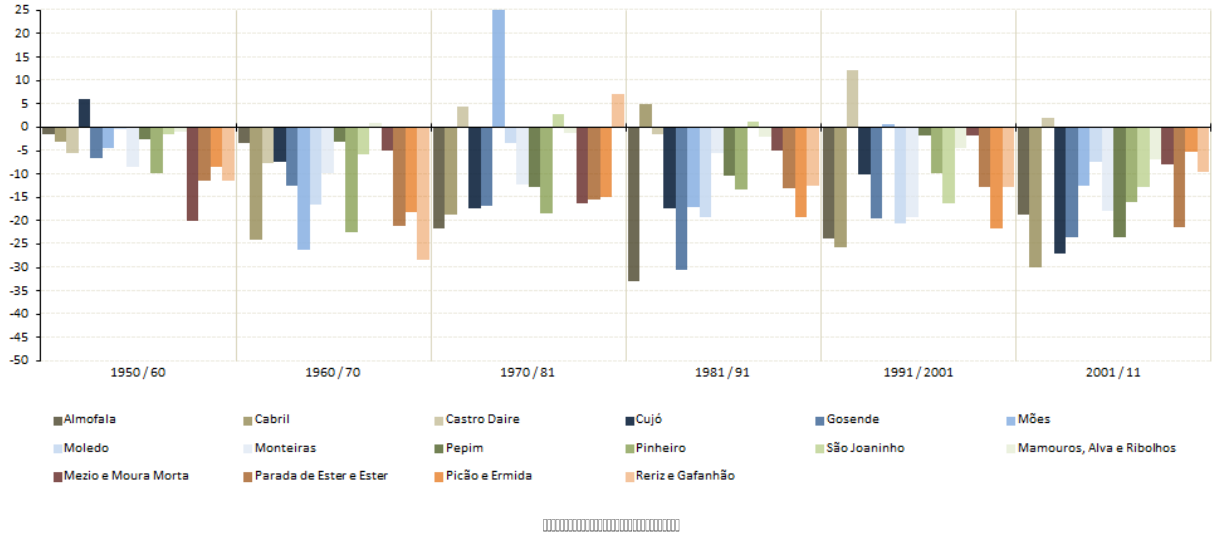



Figura 5 - Taxa de Variação da População Residente, no concelho de Castro Daire, por freguesia, entre 1911 e 2011, segundo os Censos da População, entre 1950 e 2011

No último período intercensitário (2001-2011) o Concelho perdeu 1 651 residentes, o que corresponde a uma a taxa de variação da população de -9,7%, passando a população residente no Município, em 2011, a corresponder a apenas 90,3% dos residentes em 2001 (Quadro I.2.2 - Anexo I).

No contexto da Região Centro, Castro Daire enquadra-se no conjunto dos 16 municípios com taxas de variação da população ente -13% e -9% (Figura 6), ainda que muito próximo do valor superior (-9,7%). Está, assim, englobado no conjunto dos 32 concelhos que perderam mais população nesta região, durante este decénio.

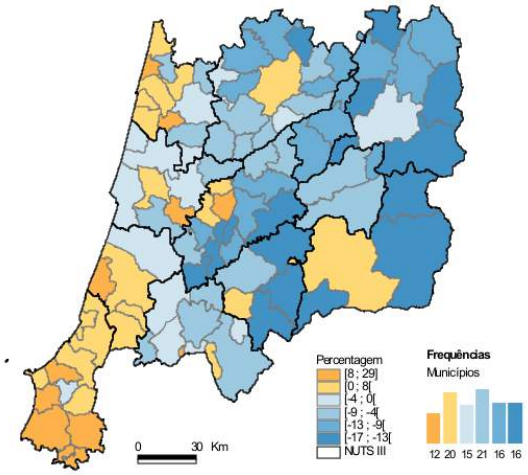



Figura 6 - Taxa de Variação da população na Região Centro, por concelho, entre 2001 e 2011

De acordo com as estimativas do INE, a população residente em Castro Daire terá continuado a diminuir após 2011, sendo composta em 2018 por 13 928 indivíduos (Figura 7).

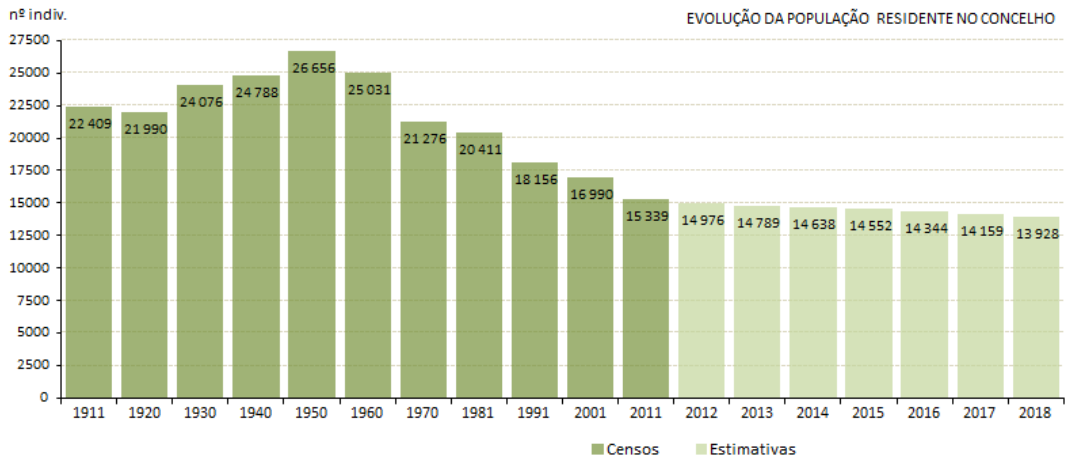



Figura 7 - Evolução da população residente, no concelho de Castro Daire, entre 1919 e 2011 segundo os Censos da População e

Tanto o Saldo Natural, como o Saldo Migratório, contribuem para este decréscimo da população, dado que são sempre negativos, com exceção do ano de 2015, no qual o Saldo Migratório registou um valor positivo (16 indivíduos). O Saldo Natural, que traduz o balaço entre o número de nascimentos e o número de mortes, varia neste período, entre -94 indivíduos (2011) e -150 indivíduos (2018). O Saldo Migratório, que quantifica a diferença entre o número de indivíduos que se tornaram residentes do concelho e aqueles que nele deixaram de residir, oscila entre um valor negativo de -93 indivíduos (2011) e um valor positivo de 16 indivíduos (2015) e (Figura 8).

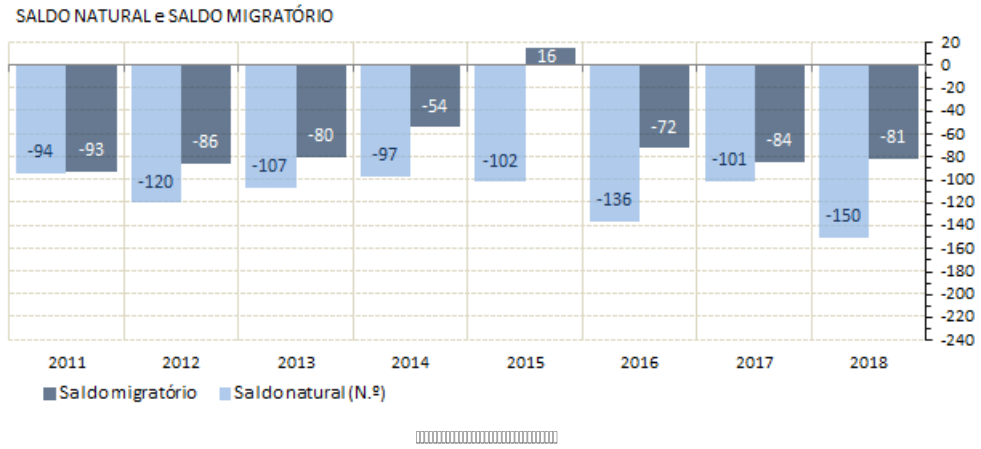



Figura 8 - Saldo Natural e Saldo Migratório, no concelho de Castro Daire, entre 2012 e 2018

Assim, o Crescimento Efetivo da população residente no Concelho, entre 2011 e 2018 (Figura 9), terá sido sempre negativo, decrescendo de forma menos acentuada entre 2013 e 2015, o que se explica principalmente pela contração dos valores do Saldo Migratório (Figura 8).

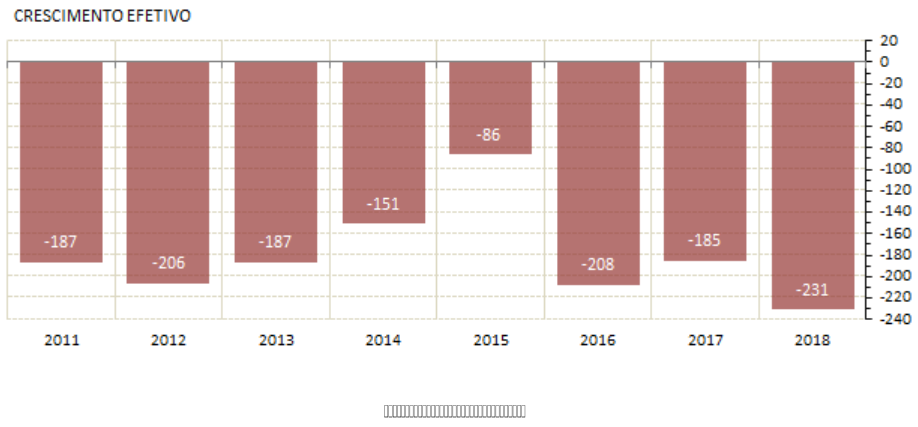



Figura 9 - Crescimento Efetivo da população residente, no Concelho, entre 2012 e 2018 (Estimativa do INE)

Os saldos Natural e Migratório bem como o Crescimento Efetivo da população ponderados pela população média estimada para os respetivos anos, traduzem-se nas Taxas de Crescimento Natural, Crescimento Migratório e Crescimento Efetivo ilustradas na Figura 10 e descritas no Quadro I.2.2.1, do Anexo I.

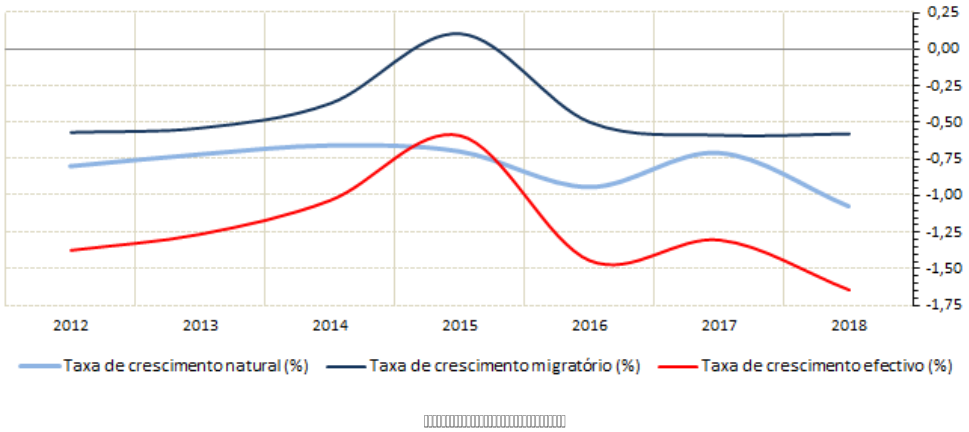



Figura 10 - Taxa de Crescimento Natural, Taxa de Crescimento Migratório e Taxa de Crescimento Efetivo, no Concelho, entre 2012 e 2018 (Estimativa do INE)

## 3.4. USO E OCUPAÇÃO DO SOLO

### 3.4.1. ABORDAGEM GERAL

Muitas vezes o solo é entendido como mero suporte da ocupação humana artificializada e nem sempre adequadamente valorizado enquanto recurso natural essencial, escasso e potencialmente finito, no PNPOT, este recurso é reconhecido como sendo da maior relevância nas suas valências quer pedológicas e de potencial produtivo primário quer ecológicas e de suporte da biodiversidade e dos ciclos biogeoquímicos, como os da água, carbono, azoto e matéria orgânica, através da representação espacial dos solos de elevado e muito elevado valor nestas valências.

Assim, o conhecimento do uso do solo existente no território, a sua evolução e o seu potencial assumem uma elevada importância no ordenamento do território. O uso e ocupação do solo é determinado pelas variáveis já analisadas, como a hipsometria, os declives, as vertentes, o clima, a geologia e a hidrografia, assim como a ação humana.

A base utilizada para a ponderação do uso e ocupação do solo no concelho de Castro Daire foi a Carta de Uso e Ocupação do Solo de Portugal Continental para o ano de 2015 (COS 2015), da Direção Geral do Território, DGT, representada no Anexo 14.

A nomenclatura da COS 2015 respeita uma hierarquia que representa a ocupação e uso do solo em diferentes níveis de detalhe temático. Ao nível da representação das megaclasses no concelho é possível verificar a sua dimensão na seguinte tabela e gráfico.

Tabela 1 - Megaclasses da COS 2015 existentes no concelho de Castro Daire

| MEGACLASSE | ÁREA | |
|---|---|---|
| | ha | % |
| Florestas | 38118,78 | 25,71% |
| Matos | 94888,93 | 64,00% |
| Agricultura | 7530,78 | 5,08% |
| Corpos de água | 92,27 | 0,06% |
| Pastagens | 740,00 | 0,50% |
| Territórios artificializados | 6105,61 | 4,12% |
| Espaços descobertos ou com vegetação esparsa | 787,38 | 0,53% |
| **TOTAL** | 148263,75 | 100% |

Fonte: COS 2015

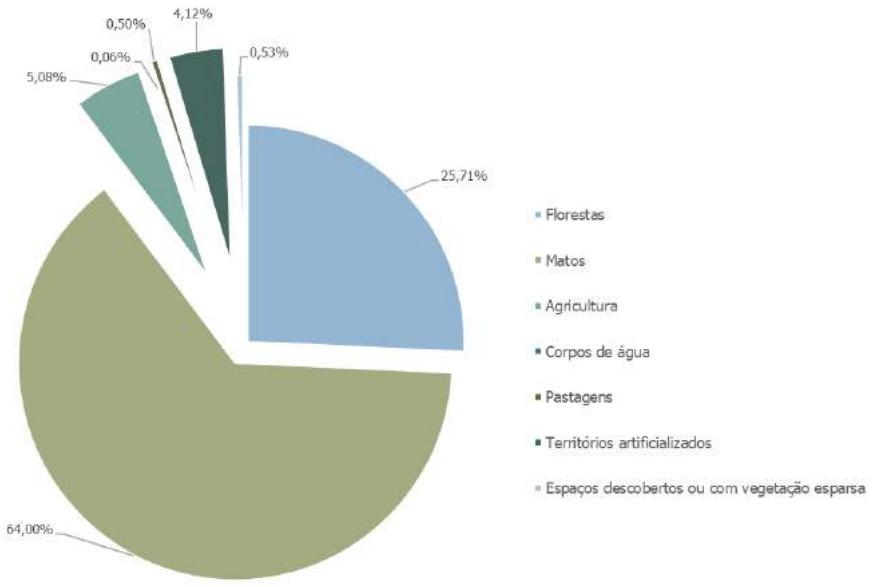



Figura 11 - Megaclasses da COS 2015 existentes no concelho de Castro Daire
Fonte: COS 2015

Relativamente ao uso e ocupação do solo, o concelho de Castro Daire é maioritariamente ocupado por matos, cerca de 64%, tendo maior representatividade nas freguesias de Cabril, Gosende, união das freguesias de Mezio e Moura Morta, S. Joaninho, Mões e união das freguesias de Mamouros, Alva e Ribolhos. Os matos apresentam uma elevada expressão no concelho surgindo, assim, em todo o território com extensões consideráveis, 94.889ha. As grandes diferenças de altitude do concelho revelam o escalonamento altitudinal das várias espécies vegetais e associações florísticas. Os matos cumprem funções de regulação, proteção, valorização paisagística ao introduzir diferentes espécies mediterrânicas e autóctones.

As áreas com menor expressão são as pastagens, os espaços descobertos ou com vegetação esparsa e os corpos de água. Os territórios artificializados correspondem a cerca de 4% do território semelhante aos concelhos vizinhos.

### 3.4.2. ESTRUTURA FUNDIÁRIA

No que se refere à estrutura fundiária do concelho, atendendo a que não existe um levantamento cadastral completo não é possível proceder a uma análise sobre a mesma.

Sabe-se no entanto que predomina no concelho o sistema de minifúndio.

### 3.4.3. FLORESTA

A floresta abrange uma área de 38.118ha, compreendendo cerca de 26% do território. No concelho, a floresta assume uma grande importância pelo papel que desempenha em termos de proteção, regulação e suporte biofísico, assim como pela capacidade para suportar atividades de recreio e lazer, bem como de valorização paisagística (especialmente os povoamentos mistos de folhosas e folhosas e resinosas). Existem 4 perímetros florestais no concelho que se encontram descritos no capítulo do regime florestal.

Tabela 2 – Ocupação Florestal

| | Classe | hectares | % |
|---|---|---|---|
| Floresta de Folhosas | Floresta espécies invasoras | 15,87 | 0,04% |
| | Florestas de castanheiro | 86,59 | 0,06% |
| | Florestas de eucalipto | 2577,36 | 1,74% |
| | Florestas de outras folhosas | 3533,39 | 2,38% |
| Floresta de Resinosas | Florestas de outras resinosas | 108,65 | 0,07% |
| | Florestas de outros carvalhos | 2641,66 | 1,78% |
| | Florestas de pinheiro bravo | 29146,50 | 19,66% |
| | Florestas de pinheiro manso | 8,77 | 0,01% |
| **TOTAL** | | 38118,78 | 26% |

Fonte: COS 2015

A ocupação florestal (Anexo 15) surge subdividida em seis classes diferenciadas (eucalipto, folhosas, resinosas, carvalhos, pinheiro bravo, pinheiro manso e castanheiro), sendo possível verificar que há uma predominância de pinheiro bravo que, no seu conjunto com o pinheiro manso e outras resinosas, ocupam cerca 21% da área concelhia, aproximadamente 29.260ha, enquanto a classe de folhosas corresponde apenas a cerca de 4%, conforme se pode observar no gráfico a seguir.

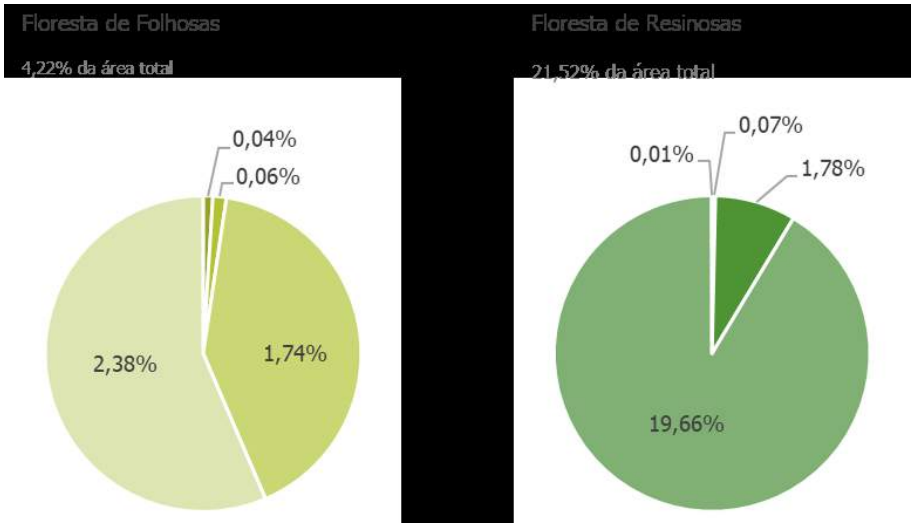
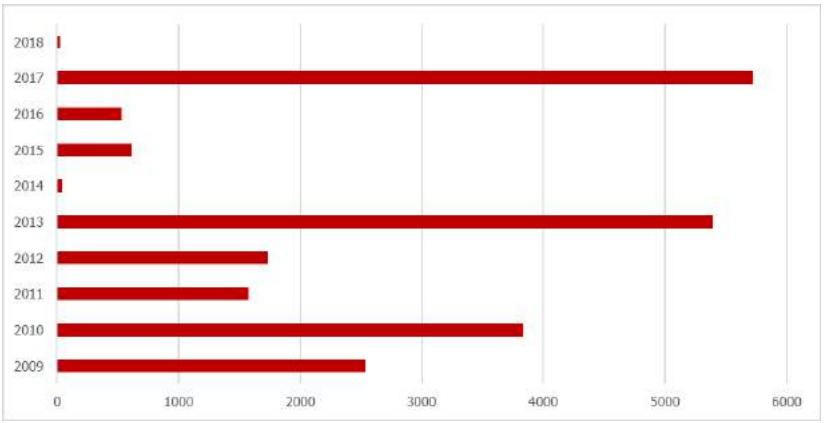



Figura 12 - Floresta – Percentagens de áreas ocupadas por espécie

A floresta cumpre funções de proteção, conservação de habitats, produção, silvo-pastorícia, caça, turismo e recreio, pelo que qualquer desequilíbrio do ecossistema florestal poderá ter graves consequências ao nível económico da perda de solo, da diminuição da qualidade da água e das consequências ao nível dos habitats, entre outros.

Dado a grande ocupação florestal no território, importa dar enfase aos incêndios florestais. À semelhança do restante território de Portugal Continental, o concelho também tem sido assolado por incêndios nos últimos anos que se traduzem em graves consequências económicas, sociais e ambientais. Através dos mapas das áreas ardidas entre 2009 e 2018 do ICNF, foi possível realizar uma análise a este respeito, a qual também está ilustrada em planta em Anexo (Anexo 16).




| Ano | Área (ha) |
|---|---|
| 2009 | 2533,36 |
| 2010 | 3835,22 |
| 2011 | 1572,97 |
| 2012 | 1735,79 |
| 2013 | 5388,54 |
| 2014 | 46,62 |
| 2015 | 615,10 |
| 2016 | 533,41 |
| 2017 | 5722,91 |
| 2018 | 25,68 |
| **TOTAL** | 22009,60 |

Figura 13 Áreas ardidas (ha) no concelho de Castro Daire (2009-2018)
Fonte: ICNF

O gráfico demonstra a área ardida, onde se observa dois grandes picos, um em 2013 e outro em 2017, apresentando a maior dimensão de área ardida significativa, contrastando com os anos anteriores, que registaram consequências menos devastadoras no território.

Sendo a ocupação do solo predominante mato e floresta, deverão promover-se áreas florestais diversificadas, florestas de uso múltiplo, de acordo com as características ecológicas do território, e medidas de combate aos incêndios.

Figura 4| Espécies florestais predominantes no concelho (CIIMP, material expositivo, set.2015)

### 3.4.4. AGRICULTURA

No que concerne à ocupação agrícola (Anexo 17), esta abrange aproximadamente 7.595ha, destacam-se as "Culturas temporárias de sequeiro e regadio", que se estende por 4.689ha, cerca de 3%, a "Agricultura com espaços naturais e seminaturais" que ocupa 16.848ha e as "Culturas temporárias e/ou pastagens associadas a culturas permanentes" que abrange apenas 340ha.

Tabela 3 – Ocupação Agrícola (Fonte: COS 2015)

| | Classe | hectares | % |
|---|---|---|---|
| Culturas temporárias | Culturas temporárias de sequeiro e regadio | 4684,97 | 3,16% |
| Culturas permanentes | Vinhas | 6,59 | 0,00% |
| | Pomares | 15,93 | 0,01% |
| | Olivais | 36,52 | 0,02% |
| Pastagens Permanentes | Pastagens Permanentes | 64,29 | 0,04% |
| Áreas agrícolas heterogéneas | Culturas temporárias e/ou pastagens associads a culturas permanentes | 340,44 | 0,23% |
| | Sistemas culturais e parcelares complexos | 797,77 | 0,54% |
| | Agricultura com espaços naturais e semi-naturais | 1648,54 | 1,11% |
| **TOTAL** | | 7595,07 | 5% |

As áreas agrícolas desenvolvem-se maioritariamente ao longo das principais linhas de água, em redor dos aglomerados urbanos e dentro dos próprios aglomerados. Muitas vezes estas áreas assumem formas bastante elaboradas, tanto pela sua necessária adaptação aos invernos rigorosos, como ao relevo. A paisagem muitas vezes apresenta encostas moldadas em socalcos, e quando estes não existem, o sistema de compartimentação dos campos é frequente e constituído por muros e/ou sebes arbóreas.

Figura 14 – Exemplo de encostas ocupadas por área agrícolas em socalcos, Cabril. Figura 15 – Exemplo do sistema de compartimentação por sebes arbóreas, Reriz.

Fonte: Levantamentos de Campo 23 de setembro de 2019

Em Castro Daire, o olival, vinha e pomares apenas representam cerca de 0,03% do território e desenvolvem-se em áreas de vale e zonas de transição para as áreas mais declivosas, surgindo muitas vezes em socalcos. Desempenham funções de produção, mas também de regulação, de suporte biofísico e de valorização paisagística pela geometria e diferentes tonalidades que confere à paisagem.

De acordo com a tabela do tipo de utilização verifica-se que quase todas as explorações no concelhotêm SAU, assim como outras superfícies, nomeadamente edifícios, caminhos, albufeiras, matas e florestas orientadas exclusivamente para fins de proteção do ambiente ou de recreio.

Observa-se ainda que grande parte das explorações são ocupadas por matas e florestas sem aproveitamento agrícola simultâneo e que apenas 80 têm Superfície Agrícola Não Utilizada (SANU), entendida como a área com potencial agrícola, mas sem utilização.

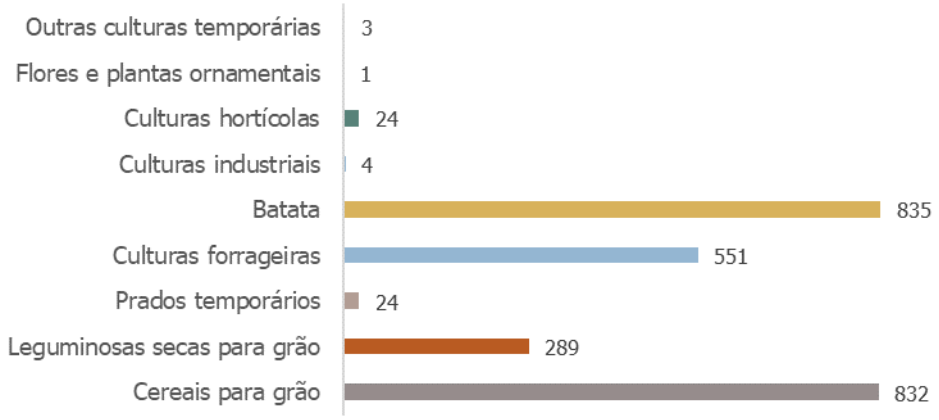
Tabela 4. Explorações agrícolas (N.º) e Tipo de utilização das terras

| Localização | Total | Superfície agrícola utilizada (SAU) | Matas e florestas sem culturas sob-coberto | Superfície agrícola não utilizada (SANU) | Outras superfícies |
|---|---|---|---|---|---|
| Continente | 266039 | 262114 | 128340 | 32291 | 248153 |
| Centro | 97586 | 96063 | 55655 | 11513 | 90516 |
| Viseu Dão Lafões | 14965 | 14485 | 9489 | 1413 | 13854 |
| Castro Daire | 1539 | 1479 | 961 | 80 | 1376 |

**Culturas Temporárias**

No concelho de Castro Daire são as explorações de batata as que representam o maior número de culturas temporárias, seguidas pelas de cereais para grão. Com menos representatividade, integrando, também, as culturas temporárias do concelho estão as culturas de Flores e Plantas Ornamentais.

Figura 16Tipo de Explorações agrícolas com culturas temporárias
Fonte: INE 2019




**Culturas Permanentes**

Relativamente às culturas permanentes encontram-se organizadas em frutos frescos, citrinos, frutos subtropicais, frutos de casca rija, olival e vinha. A vinha ocupa uma grande fatia da superfície de culturas permanentes, à semelhança da realidade presente nas explorações agrícolas Nacionais. No entanto são os Frutos de Casca Rija são as culturas permanentes com maior representatividade. Os frutos sub-tropicais e as outras culturas permanentes não têm quase expressão no concelho.

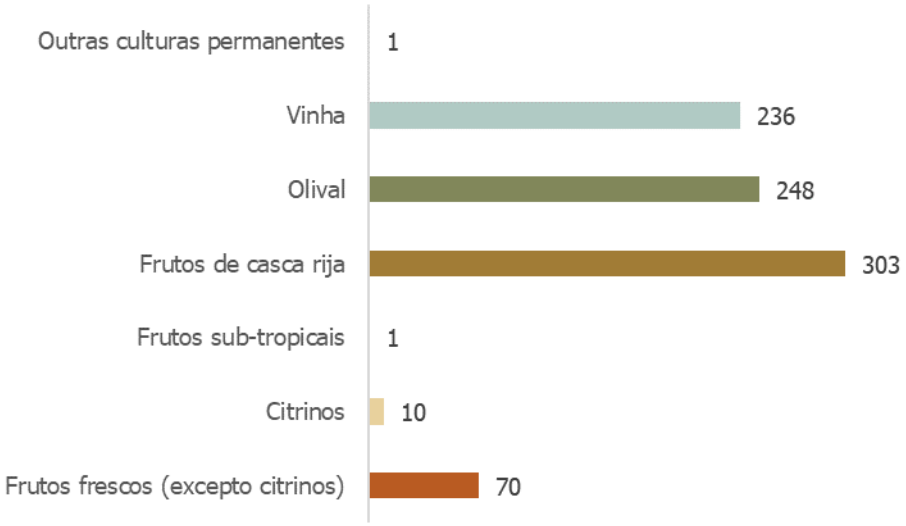



Figura 17Tipo de Explorações agrícolas com culturas permanentes
Fonte: INE 2019

## Efetivo Animal

De acordo com o Novo Regime do Exercício da Atividade Pecuária são consideradas atividades pecuárias, todas as instalações de re-produção, produção, detenção, comercialização, exposição e outras relativas a animais das espécies pecuárias; assim estão neste conceito não só as explorações pecuárias, mas também os centros de agrupamento de animais ou os entrepostos de animais.

Em termos de dinâmicas ocorridas na última década no concelho de Castro Daire no que se refere ao efetivo animal e às explorações, verificando-se uma tendência de decréscimo generalizado. As explorações com equídeos e coelhos foram as que sofreram maior redução, enquanto, se avaliarmos o efetivo animal da exploração, os suínos registaram o maior decréscimo, seguido dos coelhos.

Tabela 5. Explorações agrícolas com efetivo animal (N.º)

| Espécie Animal | Exploração agrícolas com efetivo animal | | | Efetivo animal da exploração | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2009 | 2019 | Variação | 2009 | 2019 | Variação |
| Bovinos | 340 | 253 | -26% | 1331 | 1349 | 1% |
| Suínos | 600 | 465 | -23% | 1437 | 873 | -39% |
| Ovinos | 381 | 352 | -8% | 4138 | 3973 | -4% |
| Caprinos | 553 | 423 | -24% | 4753 | 3612 | -24% |
| Equídeos | 115 | 75 | -35% | 130 | 142 | 9% |
| Aves | 910 | 888 | -2% | 383373 | 1099880 | 187% |
| Coelhos | 480 | 338 | -30% | 3859 | 2641 | -32% |
| Colmeias e cortiços povoados | 110 | 93 | -15% | 997 | 3758 | 277% |

Fonte: INE 2009 e 2019

No gráfico seguinte é possível observar a proporção das explorações com os diferentes efetivos animais, onde é evidente o destaque das aves com 31% em relação aos outros efetivos. Seguem-se os suínos com 16% e os caprinos com 15%. As explorações com equídeos e colmeias e cortiços povoados são as que tem menos expressão no concelho.

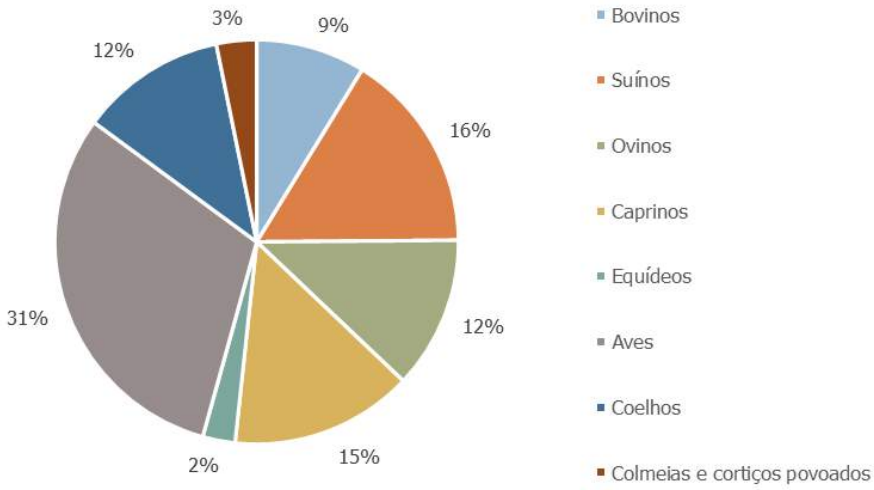



Figura 18. Explorações agrícolas com efetivo animal no concelho
Fonte: INE 2019

Ao nível da freguesia é a União das Freguesias de Mamouros, Alva e Ribolhos é a que concentra um maior número de explorações agrícolas com efetivo animal do concelho, seguida pela freguesia de Castro Daire.

As explorações com aves, sendo a mais representativa do concelho, são também a que apresenta maior expressão nas diferentes freguesias, destacando-se mais uma vez a União das Freguesias de Mamouros, Alva e Ribolhos com 150, seguida de Moledo com 119. Por outro lado, é nas freguesias de São Joaninho e Cujó que se regista o menor o nº de explorações com aves. Seguem-se as explorações com suínos e caprinos, também com alguma expressão no concelho, onde mais uma vez a União das Freguesias de Mamouros, Alva e Ribolhos, assim como a freguesia de Castro Daire.

Apesar das Colmeias e Cortiços terem pouca expressão no concelho, são uma atividade complementar com grande importância nos espaços florestais que tem vindo a ganhar alguma relevância.

Tabela 6. Explorações agrícolas com efetivo animal por freguesia

| Freguesia | Espécie animal | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Bovinos | Suínos | Ovinos | Caprinos | Equídeos | Aves | Coelhos | Colmeias e cortiços povoados |
| Almofala | 4 | 1 | 2 | 16 | 9 | 21 | 10 | 4 |
| Cabril | 19 | 19 | 23 | 26 | 4 | 43 | 23 | 17 |
| Castro Daire | 43 | 80 | 35 | 45 | 5 | 100 | 24 | 8 |
| Cujó | 2 | 3 | 6 | 20 | 9 | 19 | 7 | 6 |
| Gosende | 26 | 10 | 12 | 10 | 2 | 29 | 15 | - |
| Mões | 13 | 43 | 24 | 47 | 1 | 39 | 5 | 9 |
| Moledo | 7 | 62 | 52 | 42 | 4 | 119 | 45 | 10 |
| Monteiras | 7 | 18 | 13 | 15 | 8 | 30 | 16 | 6 |
| Pepim | 3 | 16 | 18 | 7 | 1 | 38 | 19 | - |
| Pinheiro | 15 | 17 | 30 | 24 | 2 | 64 | 26 | 1 |

| | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| São Joaninho | 2 | 7 | 11 | 20 | - | 1 | - | 1 |
| UF de Mamouros, Alva e Ribolhos | 20 | 88 | 49 | 41 | 4 | 150 | 43 | 1 |
| UF de Mezio e Moura Morta | 18 | 7 | 17 | 18 | 4 | 42 | 18 | 7 |
| UF de Parada de Ester e Ester | 44 | 39 | 28 | 39 | 8 | 79 | 40 | 13 |
| UF de Picão e Ermida | 5 | 10 | 9 | 16 | 5 | 37 | 18 | 2 |
| UF de Reriz e Gafanhão | 25 | 45 | 23 | 37 | 9 | 77 | 29 | 8 |

Fonte: INE 2019

Os dados no Portal Nacional relativamente às empresas de Agricultura e Pecuária de Castro Daire vão de encontro com os dados do INE, uma vez que existe um predomínio de empresas relacionadas com a criação e comércio de Aves e Ovos e criação e Comércio de Porcos e Javali.

### Produtor

O produtor agrícola envelheceu, verificando-se uma maior concentração dos mesmos nas faixas etárias mais idosas. De acordo com o recenseamento agrícola de 2019, são pessoas que apresentam um baixo grau de escolaridade, tendo apenas completado o 1º ciclo do ensino básico.

No que concerne ao tipo de produção, importa salientar que apenas 0,84% das explorações agrícolas do concelho de Castro Daire são de agricultura biológica. É uma percentagem bastante baixa pelo que importa estimular a produção e o consumo de produtos biológicos.

O concelho de Castro Daire integra a área de dois produtos agrícolas cujas denominações se encontram registadas como Denominações de Origem Protegida (DOP), designadamente a Carne Arouquesa e a Maçã Bravo de Esmolfe.

Figura 19. Carne Arouquesa e Maça Bravo de Esmolfe
Fonte: DGADR

A Raça Arouquesa era tradicionalmente usada para lavrar os campos, a raça Arouquesa é também bastante apreciada pelo seu leite, especialmente indicado para a produção de manteiga.

A maça Bravo de Esmolfe é uma variedade regional, conhecida desde o séc. XVIII, e é originária da aldeia de Esmolfe (Penalva do Castelo). A sua disseminação por várias zonas de produção frutícola, especialmente na Região da Beira Alta e em parte da Cova da Beira terá ocorrido através de enxertos.

### 3.4.5. TERRITÓRIOS ARTIFICIALIZADOS

A classe de espaço urbano (Anexo 18) que inclui áreas de indústria, comércio e equipamentos gerais, representa apenas 4,12% da área do concelho, que corresponde a 6 105ha. Os aglomerados populacionais estão dispersos por todo o município de Castro Daire.

Tabela 7 – Ocupação de Territórios Artificializados

| | Classe | hectares | % |
|---|---|---|---|
| Tecido urbano | Tecido urbano contínuo | 180,64 | 0,12% |
| | Tecido urbano descontínuo | 693,36 | 0,47% |
| Indústria, comércio e transportes | Indústria, comércio e equipamentos | 51,54 | 0,03% |
| | Redes viárias e ferroviárias e espaços associados | 4974,10 | 3,35% |
| Espaços verde urabnos, equipamentos desportivos, culturais e de lazer e zonas históricas | Equipamentos desportivos, culturais e de lazer e zonas hsistóricas | 17,25 | 0,01% |
| **TOTAL** | | 5916,89 | 4% |

Fonte: COS 2018

No concelho, os aglomerados desenvolveram-se quase sempre associados às linhas de água, com exposição solar das vertentes a Sul e solos com aptidão para culturas de sequeiro e regadio. Os aglomerados apresentam poucas áreas verdes públicas, no entanto, a nível de áreas privadas, estas surgem com muita representatividade. Os aglomerados são concentrados, mas nem sempre de uma forma compacta, o que é justificado, em parte, pela morfologia do terreno. Encontram-se poucas áreas de recreio no concelho, sendo algumas delas pequenos parques de piquenique e miradouros ao longo da rede viária. É de destacar que a maior área de recreio no concelho localiza-se na sede de município.

### 3.4.6. ÁREAS DE EXTRAÇÃO DE INERTES

As áreas de exploração de inertes, apesar de apenas representarem apenas 0.13% do território artificializado, têm uma grande importância no concelho.

Tabela 8 - Ocupação de Territórios Artificializados

| | Classe | hectares | % |
|---|---|---|---|
| Áreas de extração de inertes, áreas de deposição de resíduos e estaleiros de construção | Áreas de extração de inertes | 179,15 | 0,12% |
| | Áreas de deposição de resíduos | 1,85 | 0,00% |
| | Áreas em construção | 7,72 | 0,01% |
| **TOTAL** | | 188,71 | 0,13% |

Fonte: COS 2018

Uma vez que o território é composto por granito, rocha de grande importância na indústria da construção civil, existem algumas pedreiras licenciadas pela Câmara Municipal, que se localizam maioritariamente em Cela.

Figura 20 – Pedreira, Nossa Senhora de Ouvida.
Fonte: Levantamentos de Campo 23 de setembro de 2019

### 3.4.7. ZONA DE CAÇA (ASSOCIATIVA, TURÍSTICA, MUNICIPAL E NACIONAL) E PESCA

As Zonas de Caça Associativa (ZCA) são áreas constituídas de forma a privilegiar o incremento e manutenção do associativismo dos caçadores, conferindo-lhes, assim, a possibilidade de exercerem a gestão cinegética. As Zonas de Caça Municipal (ZCM) são áreas constituídas para proporcionar o exercício organizado da caça a um número maximizado de caçadores em condições especialmente acessíveis. As Zonas de Caça Turística (ZCT) são geridas por empresas tendo por objeto a exploração económica dos recursos cinegéticos. As ZCT, como entidades vendedoras do "serviço cinegético" são, em princípio, as mais vocacionadas para processos de certificação dirigidos ao consumidor. No entanto, o envolvimento das ZCA e ZCM no processo de certificação é essencial.

O concelho de Castro Daire possui quatro ZCA, oito ZCN e uma ZCT distribuídas da seguinte forma:

- Zona de Caça Associativa - Mões, Castro Daire, Freguesias de Alva, Pepim e Reriz e Encosta de Montemuro;
- Zona de Caça Municipal – Almofala, Modelo, Cabril, Mões, Castro Daire, Castro Daire Sul, Montemuro e Encostas do Paiva;
- Zona de Caça Turística – Turvena – Sociedade Turística Venatorio Lda.

Figura 21 – Zonas de caça no município
Fonte: Inplenitus (Adaptado do Mapa – Zonas de Caça do Plano Regional de Ordenamento Florestal de Dão – Lafões, 2005.

Relativamente à atividade piscatória o concelho de Castro Daire não possui nenhuma zona de pesca definida.

## 3.5. PATRIMÓNIO

### 3.5.1. PATRIMÓNIO ARQUITETÓNICO

O património arquitetónico do concelho vai para além do património classificado ou em vias de classificação pelo que se apresenta aquele que se considera mais relevante e que poderá ser considerado na base da definição de uma estratégia cultural.

#### 3.5.1.1. PATRIMÓNIO CLASSIFICADO

O concelho de Castro Daire não sendo um concelho rico em património classificado, distingue-se sobretudo pela variedade do seu património arquitetónico associado ao culto e ao modo de viver do povo.

O PDM94 faz referência a vários edifícios e construções classificados, sendo:

Imóveis de interesse público: 9 incidências, em que 5 são pelourinhos;
Valores concelhios: 4 incidências;

Em vias de classificação: 7 processos, em que apenas um foi classificado (Igreja de Ester). Os outros caducaram.

De acordo com a base de dados da DGPC, existem atualmente no concelho o seguinte inventário (Anexo P1):

Tabela 9 – Património arquitetónico classificado

| Freguesia | Nº | Designação | Classif | Diploma legal | Categ. | Uso atual |
|---|---|---|---|---|---|---|
| U.F de Picão e Ermida | 1 | Igreja de Nossa Senhora da Conceição | MN | Decreto n.º 2 303, de 29-03-1916 | Arq. Relig. | Igreja paroquial |
| Alva | NL | Pelourinho de Alva | IIP | Decreto n.º 23 122, DG n.º 231, de 11-10-1933 | Arq.civil | |
| Castro Daire | 2 | Igreja Matriz de Castro Daire | IIP | Decreto n.º 45/93, DR n.º 280, de 30-11-1993 | Arq. Relig. | Igreja paroquial |
| Castro Daire | 3 | Capela de São Sebastião | IIP | Decreto n.º 44 075, DG n.º 281, de 05-12-1961 | Arq. Relig. | Culto |
| Castro Daire | 4 | Pelourinho de Castro Daire | IIP | Decreto n.º 23 122, DG n.º 231, de 11-10-1933 | Arq. Civil | |
| Mões | 5 | Pelourinho de Mões | IIP | Decreto n.º 23 122, DG n.º 231, de 11-10-1933 | Arq. Civil | |
| Gosende | 6 | Pelourinho de Campo Benfeito | IIP | Decreto n.º 23 122, DG n.º 231, de 11-10-1933 | Arq. Civil | |
| Gosende | 7 | Pelourinho de Rossão | IIP | Imóvel de Interesse Público, Decreto n.º 23 122, DG n.º 231, de 11-10-1933 | Arq. Civil | |
| U.F. Parada de Ester e Ester | 8 | Igreja Matriz de Ester | IIP | Decreto n.º 5/2002, DR, 1ª Série-B. Nº 42, de 19-02-2002 | Arq. Relig. | Igreja paroquial |
| Castro Daire | 9 | Casa da Cerca | IIM | Decreto n.º 28/82, DR n.º 47, de 26-02-1982 | Arq. Civil | |
| Castro Daire | 10 | Capela das Carrancas | IIM | Decreto n.º 28/82, DR n.º 47, de 26-02-1982 | Arq. Relig. | Culto |

Figura 22 – Património classificado id:1, 2,3, 4, 7, 8, 9, 10

#### 3.5.1.2. PATRIMÓNIO ARQUITETÓNICO COM POTENCIAL INTERESSE

Para além do Património Arquitetónico Classificado, existe um vasto número de imóveis que constituem um património importante para o concelho, quer pelo seu valor arquitetónico quer pelo seu valor cultural e histórico. O levantamento efetuado teve por base consultas efetuadas ao IHRU, completado com deslocações ao terreno (Anexo P2 e P1)

Importa esclarecer que os imóveis deste inventário não têm qualquer classificação mas que o facto de estarem listados demonstra que têm potencial, sendo o intuito da sua inventariação averiguar a possibilidade da sua classificação num estudo de maior detalhe. Esta realidade permite concluir que o concelho tem um património para o qual se começa a prestar mais atenção, alargando o campo de definição do património clássico, para abranger a especificidade do concelho. Desta, verifica-se que a maioria dos elementos identificados se relaciona com equipamentos religiosos, na generalidade capelas, ermidas e igrejas.

Verifica-se que em todas as freguesias do concelho existem ermidas e capelas, para além das igrejas matrizes nas sedes de freguesia, num total de 23 ermidas e 117 capelas. Seria muito interessante criar uma rota associada a este culto da população e também ao facto dos Caminhos de Santiago serem também aqui representados.

Este inventário incide em várias tipologias de uso, formando–se essencialmente dois grandes grupos:

Edifícios religiosos: Ermidas, capelas e igrejas;

Figura 23 – exemplos do inventário: Casais do monte, Pepim

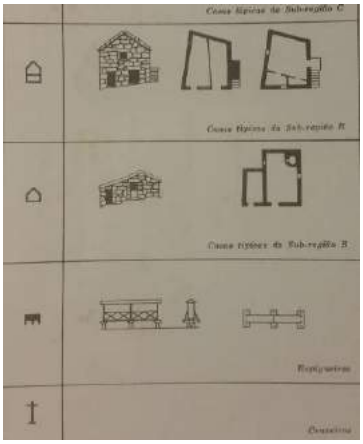
Edifícios civis: antigas escolas primárias, tribunal, equipamentos diversos.

Figura 24 – exemplos do inventário: Mezio e Castro Daire

Todo este inventário deverá ser alvo, em sede de estudo específico, de verificação da qualidade arquitetónica dos mesmos, com a definição de um conjunto de critérios, para que se possa definir um conjunto de regras de salvaguarda e valorização do mesmo.

Importa ainda realçar a importância da arquitetura vernacular, que no concelho de Castro Daire tem uma forte expressão e com bons exemplos de edifícios originais que importa salvaguardar e valorizar.

De acordo com o mapa tipológico definido no estudo da arquitetura popular portuguesa[3], Castro Daire insere-se na sub-região B. Moura Morta, Mezio e Monteiras surgem como lugares de exemplo para a tipologia da região:



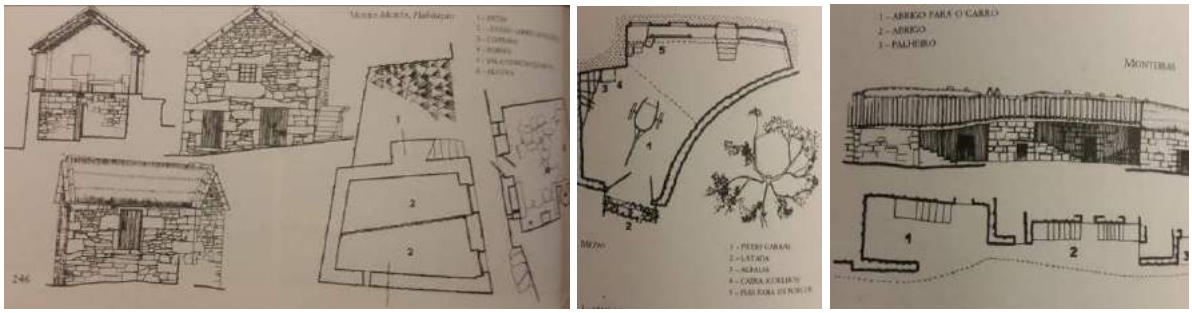


Figura 25 – tipologias das edificações da região: Moura Morta, Mezio e Monteiras

Também para este património riquíssimo da arquitetura portuguesa importa promover um estudo que faça um inventário dos elementos autênticos existentes no concelho e promover a sua reabilitação, com vista a manutenção da sua integridade e autenticidade.

[3] Arquitetura Popular Portuguesa; Associação dos Arquitetos Portugueses, 2ªedição1984

### 3.5.2. PATRIMÓNIO ARQUEOLÓGICO

No que se refere ao Património Arqueológico, o concelho Castro Daire é possuidor de um considerável número de sítios arqueológicos, o que é facilmente explicável pelas suas características naturais e geoestratégicas, que oferecem um espaço favorável à instalação de comunidades humanas. O material existente, embora apenas tenha como base de achados fortuitos, permite desde já um conhecimento razoável da evolução e fixação dos povos na região. Desta forma, o concelho tem vindo ao longo das últimas décadas a revelar a sua riqueza arqueológica. De seguida, é apresentada a listagem do património arqueológico inventariado no concelho, indicando-se o código nacional de sítios inventariados pelo IPA.

No município de Castro Daire, as evidências arqueológicas apontam para uma ocupação humana desde a pré-história. "Os monumentos megalíticos existentes um pouco por todo o concelho, com especial concentração nas zonas montanhosas entre a serra do Montemuro e a transição para a Serra da Nave, constituem os mais antigos vestígios humanos existentes. O número de monumentos desta tipologia, constante da base de dados da DGPC, ascende a mais de cinco dezenas, embora tudo aponte para a existência de um número muito superior. A difícil identificação destes monumentos leva a que a sua destruição seja frequente, o que, na maioria das vezes, não se deve a incúria, mas sim ao puro desconhecimento da sua existência.

Não obstante o facto de existirem outros vestígios pré e proto-históricos, os povoados fortificados, vulgo "Castros", constituem um dos mais importantes legados dos nossos antepassados, em grande parte devido à sua monumentalidade. Destes, sublinhamos o "Castro da Maga" e o "Castro de Cabril" (este último em vias de classificação), apesar de constarem do inventário outros povoados semelhantes e que devem ser de igual forma preservados.

Castro Daire, cujo topónimo deriva da sua origem castreja, não apresenta qualquer vestígio visível da existência de qualquer estrutura defensiva ou outra. Tal, no entanto, não significa que os vestígios da sua provecta origem estejam perdidos, sendo provável que, com o devido acompanhamento de qualquer movimento ou escavação de terrenos, se revelem vestígios do antigo povoado castrejo, assim como do posterior povoamento de época romana e medieval.

As Portas do Montemuro e a sua extensa muralha de fundação desconhecida (é apontada por alguns autores como sendo da Idade do Ferro) são outro caso enigmático da arqueologia castrense. O povoado está situado na zona mais alta da Serra do Montemuro, na linha de fronteira dos concelhos de Castro Daire e Cinfães, possuindo uma muralha com cerca de 1500 metros de extensão e 3 metros de espessura. O local da sua implantação é dotado de uma beleza natural ímpar, estando apenas prejudicado pela existência de uma estação de serviço dentro do perímetro do povoado.

O domínio romano da península ibérica está bem documentado em toda a região, sendo numerosos os vestígios existentes. A inscrição de Lamas de Moledo é, provavelmente, o exemplo mais notável e mais divulgado, em parte devido ao seu carácter enigmático que faz com que seja objeto de estudo obrigatório dos investigadores especializados em epigrafia latina. Ainda em Lamas de Moledo, são conhecidas outras inscrições de cronologia romana, pelo que é praticamente assegurada a ocupação romana do território. Um estudo do local poderá revelar importantes vestígios dessa mesma ocupação e constituir, assim, uma relevante atração turística para a zona sul do concelho.

Também em Granja (Mões), são numerosos os vestígios desta época, sendo comum encontrar materiais de construção romanos reaproveitados em construções atuais/recentes.

Existirão vestígios de outras épocas, alguns conhecidos outros ainda por descobrir, sendo o património aqui referido apenas um pequeno apanhado do riquíssimo espólio deste concelho. Comum a todos os exemplos, aqui expostos, é o desconhecimento sobre eles, assim como o seu desaproveitamento a nível turístico e científico, situação que não se altera rapidamente e sem esforço. Contudo, e enquanto primeiros responsáveis pelo património e memória coletiva de todo um povo é nossa obrigação olhar pela sua preservação, para que as gerações vindouras tenham, como nós, o privilégio de o desfrutar."[4]

Tabela 10 – Património arqueológico classificado

| Freguesia | Nº | Designação | Classif | Diploma legal | Categ. |
|---|---|---|---|---|---|
| Cabril | 16 | Castro da Cabeça dos Mouros | SIP | Portaria n.º 903/2014, DR, 2.ª série, n.º 210, de 30-10-2014 | Castro |
| Castro Daire | 47 | Inscrição penedo (Lamas de moledo) | IIP | Decreto n.º 39 175, DG, I Série, n.º 77, de 17-04-1953 | Inscrição |
| U.F. Parada de Ester e Ester | 61 | Ruinas das muralhas das portas de Montemuro | IIP | Decreto n.º 735/74, DG, I Série, n.º 297, de 21-12-1974 | Povoado |

O inventário de sítios arqueológicos conta com cerca de 120 ocorrências distribuídas por todo o concelho.

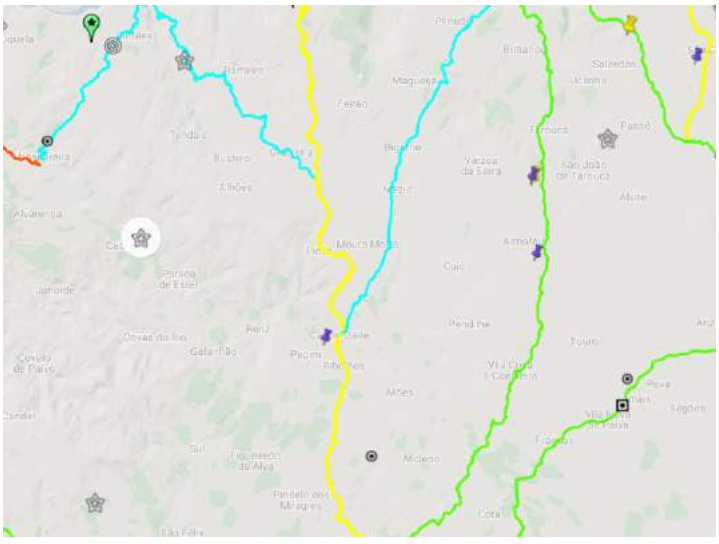
O inventário é apresentado no Anexo P3. Nem todos os elementos do inventário estão identificados espacialmente, estando identificados os que não estão.

Das vias romanas, um dos mais importantes legados romanos para a humanidade, utilizadas de modo intenso até muito recentemente, surgem-nos amiúde troços relativamente bem conservados, em especial da via que ligava a cidade de Lamego a Viseu: *Viae Lamecum a Vissaium*, atravessando o território que hoje constitui este concelho, no sentido Norte/ Sul.

[4] Fonte: CM de Castro Daire

De acordo com o *site* Vias Romanas em Portugal, existem duas evidências desta via e sua variante no concelho. A via para Viseu seguia para a travessia do rio Paiva em Castro Daire, onde confluía com as vias proveniente das travessias do rio Douro em Porto Antigo (por Cinfães) e Caldas de Aregos (por Cárquere), seguindo depois para a travessia do rio Vouga na Ponte de Almargem, ascendo depois pela magnífica Estrada Romana de Almargem rumo a Viseu.

No concelho surge: "Mezio (entra pela Capela da Sra. das Antas e segue por Rua e Cimo de Aldeia, talvez pela rua da Mocidade e rua de St. António, continuando para Castro Daire pelo caminho que percorre o dorso planáltico entre Colo do Pito e Moura Morta). Castro Daire (margina a Capela da N.ª S.ª da Ouvida, continua por Vila Pouca e Outeiro e desce ao rio Paiva pela rua 1º de Maio, rua Direita e rua 1º de Dezembro, contornando assim o importante castro romanizado dominava esta travessia). Travessia do rio Paiva na «Ponte Pedrinha» (referência a uma ponte antiga com possível origem romana, demolida em 1877, tendo aparecido aqui uma árula com inscrição). Ribolhos (da ponte ascende pela EN2 até próximo da Capela de S. Domingos, onde toma a chamada «Estrada Romana», subindo a meia-encosta paralela à EN2 por Estalagem, Quintãs, Cerca e Colmeia até reunir com a EN2, saindo depois pela rua da Ponte de Courinha, cruza a EN2 em Ribolinhos e segue pela Av. Central que atravessa as Termas do Carvalhal). Mamouros (segue a EM562 e o estradão pela margem direita do rio de Mel). Arcas, Mões (sai da EN2 pela rua da Ponte das Arcas, onde cruza o rio de Mel; continua talvez pela EN2 e rua dos Carvalhos) Av. da Bélgica e segue pela rua Capitão Salomão, rua Cava de Viriato, cruza o rio Pavia, rua Ponte de Pau, entrava no burgo pela Calçada de Viriato e pela antiga porta da cidade, onde existia necrópole, até ao Largo da Sé, antigo forum)". [5]



[5] In: http://www.viasromanas.pt/#lamego_castrodaire

Figura 26 – Eventual traçado de vias romanas no concelho - amarelo - *Viae Lamecum a Vissaium*, azul variante

### 3.5.3. PATRIMÓNIO NATURAL

O concelho de Castro Daire tem uma localização única que concede a esta região características ímpares e singulares com magníficas lugares e paisagens. Como Património natural e paisagístico são de destacar, para além dos sítios da Rede Natura tem-se as árvores de interesse público, os geosítios e os miradouros.

Todos estes elementos são caracterizados no capítulo do sistema biofísico, pelo que se sugere a sua leitura atenta.

#### 3.5.3.1. REDE NATURA

Como já referido o concelho abrange 3 referências da Rede Natura nacional, recentemente classificados como ZEC, que evidencia a biodiversidades presentes no concelho como uma beleza natural capaz de atrair muitos visitantes sendo por isso também considerado como um recurso turístico.

- Sítio Serra de Montemuro – PTCON0025;
- Sítio Rio Paiva – PTCON0059;
- Sítio Serra da Freita e Arada – PTCON0047.

#### 3.5.3.2. ARVOREDO DE INTERESSE PÚBLICO

O município do Castro Daire é atualmente detentor de duas árvores classificadas como Interesse Público, dois exemplares de carvalho-roble, já referidos no capítulo **Erro! A origem da referência não foi encontrada.**, designadamente:

- *Quercus robur L.* (KNJ1/040) - junto à capela de Mosteiro, freguesia de Castro Daire:
- *Quercus robur L.* (KNJ1/139) - espaço público, aldeia de Ribolhos.

#### 3.5.3.3. GEOSÍTIOS

Os geosítios correspondem a elementos de interesse natural ou paisagístico onde se verifica uma associação equilibrada entre o homem e a natureza, cujo valor cultural, natural ou social, lhes confere uma considerável relevância patrimonial, correspondendo aos elementos identificados (já referidos no capítulo**Erro! A origem da referência não foi encontrada.**, também identificados no anexo P1):

Tabela 11 – relação dos geosítios

| ID | Designação |
|---|---|
| 1 | Cascata da Pombeira |
| 2 | Penedo da Saudade |
| 3 | Penedo do Nuno |
| 4 | Penedo Pudim |

| | |
|---|---|
| 5 | Taffoni de Faifa |
| 6 | Minas de Volfrâmio de Moimenta de Cabril |
| 7 | Portas do Montemuro |
| 8 | Icnofósseis de Pereiró |

Figura 27 – geosítios no concelho de Castro Daire

#### 3.5.3.4. MIRADOUROS

As características geomorfológicas do concelho de Castro Daire oferecem um conjunto de pontos com vistas desafogadas sobre a paisagem e o território. A Rede de Miradouros é composta por sete miradouros que se encontram distribuídos pelo concelho e oferecem ao visitante cenários únicos de contemplação da natureza. Estes espaços de observação contribuem para a valorização, promoção e usufruto e do património natural, paisagístico e cultural existente no território de Castro Daire, sendo eles os seguintes:

Miradouro da Serra de Montemuro: Localizado na Serra do Montemuro, junto da capela das Portas do Montemuro, este Miradouro está inserido no maciço granítico hercínico, a 1220m de altitude. Deste ponto é possível observar grande parte da Serra, bem como o fenómeno de metamorfismo por contacto, que consiste na passagem da rocha granítica para xisto criando uma auréola metamórfica. Este tipo de acontecimento provoca uma mudança na forma de evolução dos relevos, isto devido à natureza diferente da rocha, e logo uma mudança na paisagem, valorizando este local em termos de paisagem observada. Este é o Miradouro do concelho com o maior ângulo de visão, sendo possível observar a Serra do São Macário e em dias de melhor visibilidade, a Serra de Estrela.

Miradouro de Cetos: Na proximidade da aldeia de Cetos, a cerca de 760m de altitude situa-se o Miradouro de Cetos. Daqui é visível a zona de Reriz, a Vila de Castro Daire e a Mata do Bogalhão (Picão), assim como a Serra de Montemuro.

Miradouro de Castro Daire: Localizado entre o aglomerado de Ribolhos e de Vale de Carvalho, a 500m de altitude, oferece uma vista desafoga sobre a vila de Castro Daire e área envolvente.

Miradouro dos Carreirinhos: Na Freguesia de Pepim está situado o Miradouro dos Carreirinhos, próximo do vértice geodésico "Carreirinhos", a aproximadamente 720m de altitude, permitindo uma vista privilegiada para toda a vertente sul da Serra do Montemuro.

Miradouro da Serra do Cimal: A uma altitude de 560m, este miradouro localiza-se entre as freguesias de Pepim e Reriz, de onde é avistada a Serra do Montemuro e a encosta onde se desenvolve a vila de Castro Daire e toda a área urbana envolvente.

Miradouro do Monte de São Lourenço: Este miradouro está inserido numa vasta mancha florestal, bem preservada, localizada na Freguesia de Moledo, entre as aldeias de Covelo de Paiva e de Casais do Monte. A uma cota de 920m altitude este ponto permite um ângulo de visão de 306º.

Miradouro de Santa Bárbara: Junta da Capela de Santa Bárbara da Freguesia de Almofala, a cerca de 970 m de altitude, o miradouro permite observar a depressão morfológica do rio Varosa, uma área plana com alguma extensão normalmente afetada por cheias. Sendo, ainda, possível observar a silhueta do maciço granítico da Serra da Estrela.

### 3.5.4. PATRIMÓNIO IMATERIAL

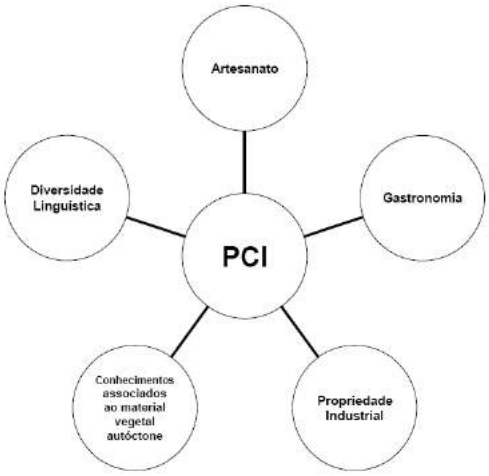
O regime jurídico de salvaguarda do património cultural imaterial, Dec. Lei nº 139/2009, de 15 de Junho, surge em desenvolvimento do art. 91º da Lei de bases do Património Cultural, Lei nº 107/2001, de 8 de setembro, que compreende as medidas de salvaguarda e o procedimento de inventariação. Considera como domínios do património imaterial:

Tradições e expressões orais, incluindo a língua como vetor do património cultural imaterial:
Expressões artísticas e manifestações de carácter performativo;
Práticas sociais, rituais e eventos festivos;
Conhecimentos e práticas relacionadas com a natureza e o universo;
Competências no âmbito de processos e técnicas tradicionais:

A inventariação do património imaterial é a base para a salvaguarda do património, que consiste no levantamento participado, sistemático atualizado das suas manifestações e realiza-se através de uma base de dados em linha de acesso público. A iniciativa para inventariação pertence ao Estado, às Regiões Autónomas e às autarquias locais. Também poderá ser de entidades ou indivíduos não-governamentais que estejam interessados.

Considera-se património cultural imaterial, tudo o que represente testemunhos etnográficos ou antropológicos com valor de civilização ou de cultura com significado para a identidade e memória coletivas destacando-se as expressões orais de transmissão cultural e as técnicas tradicionais de construção e de fabrico e os modos de preparar os alimentos.

Tabela 12 – Constituição do Património Cultural e Imaterial




No que se refere ao património imaterial do Concelho em estudo, este é muito rico em lendas ou histórias locais, e tradições que vão resistindo ao testemunho das várias gerações. Não existe ainda uma inventariação dos elementos patrimoniais de acordo com a atual legislação. Existe sim, muitos estudos e referências de toda a riqueza que o concelho possui e que a título de exemplo aqui se apresenta:

Tradições e expressões orais, incluindo a língua como vetor do património cultural imaterial:

Lendas[6]: Lenda do Penedo da Moura na localidade de monteiras; Lenda da moura encantada na localidade de Moura Morta; Lenda do Picão e da Picoa na localidade de Picão;

Tradições: Cantares aos desafios e desfolhadas.

Expressões artísticas e manifestações de carácter performativo[7]:

Música e danças tradicionais: bandas filarmónicas e grupos de folclore. Existem no concelho 4 bandas filarmónicas 8 grupos de folclore.

Tradições – luta de bois, segadas, malha de centeio, travessuras (S.João e S. Pedro),

Práticas sociais, rituais e eventos festivos8

Festas e Romarias: muitas são as Festas e Romarias que acontecem por todo o concelho, sendo indubitavelmente, um traço típico da cultura popular e tradicional do povo. Promovem

[6] Fonte: Sandra Almeida, ESTV, "CONTRIBUTOS PARA UM PLANO ESTRATÉGICO PARA O TURISMO DO MUNICÍPIO DE CASTRO DAIRE", Out.2018

[7] Idem

[8] Fonte: site CMCD, dez.2019

tradições e memórias de um povo que luta para manter atual a cultura secular que lhe confere uma identidade muito própria. Em Anexo apresenta-se todas as festas que à data existem no concelho.

Percursos pedestres: A fruição, a observação e/ou a interpretação da paisagem em contexto de ar livre pode ser feita a pé, de BTT, no campo, na cidade, seja onde for, dependendo das potencialidade e objetivos dos interessados. A atividade de percorrer distâncias a pé em trilhos sinalizados permite um contacto com a paisagem e pode sensibilizar os utentes para a importância da proteção dos recursos naturais e culturais, ao mesmo tempo que promove culturalmente a região. No município de Castro Daire estão homologados 9 trilhos associados à Pequena Rota: Trilho dos Moinhos, Percurso das Minas, Trilho dos Carvalhos, Trilho dos Lameiros, Trilho do Paiva, Trilho do Varosa, Trilho das Levadas, Trilho da Pombeira e Trilho da Azenha. Tem –se ainda a Rota da N2 em associação com outros 33 municipios e a Rota dos caminhos da água.

Rota transumância – "Pelas Rotas da Transumância viajavam mais do que rebanhos e pastores, seguia também toda a cultura inerente a cada povo. Tradições e costumes, tais como canções, formas de falar, danças e outras manifestações folclóricas eram passados de região em região, contribuindo para uniformizar características entre povos distantes."[9] O município promove um evento desde 2015 intitulado a "Última Rota da transumância Castro Daire" em junho que concentra milhares de pessoas e de cabeças de gado, sendo um evento importante para a divulgação do património e para a economia local.

Figura 28 – Última Rota da transumância Castro Daire (Fonte: site do evento)

Conhecimentos e práticas relacionadas com a natureza e o universo: tem-se a apicultura com o seu famoso mel, a gastronomia, a pastorícia, com todos os seus derivados, como é o caso dos queijos, não esquecendo ainda os enchidos, pratos regionais da região. Esses pratos têm chegado aos nossos dias, através de gerações infindáveis em que os segredos passam de pais para filhos. Produtos regionais – Bolo Podre, presunto, salpicão, broa de milho, queijo de cabra da serra, mel e fogaça.

[9] In: http://www.transumancia.com/page/transum%C3%A2ncia

Figura 29 – produtos tradicionais – mel, bolo podre e presunto

Competências no âmbito de processos e técnicas tradicionais: muitas são as artes tradicionais de manufatura existentes no concelho umas já quase em extinção mas que o Municipio pretende manter vivas de modo a perpetuar a s memórias e tradições existentes, destacando–se a Olaria, Tecelagem, Palhoça, Chapéu de palha, Tamancos, Campainhas e chocalhos, Ferreiros e Latoaria. A promover o artesanato existem as cooperativas e associações (4 a funcionar) que permitem manter estes saberes vivos e ajudam na promoção do município.

Figura 30 – exemplo de artesanato (fonte: site do município, nov 2018)

## 3.6. INFRAESTRUTURAS URBANAS E TERRITORIAIS

### 3.6.1. REDE VIÁRIA

A rede viária de Castro Daire é fortemente influenciada pela topografia. Castro Daire localiza-se na área da Beira Alta correspondente ao Planalto Beirão, apresentando desta forma características geomorfológicas típicas de planalto praticamente em toda a extensão do Município.

Apesar de apresentar características planálticas no geral, o concelho revela algumas assimetrias: A Serra de Montemuro, nomeadamente a sua vertente nascente, é a responsável pela morfologia acidentada que se verifica na zona norte/noroeste, com a existência de fortes declives e topos com

altitudes consideráveis, sendo o ponto mais alto o vértice Montemuro (1381 metros de altitude). A zona sul do Município apresenta um relevo acidentado com declives mais suaves, onde, no entanto, é possível encontrar alguns locais com declives mais acentuados, como é o caso da elevação, que se estende em crista, desde o limite do Município até à vila de Mões. Os cursos de água desempenham também um papel importante na modelação do terreno, dando origem a vales fundos e estreitos. O rio Paiva, que atravessa o concelho no sentido nascente poente, é o curso de água principal do concelho. Também com alguma relevância refira-se o rio Paivó ou a ribeira da Carvalhosa, ambos cursos de água existentes na parte norte do concelho.

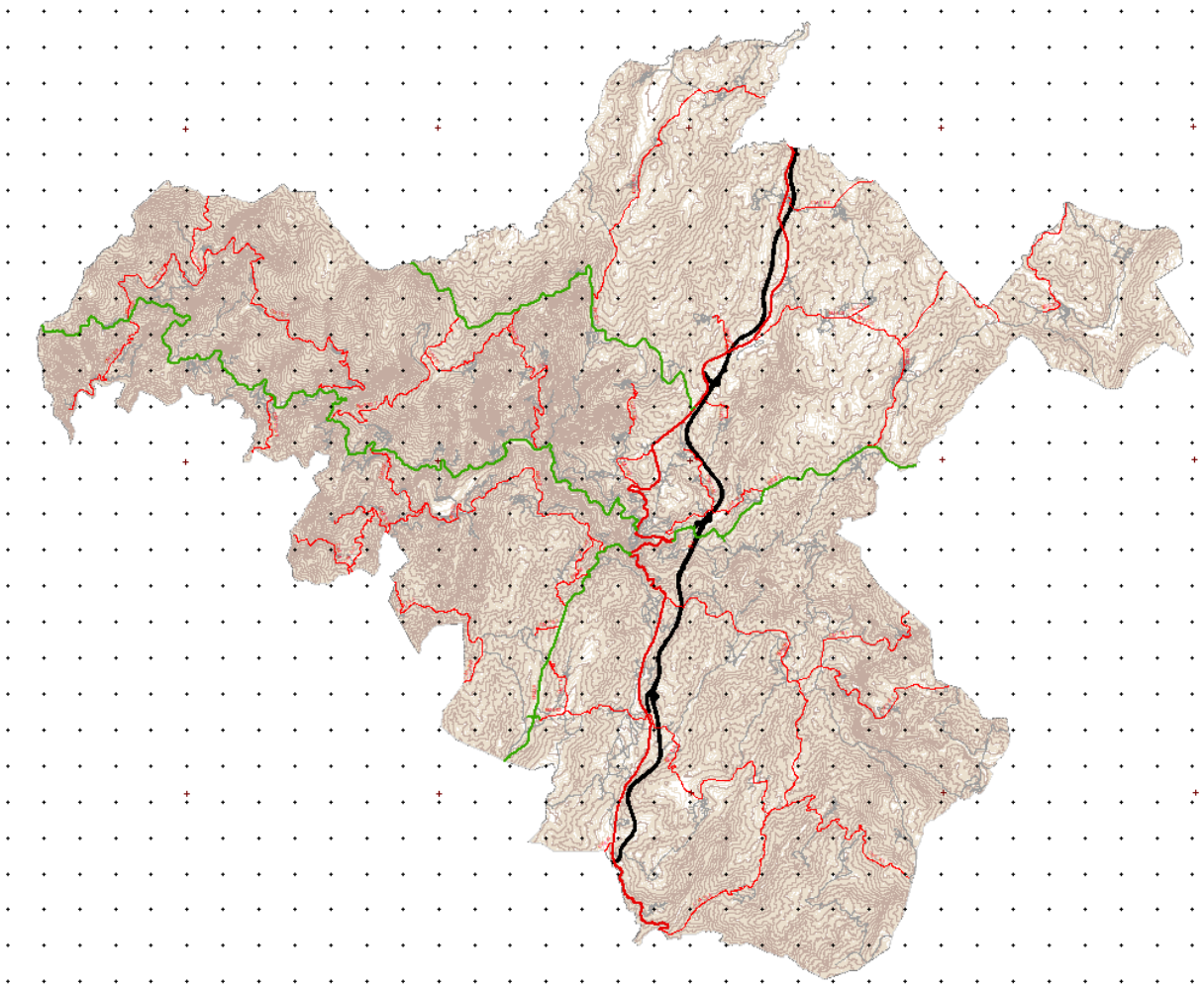


Figura 31 – altimetria e rede viária do concelho (fonte: cartografia homologada)

Assim, e de uma maneira geral a rede viária do concelho de Castro Daire é densa, apresentando uma estrutura radial centrada na sede do concelho. Esta rede apresenta uma densidade maior na zona sul do concelho junto ao vale do Paiva. Dadas as características de relevo acidentado do concelho e de uma forma geral as vias têm um traçado longo e sinuoso. Este último fator constitui uma dificuldade para a Autarquia, uma vez que a execução e manutenção da rede viária é complexa e dispendiosa.

#### 3.6.1.1. REDE RODOVIÁRIA NACIONAL E ESTRADAS REGIONAIS

O Plano Rodoviário Nacional (PRN 2000), publicado através do Decreto-Lei nº 222/98, de 17 de Julho, define a rede rodoviária nacional. O PRN 2000 classifica as estradas em quatro categorias distintas e considera dois tipos de rede.

Categorias de estradas:

Itinerários principais (IP);

Itinerários complementares (IC);

Estradas Nacionais (EN);

Estradas Regionais (ER);

Tipo de rede:

Rede Nacional Fundamental – Integra os IP's;

Rede Nacional Complementar – Integra os IC's e EN's;

Em termos de classificação atual da Rede Rodoviária Nacional e Estradas Regionais do concelho de Castro Daire, tem-se:

Tabela 13 – classificação da rede viária de acordo com o PRN 2000

| Categoria da estrada | | Design. | Ligações |
|---|---|---|---|
| Rede Nacional Fundamental | Rede concessionada pelo Estado | IP3/ A24 | Integrada na concessão SCUT interior Norte Vila Verde da Raia – Viseu – Figueira da Foz |
| Estrada Regional* | Sob jurisdição do IP | ER 225 | Em todo o concelho (entre o limite de Arouca e o limite de concelho de Vila Nova de Paiva), mais precisamente Alvarenga (entroncamento da ER 326 - 1) – Castro Daire - Vila Nova de Paiva (entroncamento da ER 329) |
| | | ER228 | Entre Castro Daire (IP 3) - S. Pedro do Sul |
| | | ER321 | Entre o limite de Cinfães e a EN2 |
| Estrada Nacional Desclassificada* | Rede desclassificada sob jurisdição do IP | EN2 | EN2 entre o km 121+900 e o km 129+650 e entre o km 137+300 e o limite do concelho de Viseu. |
| *Não integram a rede nacional complementar. | | | |

Figura 32 – Extrato do PRN 2000 (dez, 2019)

A **A24/IP3 c**onstitui a principal via estruturante do concelho atravessando-o no sentido norte-Sul, estabelecendo a ligação entre Chaves à Figueira da Foz. Existem 4 nós de ligação ao longo do seu traçado, três ligações com a E.N. 2 (o nó de Castro Daire Norte, o nó das Termas do Carvalhal e o nó de Arcas) e uma ligação com a Estrada Regional (E.R.) 225 (o nó de Castro Daire Leste). Esta via detém uma importância estruturante fundamental nas ligações rodoviárias, externas, intercetando um dos principais eixos com sentido longitudinal (IP5/A25) em Viseu, conhecida pela sua importância como eixo transversal entre Aveiro e a fronteira de Vilar Formoso. A função estruturante da A24 faz-se sentir também a nível sub-regional e local, atendendo ao grande número de nós de ligação, ao longo do seu traçado, que operam a ligação com a rede complementar de estradas a nível inferior, possibilitando a ligação às sedes de concelho vizinhas, e, consequentemente, à rede de estradas municipais.

A EN2 é uma das vias estruturantes do Município, funcionando como a via distribuidora de todo o tráfego que sai da A24, em direção aos vários locais do Município, bem como pelo facto de ligar duas cidades importantes, Lamego e Viseu, com as quais Castro Daire, apresenta relações de interdependência.

As Estradas Regionais (ER) integram as antigas estradas nacionais n.º 225, 228 e 321, desclassificadas pelo PRN 85 (DL n.º 380/85, de 26/09), tendo sido incluídas nessa categoria viária, pelo PRN 2000, na sua atual redação. A ER 225, via que se desenvolve no sentido nascente – poente, estabelece as ligações entre Castro Daire e Vila Nova de Paiva, no sentido nascente, e com Arouca, no sentido poente. A ER 228 é a via que efetua a ligação entre Castro Daire e São Pedro do Sul. São Pedro do Sul continua a ser o Município com o qual Castro Daire apresenta a maior proximidade e

com o qual os movimentos pendulares (casa – trabalho) são maiores. A ER 321 é a principal estrada de ligação entre Castro Daire e Cinfães. É esta via que, em conjunto com a ER 225, faz a ligação da EN2 com os aglomerados urbanos existentes na Serra de Montemuro, sendo a única via que atravessa este maciço montanhoso, desenvolvendo-se junto ao curso do rio Paiva.

#### 3.6.1.2. REDE RODOVIÁRIA MUNICIPAL

A rede viária municipal de Castro Daire é caracterizada por uma rede extensa e complexa de vias que desempenham um papel fundamental de ligação entre os aglomerados populacionais e a sede do concelho e também a ligação às zonas periféricas dos concelhos vizinhos.

Tabela 14 – classificação da rede viária municipal

| Designação | Itinerário |
|---|---|
| EM 530 | ER225 S-Joaninho - Cujó – Almofala - Bustelo |
| EM 548 | EN2 - Monteiras |
| EM 549 | Moura Morta - EN2 |
| EM 550 | ER 321 – Póvoa de Montemuro/ ER 321 – Cetos -1135/ ER225 – Cabril – Tulha Velha – Tulha Nova Sobreda–Laboncinho/ 550-1 - Faifa |
| EM 550-1 | ER 321 - 550 |
| EM 558 | ER 225 – 559 – Reriz – Póvoa do Veado – 1149 – ER 228/ ER 225 – Ester – Cabaços – Rio Paiva |
| EM 559 | 559-1 – Grijó – Reriz - 558 |
| EM 559-1 | Covas do Rio (S.P. Sul) – Gafanhão – 559 |
| EM 560 | ER 228 - Pepim |
| EM 562 | 228 - Termas do Carvalhal - EN2 |
| EM 564 | Pindelo dos Milagres (S.P. Sul) - EN2 |
| EM 565 | EN2 – Vila Boa – Mões - Moledo |
| EM 651 | EN2 - Ribolhos |
| CM 1121 | Mós – Outeiro de Eiriz – Eiriz |
| CM 1125 | Gosende – Gosendinho – Peixeninho – 521 (concelho Lamego) |
| CM 1126 | EN2 (no concelho de Lamego) -Gosende – Campo Feito – Pragais – ER321 |
| CM 1126-1 | Gosende - Cotelo |
| CM 1127 | ER 225 - Mós |
| CM 1129 | Cabril - ER 225 - Vila Maior - Vitoreira |
| CM 1132 | Avô - 559 |
| CM 1133 | 559 (S.P.Sul) - Solgos |
| CM 1135 | Pereira – 550 – ER 225 Ribas – ER 225 Pinheiro – ER 225 |
| CM 1135-1 | 1135 - Sobradinho |
| CM 1139 | ER 321 – Codeçais |
| CM 1141 | EN2 - Custilhão |
| CM 1142 | Lamelas de Cá |
| CM 1144 | Castro Daire – Fareja - Fareijinhas – ER225 |

| Designação | Itinerário |
|---|---|
| CM 1145 | Baltar de Cima – Vila Pouca |
| CM 1146 | 225- Folgosa |
| CM 1148 | 565 - Vila Franca |
| CM 1149 | 558 - Pepim |
| CM 1151 | ER 228 - Mosteiro |
| CM 1152 | ER 228 – souto – Fundo de Vila (552) |
| CM 1154 | EN2 - Soutelo - Lamas - Moita- 565 |
| CM 1155 | Moledo (1154) – Coura – EN2 |
| CM 1157 | 7 225 – Ermida |
| CM 1162 | 565 – limite do concelho com vila Nova de Paiva |
| CM 1164 | Mões – Lameira da Igreja - Portela de Cá – Portela de lá – Codeçais - Malhada |
| CM 1164-1 | 1164 - Canado |
| CM 1166 | 548 - 530 |
| CM 1165 | 565 – Coura – EN2 |
| CM 1167 | 548 - Relva |
| CM 1168 | Mezio - EN2 – Vale Abrigoso – limite concelho com Lamego |
| CM 169 | |
| CM 1212 | Sequeiros (S.P. Sul) – Gafanhão |
| CM 1212-1 | ER 225 – Parada de Ester |

A localização geográfica das vias relativamente à sede do concelho é fator determinante para a sua caracterização. Apresenta características francamente urbanas na sede de Freguesia e à medida que nos deslocamos da sede do concelho para o interior dos aglomerados, a relação perfil/traçado vai diminuindo e perdendo qualidade, em termos de largura da via e condições de circulação. As vias de acesso local, existentes no interior dos aglomerados e que fazem a ligação destes para as áreas agrícolas, têm perfis que, na maioria dos casos, se apresentam com dimensões bastantes reduzidas e deficientes condições para a circulação automóvel. Os pisos ainda se encontram em cubos de granito ou em calçada e, pontualmente, em betuminoso.

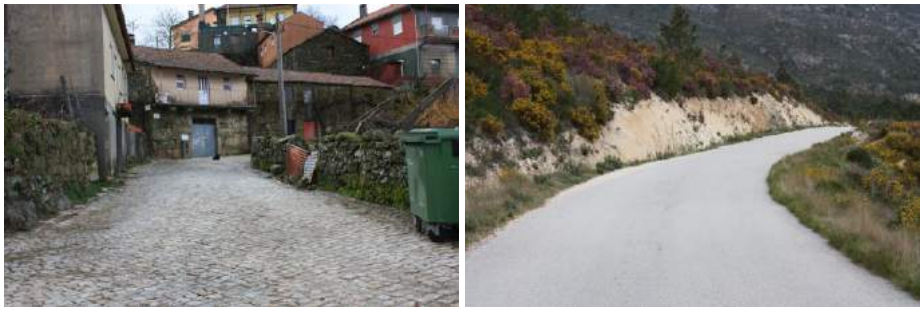
De forma a obter caracterizar mais sistematizada da rede viária municipal foram consideradas duas tipologias de vias tendo em conta sobretudo dois aspetos: a sua localização e sua função. Desta forma consideraram-se vias dentro dos aglomerados rurais e vias fora dos aglomerados.

Tabela 15 – características da rede municipal

| Dentro dos aglomerados | |
|---|---|
| Funcionais | Têm como função principal o acesso direto aos espaços adjacentes (habitação e aos campos agrícolas) e aos movimentos pedonais;<br>Reduzidas condições de circulação automóvel, nalguns casos é apenas possível a circulação de peões e carro de animais |

| | |
|---|---|
| | Não é permitido a circulação de veículos pesado |
| Perfil transversal | Nº de vias – 2 a 1 Largura: Entre 3 a 1,5m. |
| Linha de Berma | Não existe na maioria dos casos |
| Acessos | O acesso aos terrenos adjacentes é livre |
| Estacionamento | É permitido o estacionamento ao longo das vias, desde que não obstrua a circulação |
| Paragem de transportes coletivos | Existe em local próprio. |
| Percursos e travessias pedonais | A circulação pedonal é livre<br>Nem sempre existem percursos pedonais formais, sendo o espaço partilhado por automóvel e peão |
| Fora dos aglomerados | |
| Funcionais | Têm como função principal canalizar e distribuir o tráfego com origem e destino na rede estruturante e garantir a acessibilidade aos espaços adjacentes.<br>Podem circular veículos não motorizados |
| Perfil transversal | Nº de vias – 2 a 1 Largura: 2 a 6 m |
| Linha de Berma | Existe nalguns casos |
| Acessos | O acesso aos terrenos adjacentes é livre |
| Estacionamento | É permitido o estacionamento ao longo das vias |
| Paragem de transportes coletivos | Existe em local próprio. |
| Percursos e travessias pedonais | Nalguns casos existem percursos pedonais adjacentes (passeios).<br>Os atravessamentos existentes são efetuados por meio de passadeiras |

Figura 33 – rede viária dentro e fora dos aglomerados (dez, 2019)



Será, ainda, de se fazer referência aos acessos florestais, em geral com piso em terra batida e que, para além de promoverem as acessibilidades às zonas florestais, garantem algumas ligações entre aglomerados e vão se integrando cada vez mais na rede viária como uma infraestrutura relevante.

#### 3.6.1.3. PRINCIPAIS PROBLEMAS E CONSTRANGIMENTOS DA REDE VIÁRIA

O concelho apresenta uma rede viária com uma densidade assinalável, essencialmente em termos de estradas e caminhos municipais, embora nem sempre racionalmente distribuída. Os principais problemas detetados estão sistematizados no quadro seguinte.

Deficiente hierarquização da rede viária ao nível das ligações de âmbito concelhio e interconcelhio;

Transformação de troços de estradas municipais regionais em ruas urbanas: sucessão de ocupações urbanas marginais responsáveis pela redução do nível de serviço das vias principais, passando estas a desempenhar, em simultâneo, funções interurbanas/regionais e de acesso local;

Perfis transversais estreitos inadequados ao tipo de tráfego, sobretudo nas via onde circulam veículos de grandes dimensões;

Falta de continuidade dos perfis transversais, sobretudo à entrada dos aglomerados;

Problemas nalgumas interseções, sobretudo entre vias de hierarquia diferente (EN2 e vias municipais);

Vias com traçado sinuoso e com grandes declives;

Mau estado de conservação de algumas vias;

Atravessamento de áreas centrais dos aglomerados, sobretudo por veículos pesados, gerando conflitos entre tráfego local e municipal/nacional, entre veículos e peões;

Deficientes ligações entre aglomerados;

Em virtude da topografia do terreno as vias são estreitas e muito sinuosas o que implica um maior distanciamento, em termos de tempo, entre os lugares do interior do Concelho;

Estrutura essencialmente radial da rede viária, a qual para além de obrigar a maior parte do tráfego interno e de atravessamento (incluindo pesados) que convergem para a Vila de Castro Daire;

Tráfegos de pesados: atravessamento de aglomerados urbanos e circulação em vias de perfil desadequado.

### 3.6.2. SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA

Castro Daire possui uma vasta rede, encontrando-se, dividido por duas bacias hidrográficas principais: a bacia hidrográfica do rio Douro e a bacia hidrográfica do rio Vouga. Os principais cursos de água são os seguintes: rios Balsemão, Calvo, Delobra, Mel, Mau, Miravaio, Paiva, Paivô, Pombeiro, Teixeira, Varoso, Vidoeiro.

O concelho apresenta um nível de cobertura e de atendimento razoável, sendo que das 22 freguesias (pré RA) 12 possuem uma cobertura total, sendo as freguesias mais desfavorecidas são Ermida e Ester.

Tabela 16 – Cobertura do sistema de abastecimento de água[10]

| Freguesia | Origem da água | População Residente | | Pop. Servida (sist.público) | |
|---|---|---|---|---|---|
| | | 2001 | 2011 | habit. | % |
| Almofala | Mina/Nascente | 280 | 228 | 280 | 100% |
| Alva | Rio Paiva | 546 | 479 | 546 | 100% |
| Cabril | Furo/Nascente | 591 | 414 | 490 | 83% |
| Castro Daire | Rio Paiva/Ribª Delobra/Rio Vidoeiro | 4 578 | 4 674 | 4 578 | 98% |
| Cujó | Mina/Nascente/Rio Miravaio | 410 | 299 | 410 | 100% |
| Ermida | Nascente | 297 | 257 | 59 | 23% |
| Ester | Mina/Nascente/Furo | 320 | 220 | 166 | 75% |
| Gafanhão | Mina/Nascente/Furo | 177 | 128 | 177 | 100% |
| Gosende | Mina/Nascente/Furo | 557 | 426 | 557 | 100% |
| Mamouros | Rio Paiva | 675 | 679 | 628 | 92% |
| Mezio | Nascente/Furo | 521 | 484 | 521 | 100% |
| Mões | Furo/ Rio Paiva/Nascente/Rio Miravaio | 2 109 | 1 844 | 2 057 | 98% |
| Moledo | Nascente/Paiva/Furo | 1 314 | 1 215 | 1 063 | 87% |
| Monteiras | Furo/Ribª Delobra | 586 | 481 | 580 | 99% |
| Moura Morta | Furo/Mina | 150 | 134 | 150 | 100% |
| Parada de Ester | Mina/Nascente | 790 | 654 | 776 | 98% |
| Pepim | Rio Paiva | 436 | 334 | 436 | 100% |
| Picão | Furo/Nascente | 267 | 278 | 258 | 93% |
| Pinheiro | Mina/Nascente | 868 | 730 | 729 | 100% |
| Reriz | Mina/Nascente/Rio Paiva | 799 | 755 | 799 | 100% |
| Ribolhos | Rio Paiva | 306 | 266 | 306 | 100% |
| S. Joaninho | Furo/Nascente/Rio Miravaio | 413 | 360 | 413 | 100% |

Segundo os Censos de 2011, as freguesias de Moledo, Parada de Ester e Gosende são as que apresentam maior número de alojamentos sem água canalizada, sendo que cerca de 46% da população estava efetivamente servida, ou seja possuía água canalizada em casa.

Tabela 17 – N. º de alojamentos habituais com água canalizada

| Freguesia | N. º de alojamentos habituais | N. º de alojamentos habituais com água canalizada | Pop. servida efetivamente |
|---|---|---|---|
| Almofala | 265 | 92 | 35% |
| Alva | 350 | 191 | 55% |
| Cabril | 442 | 165 | 37% |
| Castro Daire | 3051 | 1615 | 53% |

[10] Para 2011, considerando as mesmas infraestruturas (fonte: CMCD,2009)

| | | | |
|---|---|---|---|
| Cujó | 279 | 124 | 44% |
| Ermida | 292 | 116 | 40% |
| Ester | 250 | 96 | 38% |
| Gafanhão | 207 | 61 | 29% |
| Gosende | 601 | 175 | 29% |
| Mamouros | 459 | 241 | 53% |
| Mezio | 349 | 149 | 43% |
| Mões | 1527 | 702 | 46% |
| Moledo | 1092 | 488 | 45% |
| Monteiras | 455 | 181 | 40% |
| Moura Morta | 129 | 49 | 38% |
| Parada de Ester | 600 | 263 | 44% |
| Pepim | 260 | 141 | 54% |
| Picão | 234 | 93 | 40% |
| Pinheiro | 701 | 310 | 44% |
| Reriz | 537 | 276 | 51% |
| Ribolhos | 170 | 103 | 61% |
| S. Joaninho | 307 | 124 | 40% |

A ERSAR, entidade reguladora dos serviços de água e resíduos visa promover o aumento da eficiência e eficácia da prestação destes serviços, monitorizando o serviço prestado aos utilizadores. Assim, foi definido um conjunto de indicadores de desempenho com o objetivo de determinar uma medida quantitativa da eficiência ou da eficácia do serviço prestado pelas entidades gestoras. De acordo com os relatórios anuais da ERSAR o município de Castro Daire, nos indicadores que são possíveis apurar, apresenta-se como um concelho que fornece águas segura, de qualidade e à maioria da população verificando uma evolução na última década. Os relatórios disponíveis são desde 2011, sendo o de 2018, já afeto à 3ªgeração do sistema de avaliação, o que originou alguns indicadores novos e a exclusão de outros, não sendo assim possível comparar com exatidão os anos anteriores.

Tabela 18 – Indicadores do relatório de monitorização da ERSAR

| Indicador | 2011 | 2015 | 2018 | Unidades |
|---|---|---|---|---|
| Acessibilidade física do serviço | | | 93 | % |
| Acessibilidade económica do serviço | | | 0,28 | % |
| Ocorrência de falhas no abastecimento | | | 0,3 | /(1000 ramais.ano) |
| Água segura | | | 96,86 | % |
| Resposta a reclamações e sugestões | | | 100 | % |
| Cobertura dos gastos | | | 51 | % |
| Adesão ao serviço | | | 74,8 | % |
| Água não faturada | | | NR | % |
| Reabilitação de condutas | | | 0,1 | %/ano |
| Ocorrência de avarias em condutas | | 169 | 108 | /(100 km.ano) |

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| Perdas reais de água | | | NR | m3/(km.dia) |
| Eficiência energética de instalações elevatórias | | | NR | kWh/(m^3.100m) |
| Alojamentos servidos | 8506 | 8474 | 8 689 | n.º |
| Captações de água subterrânea | 71 | 80 | 71 | n.º |
| Captações de água superficial | 4 | 4 | 4 | n.º |
| Estações elevatórias | | | 8 | n.º |
| Estações de tratamento de água | | | 0 | n.º |
| Outras instalações de tratamento | | | 61 | n.º |
| Postos de recloragem | | | 9 | n.º |
| Reservatórios | 72 | 78 | 70 | n.º |
| Sobreutilização de estações de tratamento | | | NA | m3 |
| Subutilização de estações de tratamento | | | NA | m3 |
| Utilização adequada de estações de tratamento | | | NA | m3 |
| Capacidade total das estações de tratamento | | | NA | m3 |
| Índice de conhecimento infraestrutural | 10 | 23 | 59 | (-) |
| Índice de gestão patrimonial de infraestruturas | | | 73 | (-) |
| Consumo autorizado | | 497430 | 495 149 | m3/ano |
| Consumo não faturado não medido | | | 5 000 | m3/ano |
| Volume de atividade | | | 490 149 | m3/ano |
| Água faturada doméstica | 470 351 | 475 430 | 424 432 | m3/ano |
| Água faturada não doméstica | | | 65 717 | m3/ano |
| Perdas de água por erros de medição | | | 29 409 | m3/ano |
| Índice de medição de caudais | | | 28 | (-) |
| Densidade de ramais | | | 14 | n.º ramais/km de rede |

O sistema de abastecimento de água de Castro Daire é composto por 4 sistemas de abastecimento Paiva, Delobra, Miravaio e Vidoiro e é assegurado por[11], conforme cartograma em Anexo.

Captações de água: Mosteiro cabril, Tulha nova, Ribeira de ester, Gafanhão, Ester, Midões, Pereira, Picão (escola), Picão, Cela, Rio Pombeiro, Fojo, Gosendinho, Cimo de Aldeia, Coura, Rio Delobra, São Joaninho 1, Vale abrigoso, Porto seixo, São Joaninho 2, Rio Miravaio;

Estações elevatórias: Reserv.Lamas A, Reserv.Lamas B, Reserv.Pereiro, Reservatório Calvário e Reservatório Ribolhos;

Reservatórios: 72 por todo o concelho (conforme mapa e quadro Anexo);

Estações de tratamento: EE Pereiro, Soalheira, Lamelas e rio Delobra;

[11] Dados disponíveis, em dezembro de 2019, (do (fonte: relatório dos estudos de caracterização da revisão do PDM 2010, CMCD)

Condutas adutoras: 178km.

A Câmara Municipal possui um programa de controlo de qualidade de água (PCQA), efetuando análises nas nascentes, reservatórios e redes de abastecimento. Este controlo é essencial uma vez que poderá existir risco de contaminação dos solos e consequente contaminação de captações subterrâneas através de infiltração nos aquíferos e contaminação de águas superficiais através do arrastamento de poluentes.

Os relatórios trimestrais realizados pela CMCD são disponibilizados no seu site. De acordo com os relatórios não têm sido detetadas anomalias e as análises realizadas evidenciam a boa qualidade da água.

### 3.6.3. SISTEMA DE ÁGUAS RESIDUAIS DOMÉSTICAS E PLUVIAIS

Relativamente ao nível de atendimento em 2009, das 22 freguesias apenas 6 freguesias não possuem cobertura da rede de saneamento. As freguesias de Castro Daire, Alva, Cujó e Mezio apresentam praticamente uma cobertura total. De acordo com os dados da Câmara Municipal de Castro 76% da população encontra-se servida por um sistema público de drenagem de águas residuais, enquanto 68% da população é também servida por um sistema público de tratamento de águas residuais.

No quadro seguinte está representada a cobertura da rede de saneamento do concelho de Castro Daire.

Tabela 19 – Cobertura concelhia do sistema de águas residuais.[12]

| Freguesia | População Residente | | Pop. Servida (sist.público) | | Pop. Servida (sist.público c/ trat.) | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2001 | 2011 | habit. | % | habit. | % |
| Almofala | 280 | 228 | 0 | 0% | 0 | 0% |
| Alva | 546 | 479 | 546 | 100% | 546 | 100% |
| Cabril | 591 | 414 | 65 | 16% | 0 | 0% |
| Castro Daire | 4 578 | 4 674 | 4 578 | 98% | 4 469 | 96% |
| Cujó | 410 | 299 | 410 | 100% | 0 | 0% |
| Ermida | 297 | 257 | 0 | 0% | 0 | 0% |
| Ester | 320 | 220 | 0 | 0% | 0 | 0% |
| Gafanhão | 177 | 128 | 0 | 0% | 0 | 0% |
| Gosende | 557 | 426 | 537 | 96% | 409 | 96% |
| Mamouros | 675 | 679 | 675 | 99% | 628 | 92% |
| Mezio | 521 | 484 | 521 | 100% | 366 | 76% |
| Mões | 2 109 | 1 844 | 1 531 | 83% | 1 261 | 68% |

[12] Para 2011, considerando as mesmas infraestruturas (fonte: CMCD,2009)

| | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Moledo | 1 314 | 1 215 | 793 | 65% | 573 | 47% |
| Monteiras | 586 | 481 | 0 | 0% | 0 | 0% |
| Moura Morta | 150 | 134 | 0 | 0% | 0 | 0% |
| Parada de Ester | 790 | 654 | 313 | 48% | 313 | 48% |
| Pepim | 436 | 334 | 394 | 90% | 0 | 0% |
| Picão | 267 | 278 | 258 | 93% | 0 | 0% |
| Pinheiro | 868 | 730 | 213 | 29% | 213 | 29% |
| Reriz | 799 | 755 | 80 | 11% | 0 | 0% |
| Ribolhos | 306 | 266 | 278 | 91% | 278 | 91% |
| S. Joaninho | 413 | 360 | 409 | 99% | 0 | 0% |
| Total | 16 990 | 15 339 | 11 601 | 76% | 9 056 | 59% |

Almofala, Ermida, Ester, Gafanhão, Monteiras e Moura Morta, são as freguesias que não são servidas por um sistema público de drenagem de águas residuais.

As freguesias de Cabril, Cujó, Pepim, Picão, Reriz e S. Joaninho, apesar de servidas por um sistema público de drenagem de águas residuais, não estão servidas por um sistema público de tratamento de águas residuais, recorrendo à utilização de fossas sépticas comunitárias.

Segundo os Censos de 2011, as freguesias de Almofala, Gafanhão e Gosende são as que apresentam maior número de alojamentos sem esgotos, sendo que 46% da população possui alojamentos esgotos.

Tabela 20 – N. º de alojamentos habituais com esgotos

| **Freguesia** | **N. º de alojamentos habituais** | **N. º de alojamentos habituais com água canalizada** | **População servida efetivamente** |
|---|---|---|---|
| Almofala | 265 | 94 | 35% |
| Alva | 350 | 191 | 55% |
| Cabril | 442 | 165 | 37% |
| Castro Daire | 3051 | 1616 | 53% |
| Cujó | 279 | 124 | 44% |
| Ermida | 292 | 116 | 40% |
| Ester | 250 | 96 | 38% |
| Gafanhão | 207 | 63 | 30% |
| Gosende | 601 | 177 | 29% |
| Mamouros | 459 | 241 | 53% |
| Mezio | 349 | 149 | 43% |
| Mões | 1527 | 703 | 46% |
| Moledo | 1092 | 489 | 45% |
| Monteiras | 455 | 182 | 40% |

| | | | |
|---|---|---|---|
| Moura Morta | 129 | 51 | 40% |
| Parada de Ester | 600 | 265 | 44% |
| Pepim | 260 | 141 | 54% |
| Picão | 234 | 95 | 41% |
| Pinheiro | 701 | 310 | 44% |
| Reriz | 537 | 277 | 52% |
| Ribolhos | 170 | 103 | 61% |
| S. Joaninho | 307 | 130 | 42% |

De acordo com os relatórios anuais da ERSAR, o município de Castro Daire nos indicadores que são possíveis apurar, tem todos os alojamentos servidos pela rede em 2018, tendo sido sujeito a uma evolução positiva muito significativo uma vez que em 2011 apenas cerca de metade dos alojamentos eram abrangidos.

Tabela 21 – Indicadores do relatório de monitorização da ERSAR

| **Indicador** | **2011** | **2015** | **2018** | **Unidade** |
|---|---|---|---|---|
| Ocorrência de inundações | | | 6,72 | /(1000 ramais.ano) |
| Reabilitação de coletores | | | 0,2 | %/ano |
| Ocorrência de colapsos estruturais em coletores | | | 0,6 | /(100 km.ano) |
| Acessibilidade física ao tratamento | (48.5) | (89.5) | 100 | % |
| Controlo de descargas de emergência | | | NR | % |
| Cumprimento da licença de descarga | | | 45 | % |
| Encaminhamento adequado de lamas do tratamento | 59.92 | NA | NA | Ton/ano |
| Alojamentos servidos por soluções individuais de saneamento de águas residuais controladas em locais sem rede fixa disponível | | | 13 | n.º |
| Alojamentos servidos por soluções individuais de saneamento de águas residuais controladas em locais com rede fixa disponível | | | 6 | n.º |
| Alojamentos servidos por soluções individuais de saneamento de águas residuais controladas | | 27 | 19 | n.º |
| Comprimento total de coletores pseudo-separativos ou unitários | (145) | (162) | 0 | km |
| Comprimento total de coletores separativos de águas residuais urbanas | | | 166 | km |
| Comprimento total de coletores separativos de águas pluviais | | | 0 | km |
| Estações elevatórias | 2 | 4 | 4 | n.º |
| Estações de tratamento de águas residuais | 24 | 30 | 32 | n.º |
| Fossas séticas coletivas | 15 | 17 | 16 | n.º |
| Instalações de tratamento com licença de descarga válida | 0 | 5 | 11 | n.º |

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| População equivalente de dimensionamento | | | 7 802 | e.p. |
| Emissários submarinos | | | 0 | n.º |
| Índice de conhecimento infraestrutural | 10 | 50 | 63 | (-) |
| Índice de gestão patrimonial de infraestruturas | | | 73 | (-) |
| Água residual recolhida | NR | 380344 | 219 034 | m3/ano |
| Água residual tratada em estações de tratamento | NR | 380344 | 274 703 | m3/ano |
| Água residual faturada | 15871 | 380344 | 265 180 | m3/ano |
| Licenciamento de descargas | | | 23 | % |
| Densidade de ramais | (24) | (27) | 47 | n.º ramais/km de rede |

As redes de água residual doméstica do concelho de Castro Daire são em PVC e PPc, com diâmetro nominal DN200, de acordo com as informações prestadas pela C.M.

Esta entidade forneceu igualmente a variação dos diâmetros e os materiais que constituem as redes de águas residuais pluviais, as quais variam entre o diâmetro de 400 mm e o diâmetro de 800 mm, em betão, sendo que a ligação dos sumidouros e sarjetas à rede pluvial se efetua em PVC DN200.

O sistema em "alta" de águas residuais de Castro Daire é assegurado por 48 (quarenta e oito) Estações de Tratamento de Águas Residuais (ETAR), das quais 16 (dezasseis) apresentam apenas tratamento primário (fossas séticas coletivas), 31 (trinta e uma) apresentam tratamento secundário (convencional, compactas e por leito de macrófitas) e 1 (uma) ETAR apresenta tratamento terciário (ETAR compacta com desinfeção).

Em Anexo encontra-se a correspondência entre as ETAR existentes e o respetivo tipo de tratamento (informação fornecida pelo município de Castro Daire) (anexo 1)

Também constituem o sistema "em alta" as seguintes infraestruturas: 1 Estação elevatória e 2,781km de emissário[13].

### 3.6.4. RESÍDUOS SÓLIDOS

De acordo com os dados do INE de 2001, a percentagem de edifícios servidos por recolha de resíduos sólidos urbanos era de 95,33%, o que corresponde quase à cobertura total do concelho. Nos censos de 2011 não houve este indicador.

[13] Dados disponíveis, em dezembro de 2019, (do (fonte: relatório dos estudos de caracterização da revisão do PDM 2010, CMCD)

A Associação Planalto Beirão (APB) é responsável pela recolha e transporte dos resíduos sólidos produzidos no município. Esta "colocou no terreno um conjunto de estruturas, que permitem o Tratamento Integrado de Resíduos Sólidos. É através destas estruturas que é possível encaminhar os resíduos depositados pela população, ao longo de várias fases, até ao seu destino que será a valorização ou a deposição final."

A APB criou, em 1999, um conjunto de estruturas, que permitem o Tratamento Integrado de Resíduos Sólidos denominado por Centro de Tratamento Integrado de Resíduos Sólidos Urbanos (CTIRSU), localizado no Borralhal, Freguesia de Barreiro de Besteiros, concelho de Tondela. O CTIRSU é constituído por um Centro de Triagem, um Aterro Sanitário, uma Estação de Tratamento de Águas Residuais (ETAR) e um Parque para deposição dos "Monstros Domésticos" e edifícios de apoio.

Figura 34 – CTIRSU; Borranhal, Tondela (Fonte: APB)

Este centro recebe os resíduos sólidos dos vários ecocentros existentes nos municípios associados. Os ecocentros são plataformas locais de receção dos resíduos recicláveis acessíveis a particulares e empresas. Estas estruturas permitem aos produtores o envio dos seus resíduos valorizáveis para reciclagem, através de uma simples deposição gratuita. O município de Castro Daire tem o seu ecocentro em Vila Pouca, a norte da vila de Castro Daire.

A recolha seletiva abrange todas as freguesias do concelho, sendo que nem todos os lugares tem ecopontos, no entanto, a rede de ecopontos encontra-se atualmente a ser ampliada, sendo que cada ecoponto tem uma capacidade 2.500 litros. Segundo a APB a recolha seletiva tem vindo sempre a aumentar ao longo dos anos, sendo a separação de resíduos um hábito das famílias.

Dos ecopontos existentes 12 (doze) são enterrados, localizando-se 2 (dois) nas Termas do Carvalhal, 2 (dois) na Vila de Mões e 8 (oito) na Vila de Castro Daire. Os ecopontos enterrados são constituídos por quatro contentores, sendo três deles para materiais recicláveis e reutilizáveis (vidro, papel e embalagens), e o quarto contentor para resíduos indiferenciados.

Relativamente à recolha indiferenciada, esta é da responsabilidade da CMCD e tem como destino final o Aterro Sanitário também localizada no CTIRSU. Este por sua vez faz uma separação do que é ou não biodegradável, uma vez tem uma central de valorização orgânica (CVO). A CVO proiz biogás para a produção de energia elétrica, que é injetada na REN.

*"Da entrada em funcionamento desta unidade advirão um grupo de vantagens significativas, tais como: Cumprimento das metas exigidas pela União Europeia, relativamente à redução da deposição de resíduos orgânicos em aterro sanitário; Produção de energia renovável, material reciclável e composto; Redução das emissões de gases com efeito de estufa." (APB)*

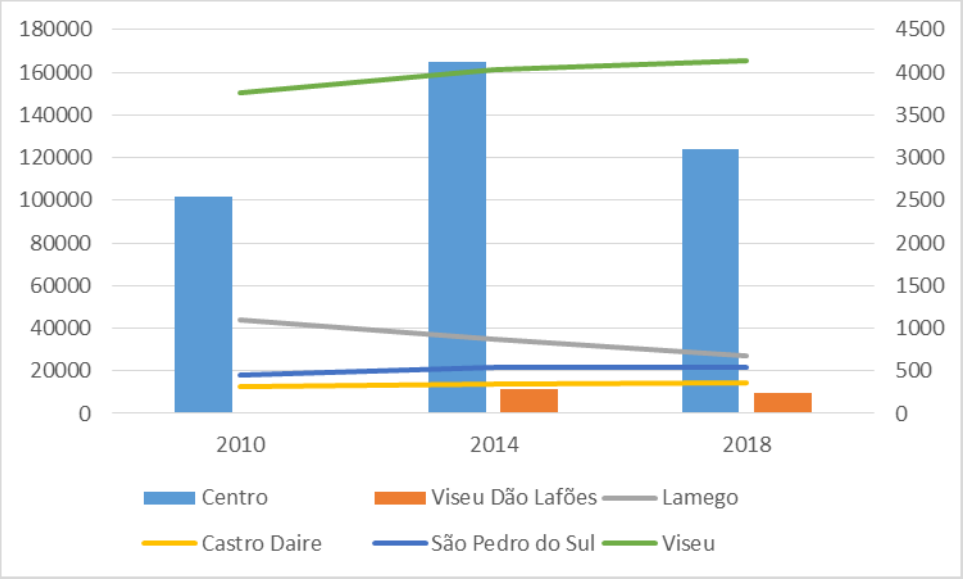



Figura 35 – Evolução da recolha de RSU pata reciclagem (fonte: PorData)

Relativamente à valorização orgânica em 2018, Castro Daire já contribuía com cerca de 4% do valor da Subregião de Viseu Dão Lafões, São Pedro do Sul com cerca de 6% e Viseu com cerca de 39%.

### 3.6.5. REDE ELÉTRICA

O Concelho é atravessado a nascente pela linha de muito alta tensão de 400Kv Bodiosa- Armamar 1/2, a qual integra a rede de transportes de energia elétrica a cargo da REN-Rede Elétrica Nacional, SA e que atravessa as freguesias de Moledo, Mões, Castro Daire, São Joaninho, Monteiras, Cujo e Almofala.

A rede de distribuição de média tensão é realizada a partir da subestação de Castro Daire e à tensão de 30/15/10Kv. Esta subestação integrada na RND é dependente da Subestação de Bodiosa

De acordo com o relatório de Dezembro de 2018 da EDP Distribuição[14] a informação da Rede Nacional de distribuição – Alta tensão e subestações as principais características da rede em Castro Daire eram as indicadas na tabela seguinte.

Tabela 22 . Principais características da rede

| Subestação/ Código Código | Relação de transformação AT/MT (Kv9 | Potência instalada 2018* (MVA) | Ponta 2018 (MW) | Potência de curto-circuito | | | | Corrente de curto-circuito para efeitos de dimensionamento do equipamento (kA) | | Regime de Neutro MT | Qualidade de serviço zonas | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | Máxima (MVA) | | Mínima | | | | | | | |
| | | | | AT | MT | AT | MT | AT | MT | | A | B | C |
| Castro Daire 1803S5004800 | 60/30 | 15 | 7,1 | 352 | 119 | 114 | 71 | 25 | 12,5 | 30 kV Neutro ligado à terra por impedância limitadora | | | x |

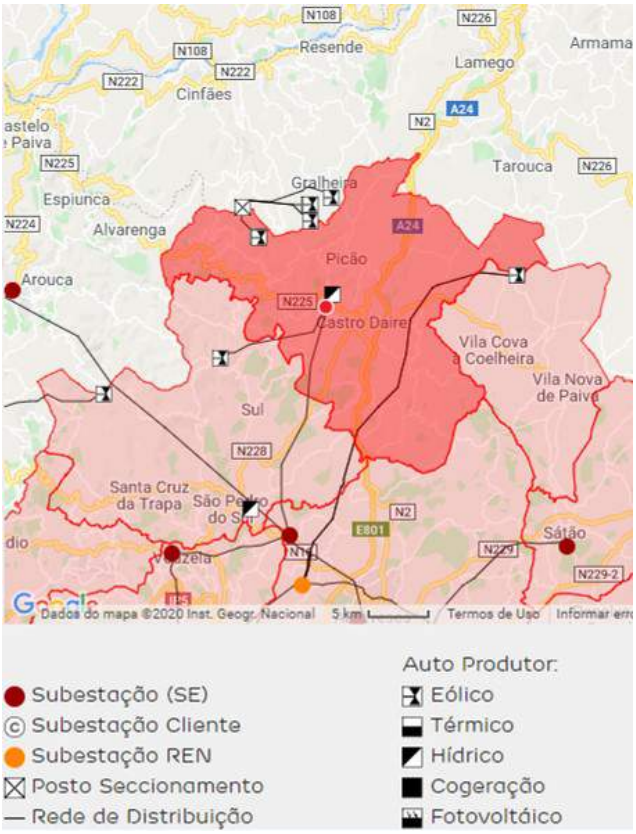
As linhas de alta tensão são as apresentadas da figura seguinte e com as seguintes características:

Tabela 23 . Pontas máximas nas linhas de alta tensão

| Nome da linha | Condutor | Comprimento (Km) | Valor Máximo (A) |
|---|---|---|---|
| LN60 1280 Castro Daire-Gumiei | 1x3x1 AA 160 | 19,775 | 222 |
| LN60 1281 Ermida-Castro Daire | 1x3x1 AA 160 | 1,213 | 84 |
| LN60 1282 São Macário (PRE)-Castro Daire | 1x3x1 AA 160 | 10,534 | 106 |

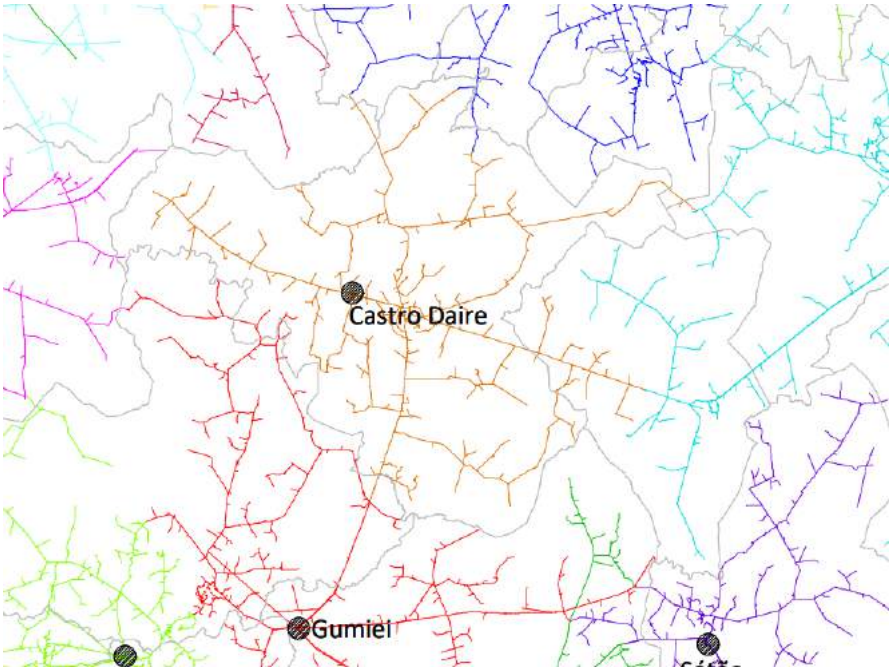
Figura 36 – Localização da rede de alta tensão e subestação em Castro Daire

[14] Consulta efetuada em30/01/2020




De acordo com o mesmo relatório a localização das linhas de AT/MT e MT/MT é a seguinte e tem uma tensão de 30Kv.

Figura 37 – Localização da rede e subestação em Castro Daire por área de abrangência (fonte: REN/EDP)



A distribuição da energia elétrica (rede elétrica de baixa, media e alta tensão) no concelho de Castro Daire está a cargo da EDP Distribuição – Energia S.A. Toda a população é servida por rede de distribuição elétrica.

Conforme informação disponibilizada pela EDP em Janeiro de 2014, o cadastro das redes é o apresentado no cartograma respetivo em Anexo.

Quanto à rede de iluminação pública, existe em todos os aglomerados urbanos e rurais, havendo poucos lugares sem rede. De um modo geral é uma rede que utiliza lâmpadas de mercúrio ou sódio, variando entre os 50 e os 80W.

## 4. ÁREAS PROTEGIDAS, REDE NATURA 2000 E REGIME FLORESTAL

Existem no concelho três sítios da Rede Natura 2000:

- **Sítio da Serra do Montemuro** que está inserido nas freguesias de Cabril, Gosende, Pinheiro, União de Freguesias de Parada de Ester, União de Freguesias de Picão e Ermida e União de Freguesias de Mezio e Moura Morta. –
- **Sítio das Serras da Freita e Arada** que apanha parte da União de Freguesias de Reriz e Gafanhão;
- **Sítio do Rio Paiva** no qual se inserem parte das freguesias de Cabril, Mões, Moledo e Castro Daire, União de Freguesias de Parada de Ester e Ester, União de Freguesias de Reriz e Gafanhão, União de Freguesias de Mamouros, Alva e Ribolhos.

Os perímetros florestais delimitados no concelho são:

- **Perímetro Florestal da Serra do Montemuro:** Freguesias de Cabril, Gosende, União de Freguesias de Parada de Ester e Ester, União de Freguesias de Picão e Ermida e União de Freguesias de Mezio e Moura Morta;
- **Perímetro Florestal da Serra do Leomil:** Freguesias Castro Daire, Cujó, São Joaninho, Almofala, Monteiras, Mões União de Freguesias de Mezio e Moura Morta;
- Perímetro Florestal de São Miguel e São Lourenço: Freguesias de Mões e Moledo;
- Perímetro Florestal de São Salvador: Freguesia de Moledo.

De acordo com o relatório do ICNF de junho de 2019, não existem para o concelho ZIF´s em vigor.

Existe atualmente uma proposta de plano de gestão florestal, para a UB de Lamas, que encerrou a 15 de setembro o seu período de discussão pública.

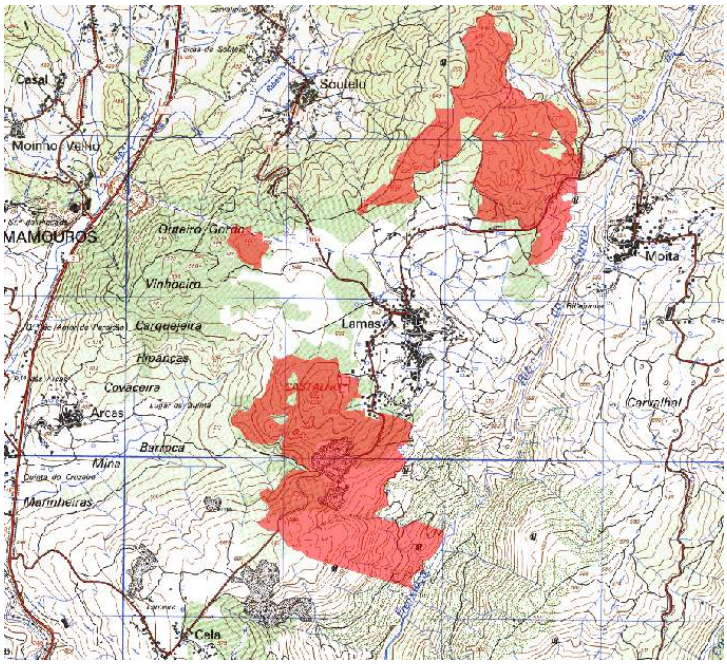



Figura 5| área de intervenção do PGF (fonte: ICNF, proposta de PGF da UB de Lamas)

## 5. NÍVEIS DE EXECUÇÃO DO PDM

Decorridos 25 anos após a entrada em vigor do PDM verificam-se algumas questões que exigem uma maior maturidade, comparativamente às decisões tomadas na primeira geração de elaboração dos PDM. Por outro lado, este instrumento, pelo facto de ser um Plano de interação entre as autarquias as demais instituições de nível regional e nacional, e entre a autarquia e a população, assume um papel de importância, assumindo uma postura dinâmica de rigor, flexibilidade e adaptabilidade. Torna-se necessário verificar o nível de exequibilidade das ações previstas de forma a poder equacionar esse fator na revisão do PDM. Para tal recorreu-se à informação existente nos documentos do Plano vigente sobre as ações previstas e objetivos concretos propostos no âmbito do referido Plano e à informação atualizada, fornecida pela Câmara Municipal de Castro Daire e outras entidades envolvidas no território municipal.

### 5.1. COMPOSIÇÃO E OBJETIVOS DO PLANO

O plano é composto por:

- Regulamento;
- Relatório final;
- Planta de ordenamento;

- Planta de condicionantes:
    - Servidões e restrições de utilidade pública
    - RAN
    - REN;
- Planta de enquadramento;
- Planta da situação existente;
- Listagem dos monumentos nacionais e valores concelhios e de interesse público;
- Estudos de caracterização.

Tem como objetivos:

- Promover o desenvolvimento integrado do concelho, através da distribuição racional das atividades económicas, da implementação das infraestruturas necessárias, redes de transporte e comunicações, de uma política de solos que promova a resolução das carências habitacionais, da potencialização de todas as atividades socioeconómicas pretendidas para o concelho, e que fomente e ordene a implantação dos diversos equipamentos necessários à promoção da qualidade de vida da população;
- Defender o ambiente e os recursos naturais com vista à melhoria da qualidade de vida das populações;
- Valorizar as aptidões naturais de desenvolvimento;
- Garantir a projeção de um futuro de qualidade para o concelho e a concretização de uma política de Estado definida em legislação já publicada e que tem a ver com servidões administrativas e outras restrições de utilidade pública ou ao uso do solo.

### 5.2. CLASSIFICAÇÃO DO SOLO

De acordo com o art.43º do regulamento do PDM, o plano tem as seguintes classes de uso de solo:

Espaços urbanos — são caracterizados por possuírem uma malha urbana consolidada ou em consolidação/expansão, por um elevado grau de infraestruturação e densidade populacional, sendo predominante a função habitacional, integrando outras atividades, tais como comércio, serviços,

equipamentos coletivos, indústria da classe D, equipamento turístico e outras, desde que não se verifique a sua incompatibilidade com a função habitacional. Correspondem aos glomerados existentes e pelas áreas destinadas à expansão/consolidação dos mesmos.

- Espaço urbano 1 - vila de Castro Daire;
- Espaço urbano 2 - termas do Carvalhal;
- Espaço urbano 3 - restantes aglomerados.

Espaços culturais – corresponde ao Centro histórico da vila de Castro Daire, área de valor histórico e ambiental que deverá ser conservada, recuperada e valorizada, a delimitar rigorosamente em plano de urbanização de execução imediata à aprovação do PDM.

Espaços de recursos naturais e equilíbrio ambiental São constituídos pelas áreas que, dada a sua sensibilidade, se considere necessária a sua conservação e proteção com vista à preservação do ambiente e dos recursos naturais. Subdividem-se em:

- Zonas imperativas- áreas afetas à REN e à RAN
- Zonas preferenciais - subdividem-se em:

a) Áreas florestais são constituídas por áreas destinadas predominantemente ao fomento, exploração e conservação das espécies florestais e outros recursos a elas associados, dentro dos condicionalismos e legislação que as regula. Incluem tanto as áreas que se apresentem já florestadas (onde se devem impor regras de preservação) como as áreas que possuem potencialidades de uso futuro mediante ações de reconversão ou recuperação (correspondentes a solos de menor capacidade agrícola e que são contíguos aos espaços florestais existentes).

b) Áreas agrícolas - são destinadas preponderantemente à atividade agrícola e desenvolvimento pecuário, em virtude da qualidade do solo e das condições climáticas (os espaços incluídos na RAN), englobando ainda as áreas que, através de ações de recuperação ou reconversão, apresentem potencialidades de futura utilização agrícola (os espaços de uso agrícola complementar, que não estão incluídos na RAN); As áreas agrícolas dividem-se em:

a) Áreas abrangidas pela RAN;
b) Áreas agrícolas e agro-pastoris;
c) Áreas agro-florestais;
d) Áreas de uso agrícola;
e) Aglomerados rurais.

c) Áreas naturais paisagísticas -Áreas naturais são áreas que, pela sua diversidade cultural, pelos seus elementos de valorização cénica, pela diversidade de relevo, pelas suas condições de visualização ou presença de elementos de interesse patrimonial natural ou construído, oferecem recursos panorâmicos dignos de proteção. No concelho de Castro Daire existem duas áreas classificadas: são a serra do Montemuro-Bigorne e o rio Paiva. Nestas áreas será aplicada a legislação em vigor;

d) Áreas de extração mineral - caracterizam-se pela exploração exclusiva de granitos.
As pedreiras licenciadas pela Câmara Municipal de Castro Daire situam-se nas freguesias de Lamelas, Moledo e Mões;

## 5.3. CONDICIONANTES

As servidões administrativas e restrições de utilidade pública identificadas no plano e delimitadas respetivamente na planta de condicionantes. Veja-se Capitulo 8.

## 5.4. EXECUÇÃO DO PLANO

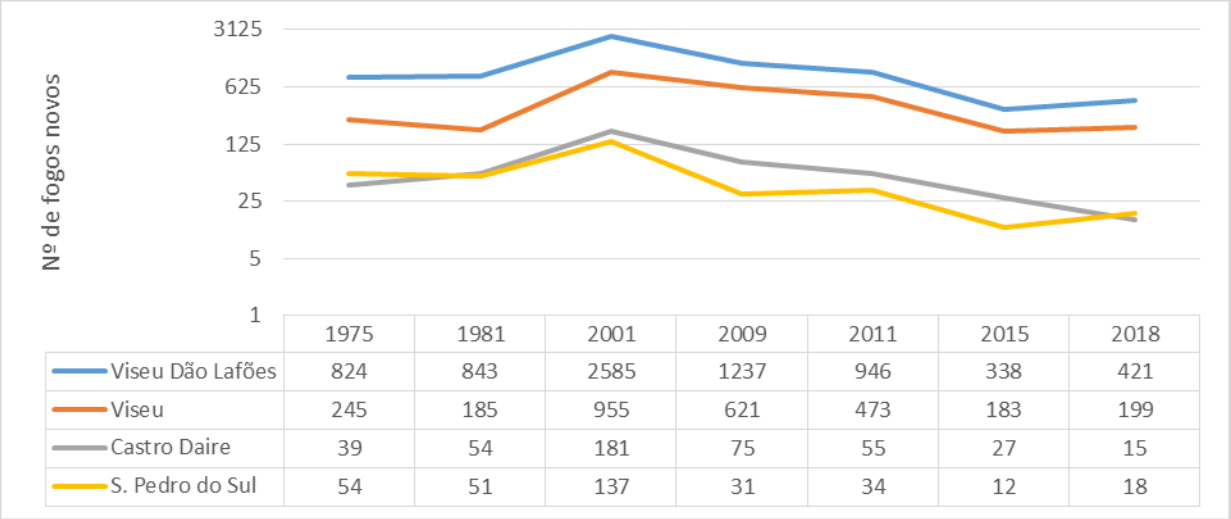
#### 5.4.1.1. RESERVAS DE SOLO URBANO DISPONÍVEL

A totalidade da área urbana no Município de Castro Daire soma 3.086 ha, que corresponde a 8,14% da área total do Município. A área urbana ocupada/consolidada é de, aproximadamente, 990 ha correspondente a 2,64% da área do concelho e equivale aproximadamente a 1/3 da área total urbana do Município. Os restantes 2/3 da área urbana, correspondente a 2.096 ha, esta salpicada com construções dispersas, implantadas no interior dos perímetros urbanos, na maioria dos casos com infraestruturas básicas.

Em termos gerais poder-se-á adiantar que a reserva disponível de solo urbano é de, aproximadamente, 50% da área urbana salpicada de construções dispersas, correspondendo a 113 da área urbana do Município. Esta área já se encontra servida, na quase totalidade, com arruamentos pavimentados, redes de águas, esgotos, eletricidade e com recolha de resíduos sólidos urbanos.

Relativamente à construção de novos fogos desde a vigência do PDM, encontra-se em análise o estudo que demonstre a dinâmica da construção em Castro Daire.

De acordo com a PorData, a dinâmica nos últimos anos tem sido baixa, estando no entanto em consonância com o cenário da região.




| | 1975 | 1981 | 2001 | 2009 | 2011 | 2015 | 2018 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Viseu Dão Lafões | 824 | 843 | 2585 | 1237 | 946 | 338 | 421 |
| Viseu | 245 | 185 | 955 | 621 | 473 | 183 | 199 |
| Castro Daire | 39 | 54 | 181 | 75 | 55 | 27 | 15 |
| S. Pedro do Sul | 54 | 51 | 137 | 31 | 34 | 12 | 18 |

Figura 6| N.º de fogos novos por ano

#### 5.4.1.2. NÍVEIS DE INFRAESTRUTURAÇÃO

As áreas urbanas do Município de Castro Daire estão dotadas, na sua grande maioria de infraestruturas básicas como se discrimina:

- Arruamentos pavimentados em mais de 95%;
- Rede de água ao domicilio, 94%;
- Rede de esgotos, 68%;
- Rede elétrica, 98 %;
- Recolha de resíduos sólidos urbanos, 100%.

Nos primeiros 6 anos de implementação do PDM, foi levado a efeito o Parque Industrial da Ouvida com área de 60 ha e 44 lotes que veio a incrementar a atividade industrial no Concelho.

#### 5.4.1.3. COMPROMISSOS URBANÍSTICOS

Não há compromissos urbanísticos assumidos. No entanto, é de interesse público, a ampliação de pequenas manchas urbanas nos aglomerados urbanos onde é exígua a reserva do solo disponível para construção e em áreas com algumas infraestruturas adjacentes e contíguas aos perímetros urbanos assim como repensar as zona industriais.

#### 5.4.1.4. EQUIPAMENTOS E ESPAÇO PÚBLICO

No prazo de vigência do PDM, foram levados a efeito os seguintes equipamentos públicos:

- Escola Básica 2,3 de Castro Daire;
- Escola Básica Integrada de Mões;
- Biblioteca Municipal;
- Auditório Municipal;
- Piscinas Municipais;
- Centro de interpretação e informação de Montemuro e Paiva;
- Museu Municipal;
- Requalificação do Eixo Principal da Vila de Castro Daire, correspondente às Avenidas General Humberto Delgado, Avenida dos Bombeiros Voluntários e Avenida 5 de Outubro que atravessam a Vila de Norte a Sul;
- Requalificação do Parque do Calvário;
- Execução de 8 Polidesportivos no Concelho;
- Requalificação da Estrada Municipal 565 (ligação Mães — Moita);
- Requalificação do arruamento principal em Mosteiro de Cabril;
- Requalificação da área envolvente à Igreja no Mezio;
- Requalificação da área envolvente à Igreja em São Joaninho;
- Requalificação das áreas envolventes às Igrejas/capelas das sedes de freguesia;
- Execução da praia fluvial de Lodeiro.

#### 5.4.1.5. ACESSIBILIDADES

O Plano Diretor Municipal em vigor previa a intervenção em 174 estradas e caminhos municipais a retificar, alargar ou a executar de novo.

Nos anos de vigência foram levadas a efeito intervenções em cerca de 85 vias de comunicação correspondente a 48% das intervenções previstas no plano. Foi levada a efeito a construção da Autoestrada A24 que atravessou o concelho de Norte a Sul numa extensão de 24,4 quilómetros, com 5 nós de acesso no Município, um dos quais a Norte, no limite com o Município de Lamego. Esta veio a alterar a estrutura rodoviária existente e obrigar à reformulação das respetivas ligações.

#### 5.4.1.6. CONCLUSÃO

O presente documento permite concluir que de uma forma geral as ações previstas no PDM vigente foram cumpridas em mais de 50%. No entanto, em relação à rede urbana e aos equipamentos de utilização coletiva ainda persiste a necessidade de concluir a concretização de muitas ações estipuladas em 1996. Algumas deixaram de fazer sentido atualmente, devido à conjuntura socioeconómica do concelho.

O elevado nível de execução proporcionou um importante desenvolvimento, sobretudo no que se refere àquilo que pode oferecer à população residente. O investimento cultural foi notório assim como o investimento das acessibilidades. De facto, Castro Daire tornou-se um concelho menos marginal, e mais central face à vida socioeconómica da sua região. O investimento nas infraestruturas básicas proporcionou o aumento da qualidade de vida e equidade social, assim como a gradual melhoria do meio ambiente. A rede de acessibilidades também veio fortalecer a posição do concelho na região, melhorando substancialmente os fluxos da população

A verificação do que se concretizou em sede do PDM vigente é um contributo importante para que se possa proceder às correções de fragilidades e às retificações de "rota" das ações que se consideravam essenciais à evolução do município.

Para além desta verificação, em sede da revisão do PDM há que propor um sistema interativo de monitorização, com implicações diretas no planeamento do território, que funcione ativamente como contributo para o PDM revisto, de modo a permitir a adaptação constante à realidade e prospetivas de Castro Daire ao longo do tempo. Este processo irá gerar relações mais fortes entre os técnicos, o corpo político e os cidadãos e cidadãs.

# 6. GESTÃO TERRITORIAL

## 6.1. Situação de referência municipal

De acordo com a informação disponibilizada pela DGT em agosto de 2019 e o município de Castro Daire é abrangido pelos seguintes instrumentos de gestão territorial:

| IGT | Designação | Dinâmica | Publicação D.R. | Data D.R. |
|---|---|---|---|---|
| PNPOT | PROGRAMA NACIONAL DA POLÍTCA DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO | 1ªREVISÃO | Lei n.º 99/2019 | 05-09-2019 |
| PNPOT | PROGRAMA NACIONAL DA POLÍTCA DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO | 2ª RETIFICAÇÃO | DECL RECT 103-A/2007 | 02-11-2007 |

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| | | 1ª RETIFICAÇÃO | DECL RECT 80-A/2007 | 07-09-2007 |
| | | 1ª PUBLICAÇÃO | LEI 58/2007 | 04-09-2007 |
| PROF | PLANO REGIONAL DE ORDENAMENTO FLORESTAL DA CENTRO LITORAL | 1ª RETIFICAÇÃO | DECL RECT 16/2019 | 12-04-2019 |
| | | REVISÃO | PORT. 56/2019 | 11-02-2019 |
| PRN | PLANO RODOVIÁRIO NACIONAL | 2ª ALTERAÇÃO | DL 182/2003 | 16-08-2003 |
| | | 1ª ALTERAÇÃO | LEI 98/99 | 26-07-1999 |
| | | 1ª RETIFICAÇÃO | DECL RECT 19-D/98 | 31-10-1998 |
| | | 2ª REVISÃO | DL 222/98 | 17-07-1998 |
| PNA | PLANO NACIONAL DA ÁGUA | REVISÃO | DL 76/2016 | 09-11-2016 |
| PGRH | PLANO DE GESTÃO DA REGIÃO HIDROGRÁFICA DO VOUGA, MONDEGO E LIS (RH4) | 1ª RETIFICAÇÃO | DECL RET 22-B/2016 | 18-11-2016 |
| | | 1ª PUBLICAÇÃO | RCM 52/2016 | 20-09-2016 |
| PGRH | PLANO DE GESTÃO DA REGIÃO HIDROGRÁFICA DO DOURO (RH3) | 1ª PUBLICAÇÃO | RCM 52/2016 | 20-09-2016 |
| PU | VILA DE CASTRO DAIRE | 1ª PUBLICAÇÃO | AVISO 5505/2014 | 30-04-2014 |

Relativamente ao PROT Centro, apesar de este não ter entrado em vigor, os estudos realizados para a revisão do PDM tiveram em conta as orientações ali presentes.

Para além dos IGT referidos, o município de Castro Daire conta também com a definição das áreas de reabilitação urbana que contribuem significativamente para a gestão do território municipal.

### 6.1. PROF DO CENTRO LITORAL

O concelho de Castro Daire enquadrava-se na área do Plano Regional de Ordenamento Florestal Dão-Lafões (PROFDL), onde se identificam as sub-regiões homogéneas e as zonas sensíveis do ponto de vista da defesa da floresta contra incêndios e da conservação da natureza. Este PROF foi recentemente revogado pelo Portaria 56/2019, de 11 de fevereiro. As sub-regiões homogéneas mantém-se e são: Terras Altas e Paiva, Riba Paiva e Floresta da Beira Alta assim como o corredor ecológico.

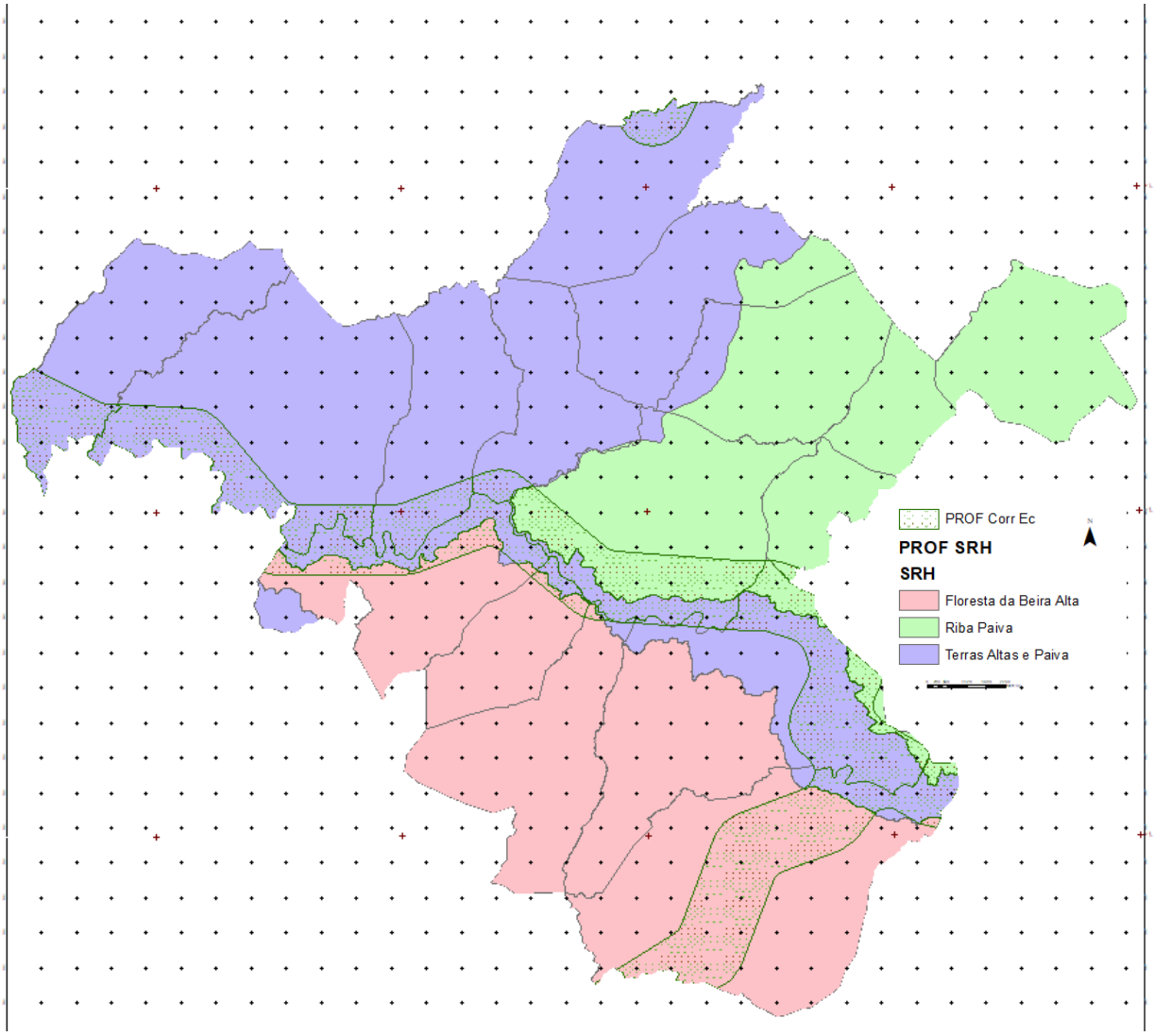



Figura 7| PROF Centro Litoral. Corredores ecológicos e Sub-regiões homogéneas (fonte dos dados: ICNF)

Será necessário compatibilizar o PDM com as diretivas deste plano.

### 6.2. Plano de Urbanização de Castro Daire

Já durante o período de vigência do PDM o município elaborou o PU da Vila de Castro Daire, tendo ficado eficaz através do aviso n.º 5505/2014, de 30 de abril.

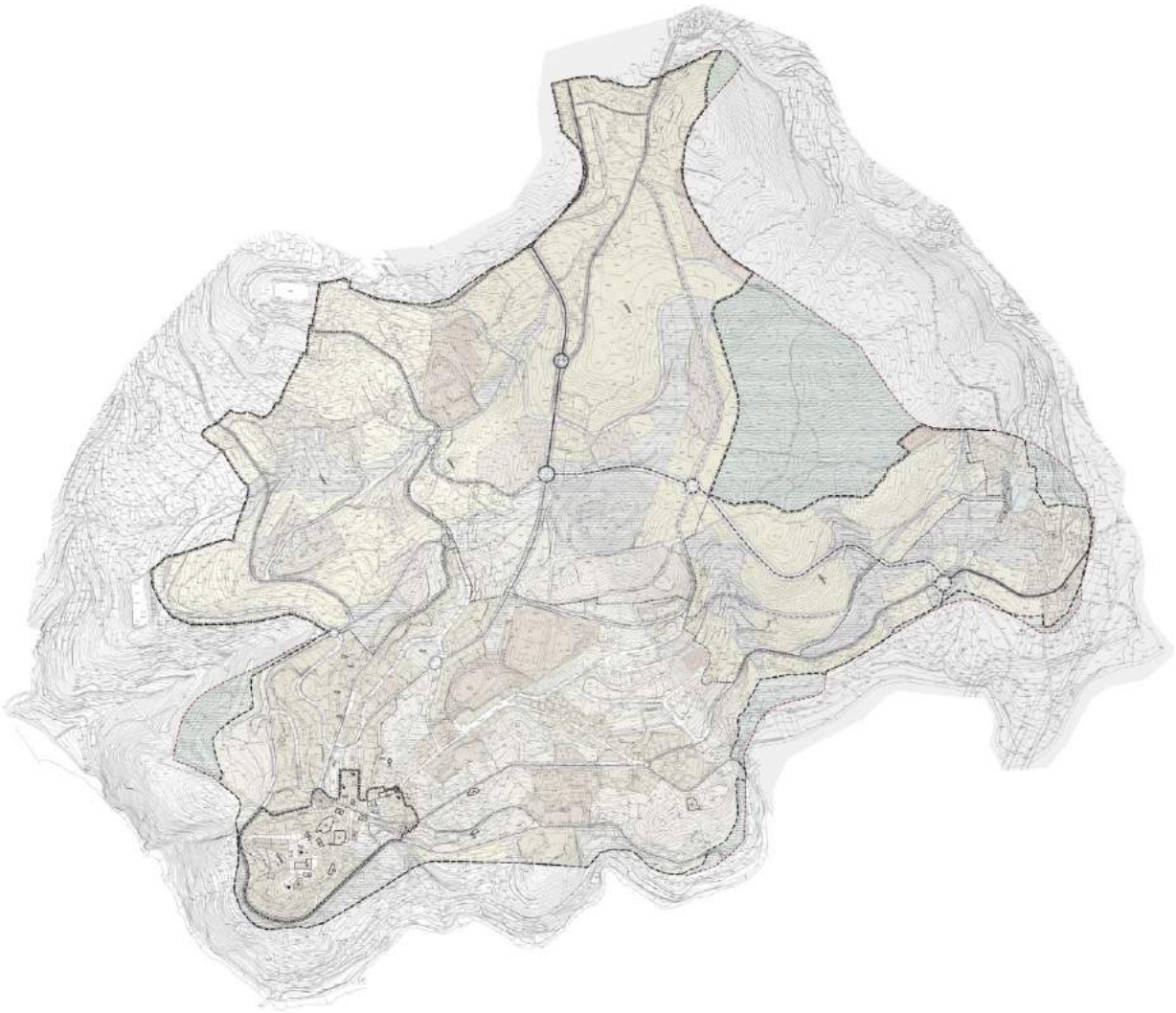


Figura 8| PU da Vial de Castro de Daire – planta de zonamento (Fonte:SNIT,2019)

O Plano de Urbanização definiu as seguintes UOPG:

- UOPG 1 — Núcleo Histórico;
- UOPG 2 — Envolvente à Av. Maria Alcina Fadista;
- UOPG 3 — Zona Nascente da Vila/Envolvente Poente de Fareja;
- UOPG 4 — Braços de Lá.

A programação das intervenções é a seguinte:

- a) Prioridade 1: UOPG 1 e UOPG 2;
- b) Prioridade 2: UOPG 3;

- c) Prioridade 3: UOPG 4.

Constituem objetivos gerais das Unidades Operativas de Planeamento e Gestão (UOPG):

- Requalificar os espaços consolidados, mediante correções ao nível do edificado, espaço público, estacionamento e infraestruturas;
- Programar de forma estruturada, o crescimento e ocupação do aglomerado, nomeadamente ao nível das infraestruturas, das áreas habitacionais, dos serviços, do comércio, das zonas verdes e dos equipamentos, promovendo situações de continuidade urbana;
- Definir, edifício a edifício, número máximo de pisos, tipologia habitacional e de construção, usos, alinhamentos, recuos e afastamentos obrigatórios e parcelamento;
- Integrar convenientemente a rede viária, as zonas verdes e as zonas de equipamentos previstas no plano de urbanização.

O PU alterou o PDM94 e revogou o Anteplano de Urbanização de Castro Daire aprovado por Despacho do Ministro das Obras Públicas em 20/09/52, convertido em Plano Geral de Urbanização registado na DGOT em 14/12/92 e publicado no D.R., 2.ª série, n.º 103, de 04 de maio de 1993.

Das UOPG´s atras referidas até à data nenhuma entrou em vigor ou em elaboração

### 6.3. ÁREAS DE REABILITAÇÃO URBANA

O município de Castro Daire, sabendo que o desenvolvimento de ações de reabilitação e de regeneração urbana devem constituir uma prioridade das políticas não só nacionais como locais, identificou uma área de reabilitação urbana de modo a combater o despovoamento do núcleo histórico da Vila de Castro Daire, possibilitando a definição um conjunto de intervenções e investimentos integrados que asseguram a salvaguarda do património edificado e dos espaços públicos na ótica do desenvolvimento sustentável do território.

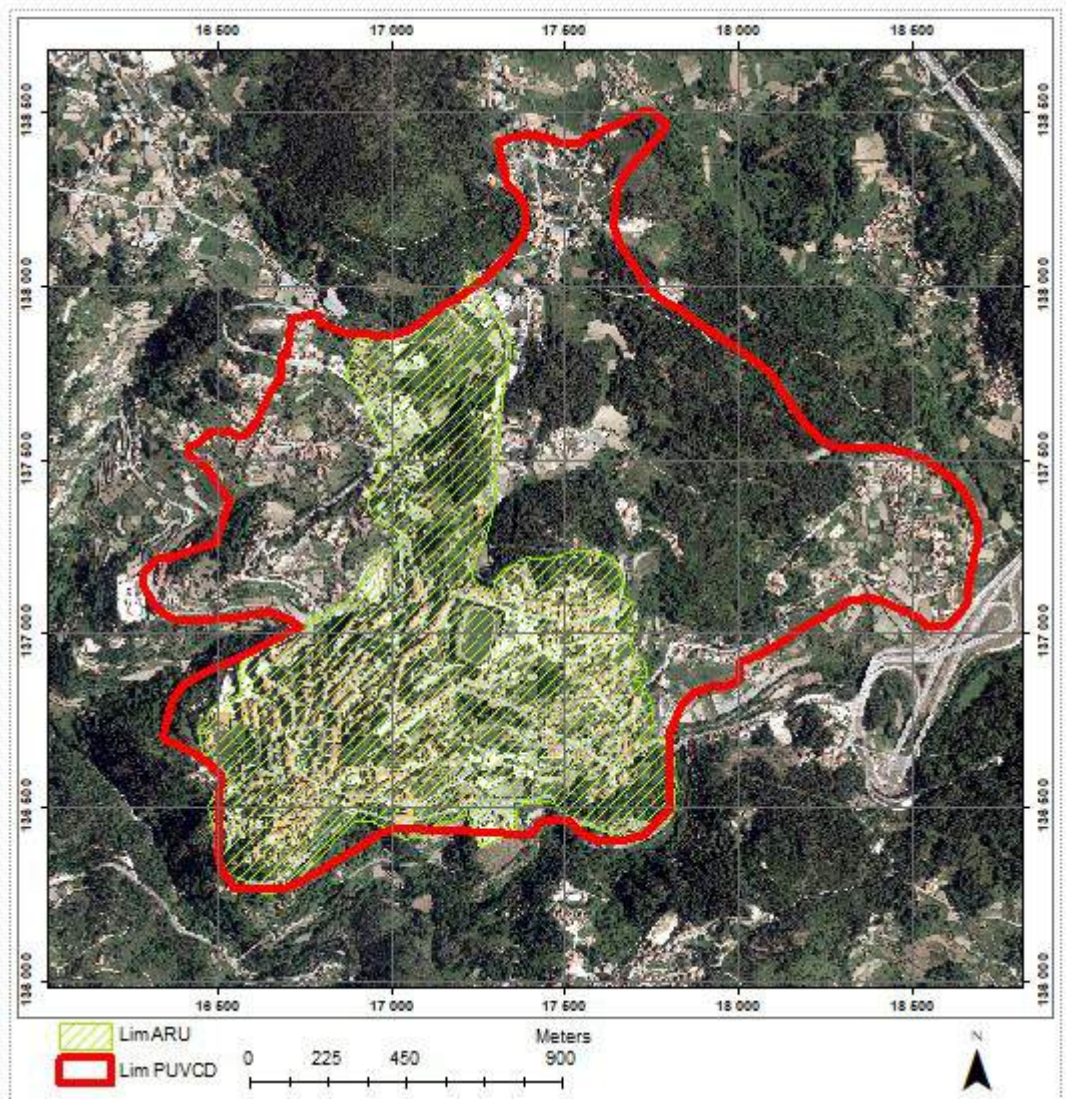



Figura 9| ARU de Castro Daire

### 6.4. PROGRAMAS NA ÁREA HABITACIONAL

No âmbito da política de habitação o Municipio tem implementado o Programa Municipal de Ajuda à Melhoria Habitacional de Famílias Carenciadas, destinado a apoiar as famílias, com graves carências na sua habitação e sem meios para fazer face a essas despesas, é uma forma de ajudar aos que mais necessitam, num Concelho onde ainda existem algumas assimetrias sociais. Este programa prevê o apoio na cedência de material, e o acompanhamento do desenrolar dos trabalhos por parte dos técnicos da autarquia, para que as obras promovam efetivas melhorias habitacionais.

O município está a iniciar à data a Estratégia Local de habitação.

### 6.5. PLANO MUNICIPAL DE EMERGÊNCIA

O Plano Municipal de Emergência para o Município de Castro Daire, adiante designado por PMECD, é um plano geral e um instrumento que o Serviço Municipal de Proteção Civil em sintonia com a ANPC

dispõem para o desencadeamento das operações de proteção civil, com vista a possibilitar uma unidade de direção e controlo, para a coordenação das ações a desenvolver na gestão de meios e recursos mobilizáveis, face a um acidente grave ou catástrofe a fim de prevenir, planear e coordenar as ações de socorro, os prejuízos, perdas de vidas e bens e o restabelecimento da normalidade. Foi elaborado em 2010 e revisto em dezembro de 2015.

Objetiva-se com o PMECD precaver todos os riscos a que o Município está sujeito, assim como clarificar e definir as atribuições e responsabilidades que competem a cada um dos agentes de proteção civil.

No concelho de Castro Daire não existe, atualmente, um risco que demonstre ser ao mesmo tempo muito provável e com elevado potencial de dano. Os riscos com maior potencial de dano são precisamente aqueles cuja probabilidade de ocorrência e mais baixa (período de retorno superior a 200 anos). Os eventos que apresentam maior probabilidade de ocorrência no concelho são: os incêndios florestais, o deslizamento de terras e os nevoes, que apresentam potencial para gerar algum dano (humano e material) caso não sejam tomadas, atempadamente, medidas preventivas.

Para o futuro será fundamental ter em conta o disposto no Programa Nacional para as Alterações Climáticas 2020/2030 (PNAC 2020/2030).

### 6.6. PLANO MUNICIPAL DA DEFESA DAS FLORESTAS

O Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios Florestais (PMDFCI) do Concelho de Castro Daire (enquadra-se na área do Plano Regional de Ordenamento Florestal Dão-Lafões (PROFDL)) está em vigor até dezembro de 2019. Em janeiro de 2019 foi publicada a Revisão da Cartografia de Risco de Incêndio Rural do Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios de Castro Daire, no Edital n.º 125/2019, de 21 janeiro.

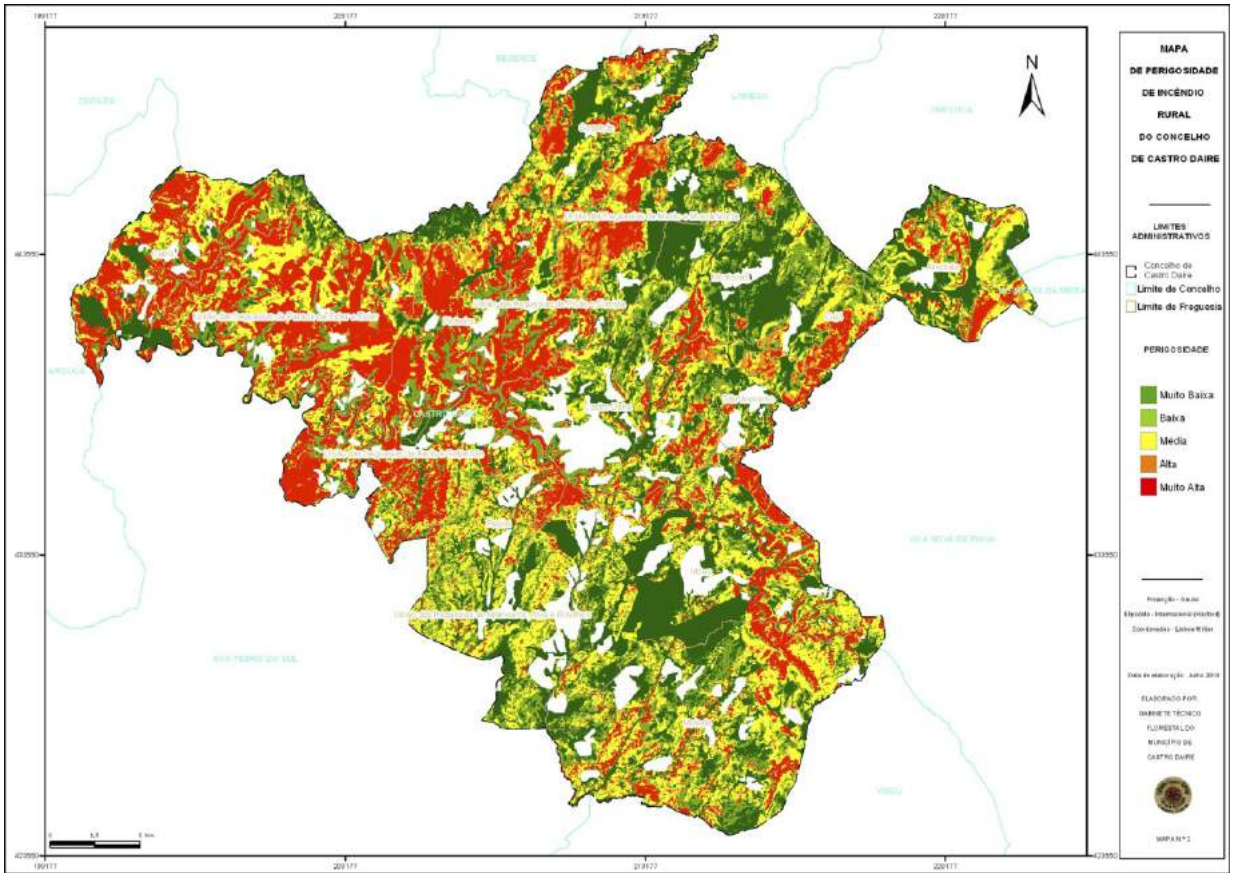



Figura 10| Mapa de perigosidade de incêndio (fonte: PMDFCI CD, 2019)

### 6.7. CARTA EDUCATIVA

A Carta Educativa do Concelho de Castro Daire é um instrumento de planeamento sectorial, trata-se de um documento que se considera fundamental para se perceber melhor quais são as necessidades do sistema educativo para cada concelho.

A Carta Educativa é datada de 2006 (encontrando-se ainda em vigor) e foi aprovada em Reunião do Conselho Municipal de Educação em reunião realizada em 19/06/2006, e presente a Assembleia Municipal a 26/06/2006 (aprovada por maioria). As Últimas alterações foram efetuadas em 24/04/2008. Foi homologada em 23/Junho/2008

Até à data encontra-se em vigor, estando a mesma a ser analisada para atualização dos dados e constituição de grupos de trabalho.

### 6.8. MAPA DE RUÍDO

O mapa de ruído do Concelho foi elaborado em 2008, de acordo com o previsto no Decreto-Lei n.º 9/2007, de 17 de janeiro, que aprova o Regulamento Geral do Ruído (RGR). Conclui que grande maioria da área do Concelho apresenta níveis de ruído ambiente exterior baixo, e cumpre o valor regulamentar estabelecido para zonas sensíveis (Lden≤55 dB(A) e Ln≤45 dB(A)), mas que existem

áreas onde os níveis de ruído ambiente exterior são mais elevados, associados ao tráfego viário, e algumas indústrias, excedem os valores legislados para zonas sensíveis sendo, contudo, cumpridos os valores para zonas mistas (Lden≤65 dB(A) e Ln≤55 dB(A)). Constatou-se que, à data, o Concelho se podia considerar com um ambiente sonoro de qualidade.

O Mapa de Ruído do Concelho de Castro Daire é uma ferramenta útil na gestão e controlo da poluição sonora, assim como no planeamento do território e permite identificar situações prioritárias a integrar em planos de redução de ruído.

Assim, ao longo das vias com maior volume de tráfego, como é o caso da A24, EN 228, EN 225, EN 2 as principais rodovias da Vila de Castro Daire, nomeadamente a Av.ª 5 de Outubro e Av.ª dos Bombeiros Voluntários, bem como de algumas indústrias, os níveis de ruído são mais elevados.

Neste contexto refira-se ainda, que dada a predominante ocupação territorial ao longo das vias, verifica-se, de uma forma generalizada, um maior impacte sonoro nos recetores localizados ao longo das principais vias de tráfego rodoviário do Município. Porém, é o próprio edificado existente que serve de barreira à propagação de ruído, situação distinta da que existiria em campo livre, ao mesmo tempo que expõe a níveis mais elevados as populações residentes nos edifícios diretamente expostos ao ruído das referidas vias. Em termos de extensão em área sob influência sonora, a A24 é a rodovia que apresenta a maior extensão dos níveis de ruído de Lden > 65 dB(A). No entanto, é na Av.ª 5 de Outubro e Av.ª dos Bombeiros Voluntários onde existe maiores níveis de ruído junto a recetores sensíveis, dada a proximidade dos recetores às fontes sonoras. Contudo, junto a estas vias localizam maioritariamente espaços comerciais e residências inabitadas. Logo, apesar de aparentemente ser um local prioritário de redução do ruído, dadas as circunstâncias pouco críticas, não se demonstra relevante.

O ruído produzido pela generalidade das áreas industriais do Concelho de Castro Daire, não é significativo no cenário acústico simulado. Contudo, estas encontram-se em Locais sem recetores sensíveis nas proximidades.

### 6.9. PLANO MUNICIPAL DE PROMOÇÃO DE ACESSIBILIDADE DE CASTRO DAIRE

O Plano Municipal de Acessibilidade para Todos é um programa estratégico que tem por objetivo a melhoria da acessibilidade no município, definindo estratégias e ações estruturantes de forma a tornar eficientes as intervenções. Abrange o espaço público, o edificado, os transportes, os setores da comunicação, do design e da infoacessibilidade.

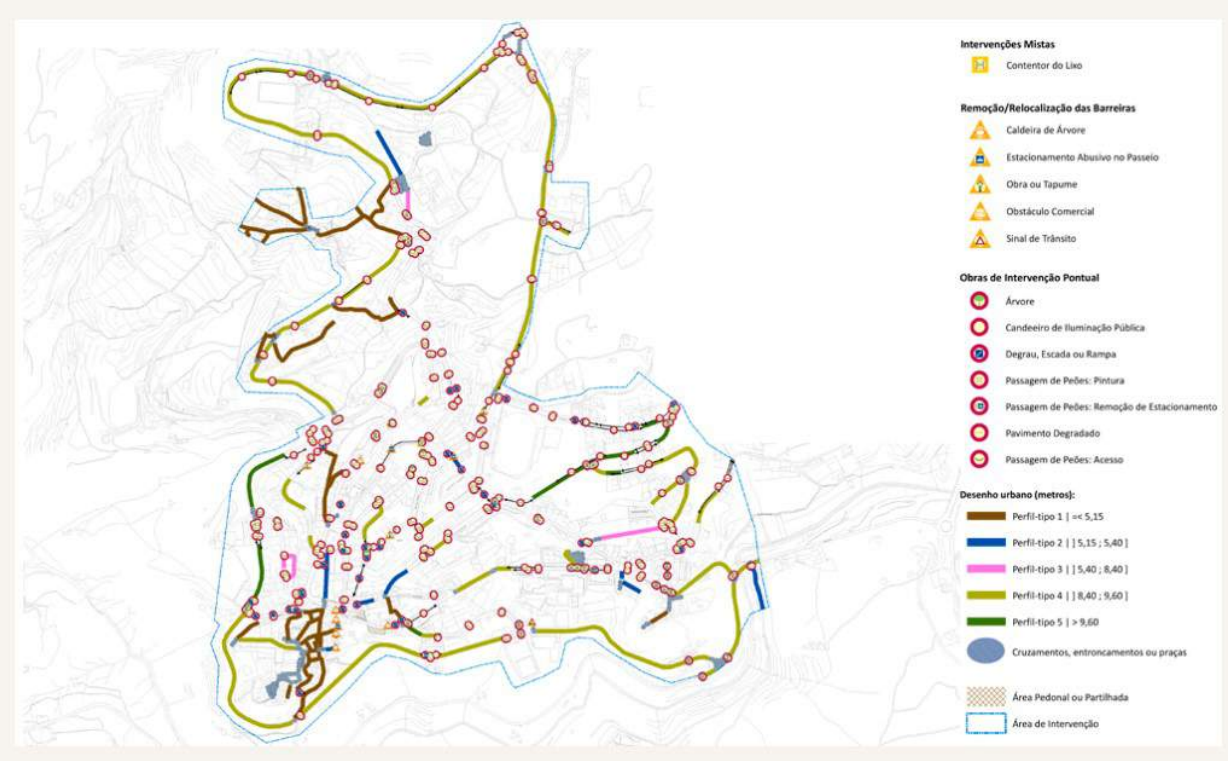



Figura 11| Planta de síntese da vila de Castro Daire (fonte: https://www.mobilidadept.com)

Grande parte das ações previstas neste plano de 2012 foram executadas.

## 6.10. PLANO DE AÇÃO DA MOBILIDADE URBANA DE SUSTENTÁVEL DA REGIÃO VISEU DÃO LAFÕES

Plano de ação da mobilidade urbana de sustentável da Região Viseu Dão Lafões (PAMUS) elaboração pela CIVDL em junho de 2016, assenta numa estratégia de baixo teor de carbono e inclui a promoção da mobilidade urbana multimodal sustentável, abrangendo medidas para a redução da emissão de gases EF e a diminuição da intensidade energética. Promove a quota do transporte coletivo e dos modos suaves nas deslocações urbanas do dia-a-dia.

Este plano define um vasto conjunto de ações para o convelho de Castro Daire, estando já muitas dessas acções concretizadas, ou em execução.

- AÇÃO CD.0l -Beneficiação da mobilidade suave na Avenida 25 de Abril;
- AÇÃO CD.02 – Beneficiação dos percursos pedonais na Avenida Dr. Francisco Sá Carneiro;
- AÇÃO CD.03 – Melhoria das condições de acessibilidade e mobilidade pedonal aglomerados urbanos de Castro Daire, Mões e Mamouros, Alva e Ribolhos;
- AÇÃO C0.04 - Eliminação de pontos de acumulação de acidentes entre tráfego rodoviário e peões e ciclistas no município de Castro Daire;

- AÇÃO CD.06 - Conclusão da rede ciclável na Vila de Castro Daire;
- AÇÃO CD.07 - Beneficiação da mobilidade suave na Rua Nova;
- AÇÃO CD.08 – Beneficiação dos percursos pedonais na Urbanização Quinta das Presas;
- AÇÃO CD.09 - Beneficiação dos percursos pedonais na Rua Padre Adelino Duarte Ribeiro;
- AÇÃO CD.11- Melhoria dos Pontos de Chegada e Correspondência (PCC) do município;
- AÇÃO CD.12 – Sistema de informação aos utilizadores em tempo real;
- AÇÃO CD.13 – Implementação de um sistema de transporte flexível municipal
- AÇÃO CD.14 - Conclusão da Variante Norte/ Nascente entre a Avenida Maria Alcina Fadista e a EN 225/ EN

### 6.11. Plano Intermunicipal de Adaptação as Alterações Climáticas

O Plano Intermunicipal de Adaptação as Alterações Climáticas (PIAAC) elaborado pela CIMVDL em dezembro de 2017 "visa promover a integração da adaptação às alterações climáticas no planeamento intermunicipal e e municipal e, dessa forma, criar uma cultura de adaptação transversal aos vários setores e atores, reforçando a resiliência territorial e preparando esta comunidade para os significativos desafios que as mudanças do clima estão/irão criar".

Para além de uma vasta e detalhada caracterização da região o plano define um conjunto de linhas de intervenção (125) no ordenamento do território nesta temática, atendendo aos domínios e focos de interesse (pelas fragilidades e/ou pelas oportunidades) que o plano pode e deve avaliar/ponderar e que a sua implementação pode dirimir ou potenciar respetivamente. A maioria das linhas de intervenção será integrada no ordenamento do território através mecanismos de gestão e de governação territorial de âmbito intermunicipal e municipal, designadamente produção de regulamentos municipais; no desenvolvimento, conceção e produção de guias de boas práticas; no desenvolvimento de estudos; na concretização de mecanismos locais de apoio financeiro; entre outros.

Muitas das linhas de intervenção são transversais a várias ações e planos que o município tem implementado. Importa em sede da revisão do PDM integrar estas diretivas.

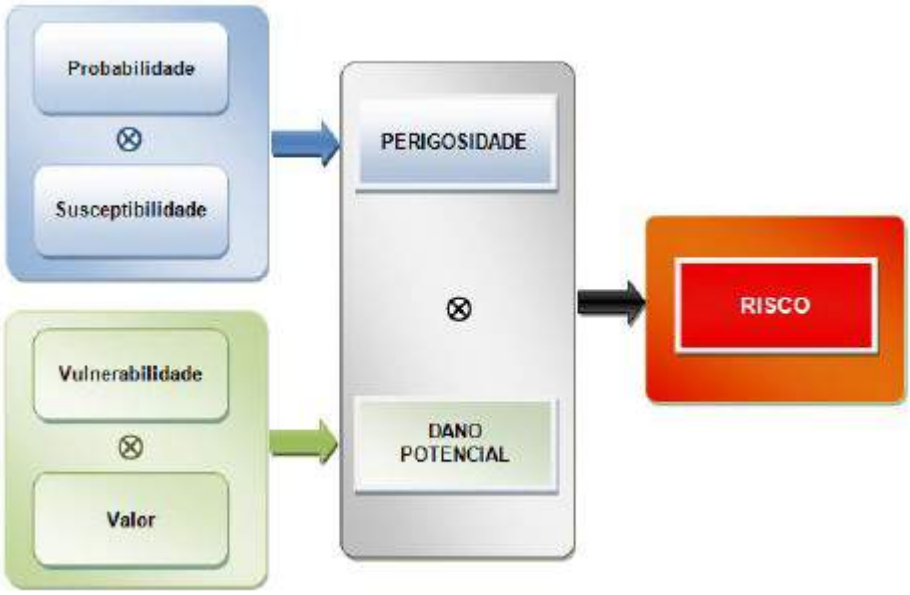
# 7. RISCOS

## 7.1. ENQUADRAMENTO

Uma vez que o município dispõe de Plano Municipal de Emergência (PME) a análise da componente riscos será feita com recurso à informação da Caracterização do Risco, que identifica que o risco resulta de uma combinação entre a probabilidade de ocorrência de um acontecimento não desejável e a magnitude/severidade das consequências desse mesmo acontecimento. A análise incidirá, fundamentalmente sobre a avaliação feita pelo Plano relativamente à suscetibilidade do concelho à ocorrência de acidentes ou catástrofes decorrentes da ocorrência de riscos de ordem natural, humana ou de ambos. Nesta análise é também utilizada a informação do PMDFCI, da delimitação da nova REN bruta (em elaboração) e demais documentos sectoriais com impacto no estudo, como fonte de dados para a produção de cartografia.

Os riscos aqui apresentados seguem a metodologia utilizado no referido plano. Apresenta-se em Anexo ao presente relatório os cartogramas do PME que deverão ser transpostas para a cartografia da proposta de ordenamento a desenvolver.

Figura 38 – Metodologia utilizada na análise dos riscos de origem natural e de origem humana no âmbito do PMEPC




Atendendo à informação disponível, os riscos presentes no concelho de Castro Daire abordados em sede de revisão são os seguintes:

Figura 39 – Riscos de origem natural e humanos analisados no âmbito do PMEPC

## 7.2. RISCOS DE ORIGEM NATURAL

Risco de terramoto

A análise da cartografia verifica-se que cerca de 96% da área do concelho se encontra classificada como áreas de risco baixo. A classe de risco médio representa cerca de 4% da área do concelho, localizada nas proximidades ou mesmo em núcleos urbanos do concelho, e ao longo da autoestrada A24. A classe de risco alto de terramotos tem um valor residual e abrangendo essencialmente zonas urbanas, das quais se destacam as localidades de Custilhão, Vila Pouca, Lamelas de Lá, Castro Daire, Baltar de Baixo, Baltar de Cima, Farejinhas, Folgosa e Mosteiro.

Radioatividade natural

No caso do concelho de Castro Daire, a radioatividade natural que poderá representar perigo para a população é a do gás radão. De acordo com estudos realizados pelo Instituto Tecnológico e Nuclear (ITN) – Departamento de Proteção Radiológica e Segurança Nuclear (2005), os valores de concentração de radão mais elevados encontram-se em casas situadas em regiões graníticas. No concelho de Castro Daire a média anual de radão situa-se entre 50 e 200 Bq/m3. A União Europeia recomenda que para habitações já construídas as concentrações médias anuais não ultrapassem os 400 Bq/m3 e que para futuras construções os níveis de radão sejam mantidos abaixo dos 200 Bq/m3.

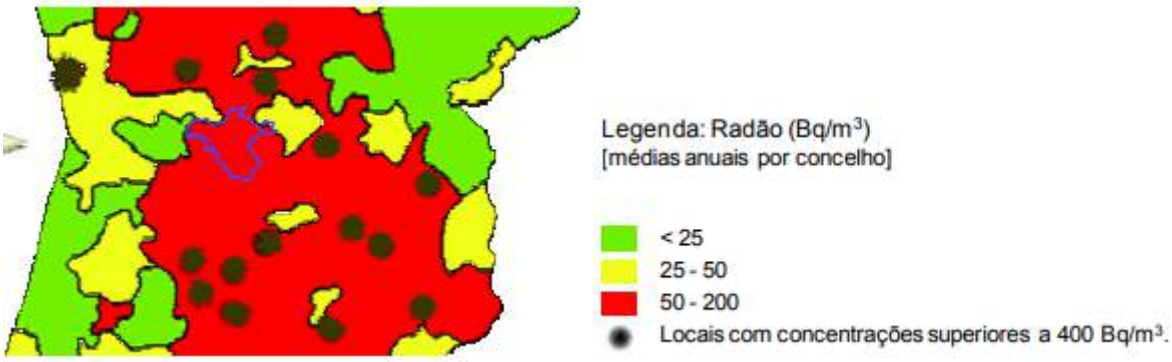



Figura 40 – Cartografia do radão em Portugal Continental (Fonte: Instituto Tecnológico e Nuclear – Departamento de Proteção Radiológica e Segurança Nuclear) (2005)

### Inundações e cheias

Historicamente, existem registos de inundações no concelho de Castro Daire, sendo o curso de água mais crítico o Rio Paiva, mais concretamente, o troco junto a povoação de Vila Nova, onde as últimas inundações registadas foram em 1993. De salientar ainda ocorrências históricas em Ester (1997 e 2009), tendo sido mais significativo em Ester de Baixo. As inundações foram responsáveis por danos em terrenos agrícolas, habitações e muros.

De acordo com a análise da cartografia em Anexo as classes de suscetibilidade média, alta e muito alta representam cerca de 1% da área do concelho. As áreas que se encontram na classe de suscetibilidade muito alta abrangem várias povoações, como é o caso de Ester e Vila Nova. Relativamente à classe de suscetibilidade média, é de salientar o troço que acompanha a zona da estrada que liga Bustelo e Almofala, sendo que este mesmo troço de estrada inunda quando ocorrem chuvas intensas.

Os trocos/cursos de água identificados como mais críticos são o Rio Paiva e o Rio Varosa, na área mais a Este do concelho. Nestes trocos o risco associado poderá ser particularmente muito alto, devido a existência de edifícios e construções nas imediações dos mesmos.

De acordo com o Plano de Gestão dos Riscos de Inundações (PGRI) o território municipal de Castro Daire não está inserido em nenhuma a zona de crítica.

### Deslizamento de terras

No que se refere ao estudo da probabilidade de ocorrência de deslizamentos existem dois fenómenos que lhe podem dar origem: a precipitação e a ocorrência de terramotos, sendo identificados como um dos principais riscos que poderão ocorrer, o risco de deslizamento de terras, perto de Ester, e a Sul de Castro Daire.

Historicamente, ocorreram deslizamentos de terras na área a Norte de Ester e na área de Mosteiro, associados ao Rio Paiva. Através da comparação entre o valor de precipitação crítica estabelecido e os vários valores obtidos para cada período de retorno de intensidade e duração da precipitação, concluiu-se que em Castro Daire o período de retorno de precipitações com potencial para gerar deslizamentos é inferior a 10 anos, correspondendo a classe de probabilidade muito alta.

Da análise da cartografia em Anexo verifica-se que cerca de 54% da área do concelho se encontra na classe de suscetibilidade baixa e que cerca de 35% esta na classe média de suscetibilidade, sendo uniformemente distribuído por todo o concelho. A classe de suscetibilidade alta representa cerca de 3% encontrando-se distribuída geograficamente por duas zonas, a Noroeste e a Sudeste da área do concelho. Os aglomerados habitacionais não se encontram na influência das áreas com suscetibilidade alta, uma vez que estas áreas se localizam nas encostas abaixo dos aglomerados ou são de reduzida dimensão.

Já no que se refere ao risco as áreas de risco de deslizamento de terras com classe de suscetibilidade de risco alto, apesar de ter ser uma área <1% relativamente a área total do concelho, e compreende zonas com poderá ter algum impacto pelo seu tipo de ocupação, tais como a zona industrial de Ouvida, bem como a parte urbana de Custilhão, Vila Pouca, Farejinhas, Baltar de Baixo, Fareja, Folgosa, Mosteiro, Castro Daire, Braços de La, Lamelas de La, e alguns trocos ao longo da autoestrada A24. Cerca de 36% da área do concelho foi classificada como pertencente à classe baixa, sendo que a área correspondente a classe de risco muito alta é residual. A classe de risco média representa cerca de 63% da área do concelho, sendo que as zonas em causa encontram-se distribuídas por todo o concelho.

### Ventos fortes

A análise de risco aqui apresentada incide sobre o cenário de maior gravidade, decorrente de ciclones violentos e tornados, os quais poderão justificar a ativação do PMEPC. Historicamente não há registo destes fenómenos no concelho, o que atendendo a sua raridade no território nacional, leva a concluir que a probabilidade da sua ocorrência neste concelho deverá ser muito baixa.

O facto do concelho de Castro Daire estar enquadrado por várias formações montanhosas que contribuirão para bloquear e redirecionar as massas de ar, considera-se que a diferenciação da suscetibilidade face a diferentes exposições é negligenciável. Relativamente aos tornados, face ao cariz errático e não padronizável do fenómeno, a espacialização torna-se impossível, pelo que se assume que a suscetibilidade a ocorrência e idêntica em todos os locais do concelho, considerando-se que o concelho tem uma classe de suscetibilidade baixa a este tipo de fenómeno. Apesar desta conclusão, considera-se que ao nível dos danos, a classe é alta, uma vez que o impacto de um tornado na população é baixo mas nos bens é média.

Secas

A abordagem ao risco de seca adota a metodologia do PME, centrando –se na seca socio económica, avaliando os impactes associados a falhas de abastecimento de água à população e animais, não desfazendo o impacto que a seca tem nos solos.

Importa assim diferenciar locais que, por algum motivo, se distingam dos restantes relativamente ao risco, tais como os locais que, devido a se encontrarem mais distantes da conduta adutora ou a cotas mais elevadas poderão apresentar, com maior frequência, falhas no abastecimento de água à população. Constata-se que, de acordo com a localização das atuais origens de água, os aglomerados populacionais que poderão apresentar maiores constrangimentos são: Mezio, Moura Morta, Monteiras, Coura, Vale Abrigoso, Picão, Farejinhas, Parada de Ester, Solgos, Lamelas, Ester, Codeçais (Mões) e Malhada. Embora o concelho de Castro Daire dê mostras de poder fazer frente à maioria das situações de seca, alerta-se para o facto de o sistema apresentar fragilidades nos casos em que se verifique seca prolongada, por exemplo, caso ocorram dois ou mais anos com precipitações significativamente abaixo da média.

**Ondas de calor**

No concelho de Castro Daire existe uma probabilidade significativa de ocorrerem ondas de calor. Contudo, isso não significa que possam ocorrer aí ondas de calor críticas com efeitos graves (como a verificada em 2003). Apenas significa que a probabilidade de ocorrência deste tipo de fenómeno no concelho é maior e que, quando ocorre, os efeitos expectáveis serão mais intensos. De acordo com os dados históricos considera –se que classe de probabilidade de ocorrência de uma onda de calor no concelho de Castro Daire é muito alta. Relativamente à suscetibilidade, e uma vez que a Castro Daire se caracteriza por ter um grande grupo de idosos, classe que poderá ser fortemente afetada, importa perceber as diferentes zonas co concelho. Das freguesias do concelho, Castro Daire, Mões, Moledo e Pinheiro são aquelas onde existe maior número de pessoas com idade igual ou superior a 65 anos, sendo a freguesias de Moura Morta, Ribolhos, Picão e São Joaninho as que apresentam menor número.

**Vagas de frio**

O concelho de Castro Daire, devido ao seu clima de transição entre o temperado e o continental estará particularmente exposto ao fenómeno das vagas de frio. Da análise efetuada no âmbito do PME, considera-se que a classe de probabilidade de ocorrência de uma vaga de frio no concelho de Castro Daire é alta (período de retorno entre 10 a 25 anos).

Considerando os grupos de riscos da população (idosos, crianças e sem abrigo), e cruzando com as condições de habitabilidade, conclui-se que as freguesias do concelho, Castro Daire, Mões, Moledo e Pinheiro.

**Nevões**

O concelho de Castro Daire, apesar de ter a maior parte da sua área abaixo dos 1000 metros de altitude, está enquadrado numa zona fortemente propensa à queda de neve devido ao clima continental, acentuado pela sua posição topográfica, com invernos longos e frios.

A classe de suscetibilidade predominante é a classe baixa, representando cerca de 39% da área do município. As classes de suscetibilidade muito alta e alta encontram-se distribuídas predominantemente nas zonas serranas, sendo as povoações potencialmente mais afetadas localizadas nas encostas da Serra de Montemuro: Campo Benfeito, Carvalhas, Carvalhosa, Cimo de Aldeia, Codeçal, Cotelo, Eido, Gosende, Gosendinho, Mezio, Peixeninho, Picão, Relva, Rossão, Rua e Vale Abrigoso e ainda a zona Noroeste da povoação de Cujó.

Ao nível das estradas mais suscetíveis a ficarem intransitáveis ou condicionadas face à ocorrência de nevões, destacam-se:

- A24, entre limite de concelho Norte com Lamego e o cruzamento com a EN2;
- EN2, entre o limite Norte do concelho e a povoação Colo do Pito;
- ER321, entre o limite com o concelho de Cinfães, atravessando o aglomerado Carvalhosa e a sede de freguesia de Picão;
- EM530, podendo provocar o condicionamento na ligação entre a sede de freguesia de Cujó e a sede de freguesia de Almofala e desta com o concelho de Tarouca);
- EM550 e EM550-1, condicionando a ligação entre os aglomerados de Pinheiro e Póvoa de Montemuro à ER321.

**Incêndios florestais**

As freguesias de Moledo, Mões, Castro Daire, Reriz, Gafanhão, Ester, Parada de Ester, Cabril, Pinheiro, Ermida, Picão, São Joaninho, Cujó, Monteiras, Moura Morta, Gosende, Mezio e Almofala encontram-se abrangidas pela Zona Crítica de Dão-Lafões tal como estabelecido na Portaria n.º 1056/2004, de 19 de Agosto. As Zonas Críticas correspondem a manchas onde se reconhece ser prioritária a aplicação de medidas mais rigorosas de defesa da floresta contra incêndios face ao risco de incêndio que apresentam e em função do seu valor económico, social e ecológico.

Relativamente à de perigosidade a zona Oeste do concelho, que coincide com a serra de Montemuro, possui uma extensa mancha com perigosidade muito alta, por se tratar de uma área montanhosa, com extensão considerável de matagais de pequeno e médio porte e com muito poucas parcelas agrícolas, assim como na povoação da Lomba da Avó (Gafanhão), no Cimal (Reriz), no vale do rio

Paiva, Adenodeiro e Coura (Moledo), e na zona envolvente de Almofala. Nas freguesias de Pepim, Alva, Mamouros, Ribolhos e Mões predomina a área de perigosidade alta. As áreas com perigosidade média mais importantes são as de Cotelo, pertencentes às freguesias de Gosende e Monteiras.

**Zonas ameaçadas por cheias**

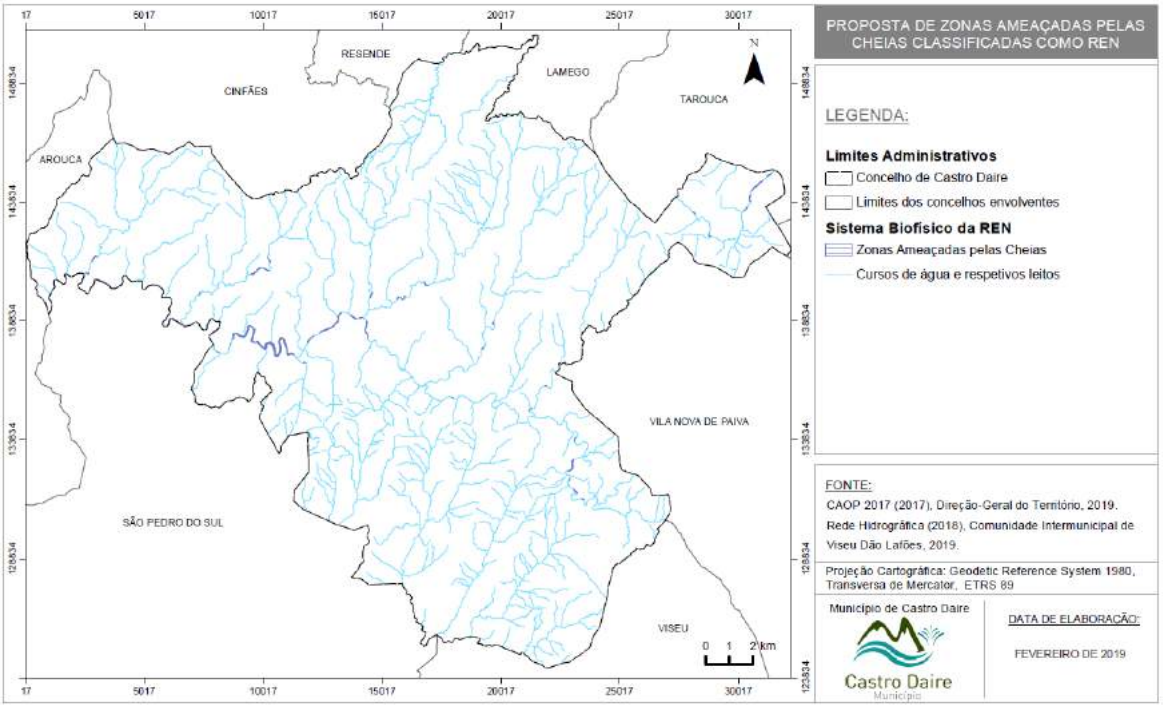
As cheias e inundações são fenómenos naturais extremos e temporários, originados por precipitações moderadas e permanentes, ou por precipitações repentinas e de elevada intensidade. Este excesso de precipitação provoca o aumento do caudal dos cursos de água, fazendo-o extravasar e inundar as margens e áreas vizinhas. A prevenção e mitigação do efeito das cheias e inundações são essenciais para a zona onde existe a possibilidade da sua ocorrência.

A delimitação das zonas ameaçadas por cheias é a contemplada na delimitação da nova reserva ecológica do concelho que se encontra a decorrer a versão atual, desenvolvida pela Geoatributo. A caracterização aqui apresentada, tem como os dados do relatório do trabalho referido.

De acordo com os dados do DISASTER, no concelho de Castro Daire registaram-se 6 ocorrências de cheias/inundações com efeitos danosos, entre os anos de 1865-2010, perfazendo uma densidade total de 0,02 km2 de cheias / inundações, ameaçando a segurança de pessoas e bens.

Para o concelho em análise não existe a identificação de uma cota da maior cheia, existindo apenas os registos de cheias /inundações através da plataforma DISASTER. O grande condicionalismo associado a este registo é o facto de a plataforma ter realizado a georreferenciação da maior parte dos registos com base na toponímia, ou seja, foi associada ao centro do lugar, ou centro do concelho onde ocorreu a cheia / inundação. Apenas dois registos DISASTER foram georreferenciados com base nas descrições do local onde ocorreram as cheias / inundações. Assim, do trabalho realizado são propostos para integração nesta tipologia de REN 20 hectares.

Figura 41 – Zonas ameaçadas pelas cheias propostas para integração em REN (Geoatributo, fev2019)




### 7.3. RISCOS DE ORIGEM HUMANA

**Incêndios urbanos**

Não existem registos históricos sobre a ocorrência de incêndios urbanos de grandes dimensões no concelho.

No entanto, tendo em consideração as características da zona histórica e aglomerados populacionais de Castro Daire (concentração e tipologia do edificado e densidade populacional), pode considerar-se que a classe de probabilidade de ocorrência de incêndios urbanos no concelho de Castro Daire é média (período de retorno entre 25 e 50 anos). Constata-se que a freguesia de Moledo, Castro Daire, Monteiras, Mões e Mamouros são aquelas que confere maior suscetibilidade a incêndios urbanos.

No que respeita à época de construção das casas e edifícios, verifica-se que as freguesias de Castro Daire, Cabril, Moledo e Mões são aquelas que possuem maior número de casas antigas (construídas antes de 1960) e que por isso são mais suscetíveis ao fogo. Embora as paredes destas casas mais antigas sejam normalmente construídas com granito, o suporte do telhado, soalho e outras estruturas são constituídos essencialmente com madeira.

**Colapso/estragos avultados em edifícios**

Não existem dados que permitam aferir com precisão a probabilidade de ocorrência de um episódio de colapso ou estrago avultado de um edifício no concelho de Castro Daire. Apesar disso, pode considerar-se que a probabilidade é alta, pois foi tido em conta não só o cenário referente à

probabilidade de ocorrência de terramotos, como também a probabilidade de ocorrência de colapsos e/ou estragos avultados provocados por precipitação intensa. Este facto, aliado à quantidade, distribuição de idades e estado geral degradado dos edifícios, permitiu considerar que a classe de probabilidade de ocorrência de colapso/estragos avultados em edifícios do concelho de Castro Daire é alta (período de retorno entre 10 e 25 anos). Da análise efetuada ao concelho concluiu-se que a susceptibilidade a colapso/estragos avultados é alta e localizada predominantemente nos aglomerados populacionais de Castro Daire, Alva, Pepim, São Joaninho e Cujó.

**Acidentes industriais**

Na área do concelho de Castro Daire não existem estabelecimentos industriais abrangidos pelo Decreto-Lei n.º 254/2007, de 12 de Julho (APA, 3 de Fevereiro de 2010), que define o regime de prevenção de acidentes graves que envolvam substâncias perigosas e a limitação das suas consequências (para o homem e o ambiente).

Não obstante a inexistência deste tipo de estabelecimentos de maior risco, existem, pequenas unidades industriais que podem acarretar algum risco de acidente. Os estabelecimentos industriais do concelho de Castro Daire encontram-se maioritariamente localizados na Zona Industrial de Ouvida, na freguesia de Monteiras (Mapa 10 – A e B). A atividade dos estabelecimentos é diversa, com carpintarias, empresas de mobiliário, central de betão, serralharia, carpintaria, peças automóveis, produtos alimentares, salsicharia, empresa de tubos plásticos, transformação de pedra, decapagem e metalização, produtos agrícolas, equipamento hoteleiro e fabricação de escapes.

Não existem registos de ocorrências de acidentes graves nas indústrias do concelho de Castro Daire. Isto fica a dever-se não só às condições de laboração das indústrias do concelho (as quais cumprem os necessários critérios de segurança), como ao facto destas não manipularem matérias de elevada perigosidade.

No que respeita a contaminações radiológicas, em Portugal não existe indústria neste setor que coloque a população em risco. A central nuclear mais próxima é a de Almaraz em Espanha, a cerca de 230km em linha reta, pelo que pode haver uma possibilidade do concelho ser afetado em caso de acidente, sendo que deverão ser acauteladas medidas para aplicar nestas situações.

Do exposto, e tendo em consideração que não existem registos históricos de acidentes industriais críticos no concelho, mas apesar disso adotando uma abordagem conservadora, considera-se que a classe de probabilidade de ocorrência de acidentes industriais graves que possam afetar o concelho de Castro Daire é média (período de retorno entre 20 a 50 anos).

**Acidentes em infraestruturas hidráulicas**

O concelho de Castro Daire não possui barragem ou outras infraestruturas de confinamento de grandes massas de água dentro ou fora dos seus limites geográficos que tenham potencial para provocar danos no concelho face a um acidente na estrutura de contenção.

As barragens de Varosa, Armamar, Vilar, Freigil e Pretarouca apesar de estarem relativamente próximas do concelho, não constituem qualquer risco para o concelho, uma vez que a área atingida por uma cheia resultante de uma rutura numa destas cinco barragens estará apenas limitada ao próprio vale do rio. Ao contrário, as ruturas de mini-hídricas e condutas de transporte de águas são passíveis de ocorrer com alguma frequência, quer sejam resultado de acidentes ou deterioração das condutas, quer sejam resultado de fenómenos naturais que possam provocar tensões de fratura nas infraestruturas. Assim, considera-se que a classe de probabilidade de ocorrência de cheias/inundações originadas por acidentes em infraestruturas hidráulicas é média (período de retorno entre 25 e 50 anos). Os locais mais críticos serão as freguesias de Ermida, Reriz e Castro Daire, uma vez que existem infraestruturas passíveis de rutura.

**Acidentes viários e aéreos**

Este tipo de acidentes são pouco comuns no concelho, mas apesar disso, pode considerar-se que a classe de probabilidade de ocorrência de acidentes rodoviários (que obriguem a ativação de uma estrutura de resposta mais completa) é média (período de retorno entre 25 e 50 anos).

De acordo com a memória histórica dos acidentes ocorridos, foram identificados 7 troços da rede rodoviária de acumulação de sinistralidade:

- A24, entre o nó de Bigorne e a área de serviço da autoestrada entre o nó Castro Daire Norte e o nó de Castro Daire Leste e entre o nó de Arcas e o Viaduto de Cabrum (Figura 22);
- EN2, entre Castro Daire e Vale de Azia;
- ER228, entre a Ponte Pedrinha e a Carranqueira;
- ER321, entre o cruzamento com a EN2 e as Portas do Montemuro;
- ER225, entre Pinheiro e Parada de Ester;

No concelho de Castro Daire não existem aeroporto, aeródromo ou heliporto. O aeródromo e heliporto mais próximos são os de Viseu que distam cerca de 35 km de Castro Daire (cidade). Na aviação por VFR (Visual Flight Rules), sistema mais usado por pequenas aeronaves, é permitida a circulação destes aparelhos sobre a área do concelho, desde que as aeronaves se mantenham 300 metros acima das povoações e 150 metros acima do restante espaço.

Existe um corredor aéreo diretamente sobre a área do concelho, e outros dois corredores aéreos que passam relativamente próximos. O corredor R72 no espaço aéreo inferior (que liga o reporting point VISEU ao reporting point NARBO) cruza a área centro do concelho, cruzando diretamente as freguesias de Moledo, Mões, Castro Daire, Ermida, Moura Morta, Picão e Gosende.

**Transporte de mercadorias perigosas**

Para o concelho de Castro Daire, não existem registos históricos nem "memória" de acidentes envolvendo o transporte de mercadorias perigosas quer nas principais rodovias do concelho quer no transporte destas matérias em indústrias ou outros estabelecimentos. No entanto, a probabilidade de ocorrência de acidentes com veículos no transporte de mercadorias perigosas no concelho, apesar de baixa não é negligenciável, uma vez que existe algum tráfego de camiões cisterna de transporte de combustíveis para os postos de abastecimento do concelho.

## 8. SERVIDÕES RESTRIÇÕES DE UTILIDADE PÚBLICA

De acordo com a legislação em vigor, a Planta de Condicionantes "identifica as servidões e restrições de utilidade pública em vigor que possam constituir limitações ou impedimentos a qualquer forma específica de aproveitamento".

Por servidão administrativa deve entender-se o encargo imposto por disposição legal sobre determinado prédio em proveito de utilidade pública de certos bens. As restrições de utilidade pública constituem limitações ao uso, ocupação e transformação do solo, impedindo o proprietário de beneficiar do seu direito de propriedade pleno, sem depender de qualquer ato administrativo uma vez que decorre diretamente da Lei.

As servidões e restrições de utilidade pública identificadas no plano e delimitadas respetivamente na planta de condicionantes no PDM em vigor são as indicadas na tabela seguinte. Todas as referencias se mantem na Revisão do PDM, sendo que algumas serão atualizada.

Tabela 24 – servidões e restrições de utilidade pública PDM em vigor(Fonte: PDM)

| Tipologia | Designação |
|---|---|
| Património Natural | Domínio público hídrico;<br>Nascentes;<br>Pedreiras<br>Reserva Ecológica Nacional (REN);<br>Reserva Agrícola Nacional (RAN);<br>Áreas naturais;<br>Áreas sob jurisdição do instituto florestal; |
| Património Edificado | Imóveis classificados e em vias de classificação;<br>Edifícios públicos |
| Infraestruturas | Infraestruturas saneamento básico<br>Rede de abastecimento de energia elétrica;<br>Rede de telecomunicações; |

| | |
|---|---|
| | Rede viária. |
| Equipamentos | Escolas;<br>Equipamentos de saúde<br>Indústrias insalubres, incómodos e perigosas |
| Cartografia | Marcos geodésicos. |

Na Planta de Condicionantes a propor na revisão do PDM apenas são demarcadas as servidões administrativas e restrições de utilidade pública com estatuto legal.

A nível de Servidões e Restrições de Utilidade Pública, constantes da legislação em aplicável, a Planta de Condicionantes apresenta a carta da sua aplicação ao território do concelho de Castro Daire. De seguida refere-se o enquadramento de cada uma delas.

As servidões e restrições de utilidade pública a serem consideradas para a proposta e correspondem às seguintes, organizadas de acordo com o manual das servidões e restrições de utilidade pública da DGOTDU:

Recursos Naturais:

i) Recursos hídricos:

a. Leitos e margens dos cursos de água:

- Abrange todas as linhas de água do concelho, independentemente de estarem ou não inseridas na REN.
- Fonte dos elementos cartografados: cartografia homologada
- Lei n.º 54/2005, de 15 novembro, Lei n.º 58/2005,de 29 de novembro, e o Decreto-Lei n. 226-A/2007, de 31 de maio.

ii) Recursos geológicos:

b. Concessão de água mineral natural e respetivas zonas de proteção (imediata, intermédia e alargada)

- Termas do Carvalhal (Portaria n.º 25/2033 de 11 de janeiro
- Fonte dos elementos cartografados: DGEG, 2014
- Decreto-Lei n.º 84/90, de 16 de março. Verificar se é necessário por os outros decretos.

Contratos de prospeção e pesquisa

- Conforme o disposto na **Erro! A origem da referência não foi encontrada.**
- Fonte dos elementos site da DGEG (não cartografados, conforme parecer da DGEG de 2014)

Lei n.º 54/2015, de 22 de junho.

Exploração de Massas Minerais (pedreiras)

- Corresponde às pedreiras que tenham licenças ativas, mesmo que não estejam em laboração. Segundo consulta à Direção Geral de Energia e Geologia (out.2019) encontram-se ativas as pedreiras:
  - N.º cadastro 6673 Falgueiroso
  - N.º cadastro 6213 Lamas
- Fonte dos elementos cartografados: DGEG, 2014/
- Lei n.º 54/2015, de 22 de junho.

iii) Recursos agrícolas e florestais:

c. Reserva Agrícola Nacional (RAN);
   - Fonte dos elementos cartografados: RAN bruta DRAP C
   - Decreto-Lei n.º 73/2009, de 31 de março, republicado pelo Decreto-Lei n.º 199/2015, de 16 de setembro,

d. Sobreiros e azinheiras;
   - Fonte dos elementos cartografados: CMCD/ PMDFCI
   - Decreto-Lei n.º 169/2001, de 25 de maio alterado pelo Decreto-Lei n.º 155/2004, de 30 de junho.

e. Árvores de interesse público;
   - Quercus robur L. (KNJ1/040)
   - Quercus robur L. (KNJ1/139)
   - Lei n.º 53/2012, de 5 de setembro

Regime florestal total e parcial.
   - Perímetro Florestal da Serra do Montemuro
   - Perímetro Florestal da Serra do Leomil
   - Perímetro Florestal de São Miguel e São Lourenço
   - Perímetro Florestal de São Salvador
   - Perímetro Florestal de São Pedro do Sul
   - Decreto de 24/12/1901 e Decreto de 11/07/1903;

Povoamentos florestais percorridos por incêndio;
   - Incêndios de 2009 a 2019 (vela-se capitulo 3.4.2)
   - Fonte dos elementos cartografados: ICNF
   - Decreto-Lei n.º327/1990, de 22 de outubro, alterado pelo Decreto-Lei n.º55/2007, de 12 de março.

Perigosidade de incêndio alta e muito alta.
   - Delimitação do risco de incêndio – perigosidade
   - Fonte dos elementos cartografados: CMCD / PMDFCI

- Art. 16º do Decreto-Lei n.º124/2006, de 28 de junho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 76/2017, de 17 agosto

iv) Recursos ecológicos:

f. Reserva Ecológica Nacional (REN);

- REN Bruta
- Decreto-Lei n.º 239/2012, de 2 de novembro.

Rede Natura 2000

- Sítio Serra de Montemuro – PTCON0025
- Sítio Serra da Freita e Arada – PTCON0047
- Sítio Rio Paiva – PTCON0059
- Fonte dos elementos cartografados: CMCD /Site do ICNF

a) Património cultural: Imóveis classificados e em vias de classificação

- Todos os imóveis classificados e em vias de classificação conforme capítulos 3.5.1.1 e 3.5.2.
- Lei n.º107/2001, de 8 de setembro.
- Fonte dos elementos cartografados: CMCD/ Site da DG da Cultura

b) Infraestruturas:

v) Rede Nacional de transporte de eletricidade (RNT)

- Linhas de muita alta tensão: Linha dupla Boidosa Armamar 1/ Boidosa Armamar 2 a 400Kv (4072 – LBA.AMM1/ 4073-LBA.AMM2)
- Linhas de alta tensão: LN60 1280 Castro Daire-Gumiei e LN60 1281 Ermida-Castro Daire
- Linhas de média tensão:
- Fonte dos elementos cartografados: EDP 2012

vi) Rede rodoviária:

- Autoestradas e vias rápidas: 50 m para cada lado do eixo da estrada e nunca a menos de 20 m da zona da estrada;
- IP: 50 m para cada lado do eixo da estrada ou dentro da zona de servidão de visibilidade e nunca a menos de 20 m da zona da estrada;
- IC: 35 m para cada lado do eixo da estrada ou dentro da zona de servidão de visibilidade e nunca a menos de 15 m da zona da estrada;
- EN e restantes estradas a que se aplica o presente Estatuto: 20 m para cada lado do eixo da estrada ou dentro da zona de servidão de visibilidade e nunca a menos de 5 m da zona da estrada;
- as ligações aos nós dos IP e dos IC são consideradas EN.
- Nós de ligação: um círculo de 150 m de raio centrado na interseção dos eixos das vias, qualquer que seja a classificação destas.
- Fonte dos elementos cartografados: levantamento topográfico cartografia homologada/PRN200
- Lei nº 34/2015, de 27 de abril.

vii) Rede geodésica Nacional: vértices geodésicos.

- Vértices geodésicos

- Fonte dos elementos cartografados: informação da DGT (2014, 2012)
- Art. 22º do Decreto-Lei n.º 143/1982, de 26 de abril.

| Nome | x | y | topo | Ordem |
|---|---|---|---|---|
| Brega | 14635 | 130793 | 665,21 | Ordem 3 |
| Cabeça | 16902 | 138510 | 780,42 | Ordem 3 |
| Carreirinhos | 16078 | 134971 | 732,17 | Ordem 3 |
| Castalho | 17973 | 128745 | 633,1 | Ordem 3 |
| Cimal | 12528 | 134579 | 783,02 | Ordem 2 |
| Eiras | 12083 | 132510 | 685,88 | Ordem 3 |
| Enviadouro | 21689 | 131318 | 786,6 | Ordem 3 |
| Figueira | 19644 | 136880 | 708,42 | Ordem 3 |
| Fraga meio alquere | 16234 | 143151 | 1105,5 | Ordem 3 |
| Fraga Rechã | 28762 | 144121 | 1005,47 | Ordem 3 |
| Lameira | 8436 | 143899 | 1333,11 | Ordem 3 |
| Montemuro | 12382 | 144928 | 1388,83 | Ordem 1 |
| Montemuro -TF-13 | 12228 | 145006 | 1382,05 | Ordem 1 |
| Montemuro PSW | 12253 | 145171 | 1382,18 | Ordem 1 |
| Penedo do Nuno | 17792 | 145419 | 1212,64 | Ordem 3 |
| Raso | 13532 | 135910 | 763,69 | Ordem 3 |
| Santiago 1 | 15695 | 132601 | 704,84 | Ordem 3 |
| Santiago 2 | 19702 | 131985 | 732,37 | Ordem 2 |
| São Lourenço | 24632 | 129266 | 931,42 | Ordem 3 |
| São Simão | 10749 | 140434 | 975,99 | Ordem 3 |
| Testos | 23724 | 145808 | 1082,18 | Ordem 3 |
| Tomadia | 19429 | 141307 | 903,49 | Ordem 3 |
| Travessa | 23256 | 140957 | 929,82 | Ordem 3 |

## 9. CONCLUSÃO

Da análise ao estado de ordenamento do território do Municipio de Castro Daire, conclui-se que muita matéria tem sido executada, essencialmente nos plano setoriais.

Evidenciam-se as ações sobre o espaço público e as temáticas sociais. Importa para adiante priorizar as ações previstas, e enquadra-las de um modo integrado com a política nacional e regional, tendo em conta o próximo quadro comunitário, tanto sistema de metas e objetivos como no sistema financeiro.

## ANEXO: UMA BREVÍSSIMA ABORDAGEM AOS EFEITOS DA PANDEMIA

A pandemia gerada pelo vírus SARS-COV2, que assola o mundo inteiro desde março de 2020, Portugal, provocou impactos indiretos no modo de vida dos portugueses, testando a capacidade de resposta da administração central e local. As consequentes medidas de política para salvaguarda da saúde pública alteraram profundamente a normalidade da vida dos residentes em Portugal.

A abordagem que aqui se pretende ter, não é tanto a doença em si e o efeito direto dos doentes, mas antes se o município teve ou não capacidade de resposta, quer ao nível dos equipamentos de saúde e apoio aos doentes, quer ao nível dos equipamentos escolares, habitação e espaço publico.

Atualmente, ainda não livres da referida pandemia, mas já com alguns indicadores trabalhados, já é possível ter pelo menos uma primeira leitura.

A abordagem apresentada tem com base vários estudos elaborados15 por várias entidades e com base nos dados do município e o dossier do INE "Um ano de pandemia: uma breve síntese - 2020-2021".

Ao nível nacional e de um modo muito transversal a todas a regiões, o dossier executivo do estudo referido salienta algumas indicadoras-chave, que abaixo se destacam. No entanto e apesar da transversalidade dos indicadores as assimetrias territoriais do impacto da pandemia, foram evidentes, podendo ser analisadas por um lado, pelo alastramento do vírus no território e crise sanitária que lhe está implícita; por outro lado, pela repercussão do seu impacto às esferas social e económica, que se refletiram em aumentos do desemprego, na implementação de soluções de lay-off temporário, e na alteração dos padrões do consumo. Assim verificou-se que houve umas regiões mais e menos vulneráveis aos efeitos socioeconómicos desta crise.

A) No domínio demográfico:
   a. Número de óbitos significativamente superior ao normal, que se traduziu num excesso de 1925 óbitos em média mensal relativamente ao período de referência (5 anos anteriores) dos quais 1363 associados ao vírus SARS-COV2;
   b. Diminuição de 4,8% no número de nascimentos no 1º ano da pandemia e consequente agravamento do saldo natural negativo.
   c. Com o crescimento de 21,9% no número de óbitos e com o decréscimo de 4,8% no número de nados-vivos no primeiro ano da pandemia, o saldo natural negativo

[15] INE, 2021:Um ano de pandemia: uma breve síntese - 2020-2021; EY, caderno de notas: maio 2020A crise económica da COVID 19; J.Ferrão A. Delicado, 2021, Impactos sociais da pandemia Covid-19;

acentuou-se de forma significativa entre março de 2020 e fevereiro de 2021, mais do que duplicando face ao valor médio anual registado nos 12 meses anteriores.

d. Entre março de 2020 e fevereiro de 2021, observou-se uma diminuição de 49,7% no número de casamentos em relação ao período homólogo.

e.

B) No domínio do mercado trabalho:

a. Redução de 2,1% da população empregada;

b. Redução significativa das horas trabalhadas na economia (-14,9%, após +1,8% nos 12 meses anteriores à pandemia);

c. Aumento da taxa de desemprego e da taxa de subtilização do trabalho, embora para níveis muito aquém dos atingidos durante o programa de ajustamento da economia portuguesa, refletindo nomeadamente o impacto de medidas de proteção do emprego como Lay-off simplificado;

d. Variação da remuneração média por trabalhador de +3,2%, refletindo sobretudo a destruição de empregos com remunerações mais baixas.

C) No domínio macroeconómico:

a. Em volume o PIB contraiu 8,4% , comparando o ano entre o 2º trimestre de 2020 e o 1º trimestre de 2021, com o ano anterior;

b. Comparando os têS últimos trimestres de 2020 com o mesmo período de 2019, a necessidade de financiamento das AP passou de +0,1% para -7,2% do PIB enquanto a taxa de poupança das famílias aumentou de 9,6% para 16,0% do seu rendimento disponível, refletindo não só as medidas de política pública de apoio ao emprego mas a contração severa do consumo, em certa medida forçada pelas restrições à mobilidade e de acesso a muitos serviços e bens de consumo;

c. As importações de bens diminuíram mais acentuadamente que as exportações (-17,4% e -11,2%) permitindo uma redução do défice comercial.

D) No domínio das diversas atividades económicas:

a. O principal impacto negativo em termos da sua repercussão para o conjunto da economia, registou-se nas atividades turísticas e conexas, sendo de destacar a forte contração da procura dos respetivos serviços principalmente por parte de não residentes;

b. Também significativos foram os impactos negativos em serviços de consumo individual e coletivo e, em menor grau na indústria e na agricultura;

c. O setor da construção, pelo contrário, revelou resiliência, registando-se valores médios de licenciamento de edifícios e fogos muito próximos da média dos 12 meses anteriores à pandemia;

d. As transações de alojamentos continuaram em valores muito elevados tanto em número como em valor, tendo até crescido em termos médios no segmento dos alojamentos novos.

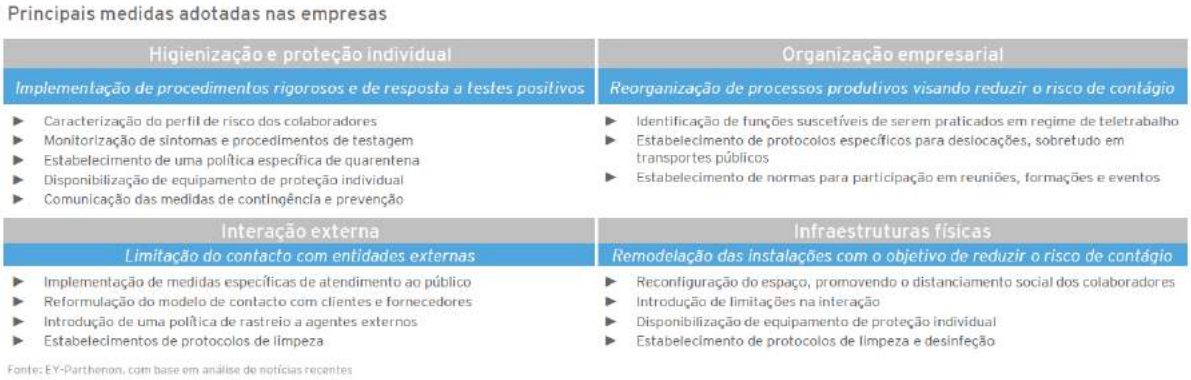
E) No domínio dos preços:

a. Não terão havido impactos assinaláveis no IPC – Índice de Preços no Consumidor;
b. Nos índices de preços na produção de bens agrícolas a variação também foi pouco significativa, com um ligeiro aumento (+0,3%), enquanto na indústria se registou um decréscimo (-4,4%);
c. Os deflatores do comércio internacional de bens revelam reduções de preços, mais significativas nas importações (-5,0%) que nas exportações (-2,4%), refletindo sobretudo a evolução dos preços dos bens energéticos, verificando-se em consequência um ganho significativo dos termos de troca;
d. Os índices de preços da habitação continuaram a crescer, mas com menos intensidade que no período pré-pandemia, tendo também aumentado as rendas de habitação.

F) No domínio do ambiente e energia:

a. A pandemia gerou melhorias na emissão dos gases com efeito estufa (-13,7%, após -9,9% no período pré pandemia);
b. Redução do consumo de combustíveis derivados do petróleo, principalmente jet fuel para a aviação (-71,4%) e gasolina (-23,4%);
c. Aumento dos consumos domésticos de eletricidade (+14,5%) e de gás natural (+16,2%).

Como resposta aos fortes impactos, a administração local rapidamente procurou implementar medidas mitigadoras dos seus impactos nas famílias, nas empresas e nas instituições, com efeitos muito positivos e imediatos, demonstrando uma capacidade de resposta e de adaptação a uma crise ainda muito desconhecida. A incerteza era grande e o poder local interroga-se, agora, sobre qual a combinação de respostas a aplicar no médio-prazo, face aos impactos assimétricos que se esperam nos diversos territórios. Nos municípios com menos habitantes e menor número de casos tendem, percetivelmente, a mobilizar menos medidas, apesar de também estas incidirem na resposta rápida à compensação pela perda de rendimento. A sociedade civil teve também um papel ativo na resposta de emergência e na supressão de carências, multiplicando-se as intervenções rápidas bem-sucedidas.



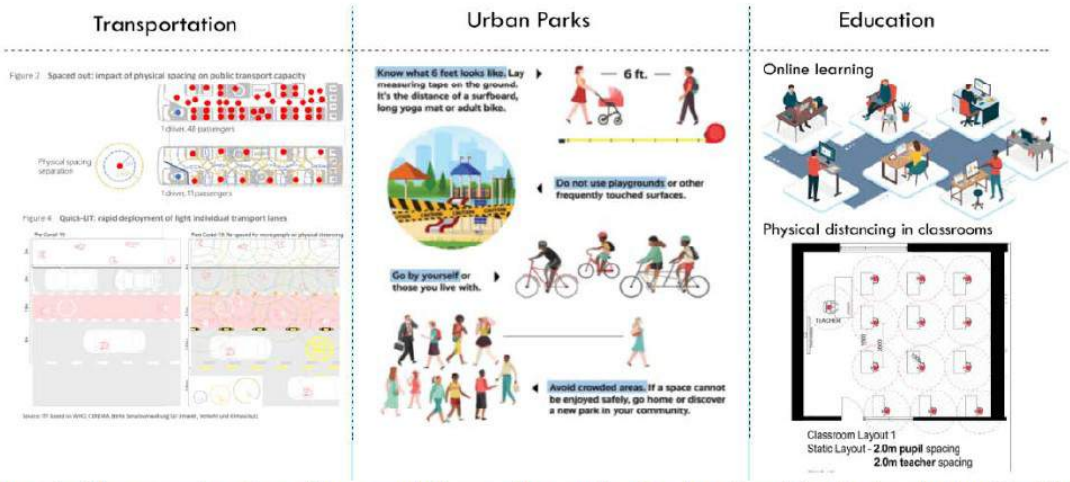




**Figure 1**. Changes planning of transportation, urban parks & educational institutes during Covid-19.

São essencialmente sete os desafios principais, que vieram alterar os hábitos e que importa pensar para o futuro e aplicar/readaptar o sistema urbano.

- Economia/ mercado de trabalho
- Mobilidade e transportes
- Densidade urbana
- Urbano/Desafio da vida / espaço público
- Sistema alimentar
- Comércio retalhista e grossista
- Instituições (como escolas, faculdades, hospitais, etc.)

Importa perceber como foi a capacidade de resposta dos municípios a algumas alterações da vivência da população com impacto no ordenamento do território. Questiona-se se as cidades, vilas ou aldeias estavam preparadas para medidas espaciais como quarentenas, distanciamento social, redução do uso de espaços públicos, medidas com forte impacto nas interações sociais do sistema urbano.

Indicadores a conhecer para promover a mudança para uma sociedade que precisa de se readaptar a um "novo normal".

1. Números da doença
   - Infetados;
   - Hospitalizações;
   - Recuperados
   - Óbitos.
2. Equipamentos de Saúde:
   - Capacidade dos centros de saúde;
   - Deslocação para os hospitais;
   - Resposta das ERPI´s;
   - Adaptação dos espaços ao distanciamento social.
3. Educação
   - Capacidade de adaptação à escola virtual;
   - Sucesso/ insucesso escolar;
   - Adaptação dos espaços ao distanciamento social;
4. Serviços públicos
   - Atendimento;
   - Adaptação dos espaços ao distanciamento social.
5. Habitação
   - Os alojamentos estavam preparados para ter as famílias inteiras em casa em teletrabalho e escola virtual;
   - As redes de energia e de telecomunicações tinham capacidade;
   - Os alojamentos tinham condições para ter elementos em isolamento;
   - Os alojamentos eram suficientemente arejados;
   - Adaptação dos espaços ao distanciamento social.
6. Espaço público
7. Existência de jardins ou praças para os passeios higiénicos
8. Espaço disponível para montagem de esplanadas

Com o arranque da Pandemia, em março de 2020, a região norte demonstrou-se com uma das mais afetadas e o município de Castro Daire no ranking dos Top5, apesar da sob região de Viseu-Dão-Lafões (VDL) estar bastante da média. Rapidamente este panorama se alterou e espalhou-se por tudo o Pais.

Castro Daire teve o infortúnio de o vírus ter entrado nos vários lares de idosos, obrigando o município a agir rapidamente e concertadamente com as medidas do Governo. A preocupação maior foi com os idosos e pessoal do setor da saúde. Aos poucos foram implementadas as medidas mitigadoras impostas pelos vários estados de emergência e calamidade, para controlar o contágio o que teve o seu efeito.

As várias vagas da Pandemia, as variantes do vírus, o confinamento e o desconfinamento provocaram grandes oscilações nos números não só em Castro Daire como em todo o Pais. Ainda é cedo para se tirar conclusões, mas é já possível perceber que a sociedade mudou, adaptando-se a novos paradigmas. Assim importa aferir impacto no ordenamento do território.

https://coronavirus.rr.sapo.pt/

Figura 42 – Pandemia SARS-COV2: ponto de situação em Portugal e Castro Daire – dezembro 2021

Figura 43 – Pandemia SARS-COV2: ponto de situação da ARS Centro – dezembro 2021